PROTOCOLO GERAL [redacted] FISC ADM [redacted]	**MINISTÉRIO DA DEFESA** **EXÉRCITO BRASILEIRO** **DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA** **DIRETORIA DE SERVIÇO GEOGRÁFICO** **4º CENTRO DE GEOINFORMAÇÃO**	**NUP/NUD** **Nº 64492.005195/2022-96**

ASSUNTO: **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2022** – AQUISIÇÃO DO SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA.
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº **64492.005195/2022-96**

INTERESSADO: DIVISÃO DE GEOINFORMAÇÃO.

ANEXOS: não há.

MOVIMENTO DO PROCESSO

DESTINO	DATA	DESTINO	DATA
1- ENVIADO AGU	29/11	17-	
2-		18-	
3-		19-	
4-		20-	
5-		21-	
6-		22-	
7-		23-	
8-		24-	
9-		25-	
10-		26-	
11-		27-	
12-		28-	
13-		29-	
14-		30-	
15-		31-	
16-		32-	

4º CGEO
Fl.: 02
Rubrica
4º Centro de Geoinformação

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DIRETORIA DE SERVIÇO GEOGRÁFICO
4º CENTRO DE INFORMAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2022

PROCESSO NUP 64492.005195/2022-96

OBJETO: AQUISIÇÃO DO SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA.

ORD	ASSUNTO	FOLHA
1	ÍNDICE	02
2	BI nº 50, de 15/03/2022 – ASSUNÇÃO DA FUNÇÃO DE ORDENADOR DE DESPENSAS SUBSTITUTO	03-05
3	TERMO DE ATUAÇÃO	06-07
4	TERMO DE ABERTURA	08
5	PARTE REQUISITÓRIA Nº 453-SECTS4/S4/4º CGEO 16 NOV 22	09
6	DESPACHO DO OD	10
7	DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA	11
8	PROJETO BÁSICO	12-13
9	TERMO DE DECLARAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	14
10	NOTA DE CRÉDITO 2022NC009266 DE 07JUL22 E 2022NC009563 DE 07JUL22	15-16
11	TERMO DE JUSTIFICATIVA DE DISPENSA	17-19
12	JUSTIFICATIVA DO PREÇO E ESCOLHA DO FORNECEDOR	20
13	MINUTA DO CONTRATO	21-55
14	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO DO CNPJ	56
15	DECLARAÇÕES NEGATIVAS	57-63
16	TERMO DE RATIFICAÇÃO	64
17	OFICIO DE REMESSA	65-66
18	PARECER JURÍDICO DA AGU	67-82
19	DECLARAÇÃO DE PROVIDÊNCIA	83
20	DIEX nº 660-SALC/S4/4º CGEO, de 21DEZ22; DIEX nº 17-SALC/S4/4º CGEO, de 16JAN23 e DIEX nº 65-AAAJurd Cmdo/cmdo 12ª RM, de 15FEV23.	84-86
21	EXTRATO DO CADASTRO PORTAL DE COMPRAS GOVERNAMENTAL-DIVULGAÇÃO DE COMPRAS	87-91
22	PUBLICAÇÃO DO D.O.U. Nº 35, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2023 – EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO	92
23	EMPENHO 2022NE000109 DE 10 JULHO 22	93-94
24	TERMO DO CONTRATO Nº 01/2023/160011	95-131
25	PUBLICAÇÃO DO D.O.U. Nº 36, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2023 – EXTRATO DE CONTRATO	132
26	TERMO DE ENCERRAMENTO	133

4º CGEO
FL: 03
Rubrica
4º Centro de Geoinformação

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
4º CENTRO DE GEOINFORMAÇÃO

Quartel em Manaus-AM, 15 de março de 2022
(terça-feira)

BOLETIM INTERNO Nº 50/2022

Para conhecimento deste Centro e devida execução, publico o seguinte:

1ª Parte
SERVIÇOS DIÁRIOS

1. SERVIÇO EXTERNO

Serviço de Guarda da Vila Militar Villagran Cabrita para o dia:

16 de março de 2022 (quarta-feira)	
CABO DA GUARDA VILLAGRAN CABRITA	Cb EP PESSOA
GUARDA VILLAGRAN CABRITA	Sd EP ANDRADE - Sd EP CARVALHO - Sd EP GILSINEI

(Nota nº 63723, de 15 de março de 2022, da(o) 1ª Seç)

2. SERVIÇO INTERNO

Serviço de Guarda ao Quartel para o dia:

16 de março de 2022 (quarta-feira)	
OFICIAL DE DIA	1º Ten FONTENELE
ADJUNTO AO OFICIAL DE DIA/SGT DIA	3º Sgt MARQUES
COMANDANTE DA GUARDA	3º Sgt ROSENILDO
CABO DA GUARDA	CB EP BAZAN
GUARDA DO QUARTEL	SD EP JOEL - SD EP ARAÚJO - SD EP NASCIMENTO - SD EP RODRIGUES - SD EP PIMENTEL - SD EP EDILSON
CORNETEIRO DE DIA	CB EP BAZAN
MOTORISTA DE DIA	SD EP CHAIM
CABO DIA À CIA C AP	SD EP CINTRA
PERMANÊNCIA À CIA C AP	SD EP MARCOS
ILHA DE IMPRESSÃO	SD EP LUIS HENRIQUE
PERMANÊNCIA	2° SGT THIAGO OLIVEIRA
GRADUADO AO RANCHO	SD EP VALENTIM

Apresentou-se, em 14 MAR 22, por término de férias e estar pronto para o serviço.

Maj **FRANCK** ROSA DA SILVA

Em consequência, a 1ª Seç e o militar supracitado tomem as providências decorrentes.

(Nota nº 63729, de 15 de março de 2022, da(o) 1ª Seç)

d. FÉRIAS - Mudança de período

Conforme solicitação contida no DIEx Nº 94-DGEO/4º CGEO (EB: 64492.001051/2022-61), de 7 MAR 22, autorizo a alteração do período das suas férias regulamentares relativas ao ano de 2021, de acordo com o inciso XVIII do Art. 21, combinado com o Art. 443 e Art. 451, todos do RISG, alterado pela Portaria nº 039-Cmt Ex, de 28 JAN 15 (altera dispositivos do Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (R-1) - RISG e dá outras providências), nas seguintes datas previstas:

- De:
- 20 JUN 22 a 19 JUL 22, 30 (trinta) dias - parcela única;

- Para:
- 26 DEZ 22 a 24 JAN 23, 30 (trinta) dias - parcela única.

1º Ten FRANCISCO **ELTON** DE OLIVEIRA BEZERRA

Em consequência, a 1ª Seç e a Tu Pg tomem as providências decorrentes.

(Nota nº 63733, de 15 de março de 2022, da(o) 1ª Seç)

e. FUNÇÃO - Designação

Foi designado para assumir a função de auxiliar da 2ª Seção, a contar de 15 MAR 22.

2º Sgt EVANDRO MONTEIRO **FARIAS**

Em consequência, a 1ª Seç e a 2ª Seç tomem as providências decorrentes.

(Nota nº 63727, de 15 de março de 2022, da(o) 1ª Seç)

f. ASSUNÇÃO DA FUNÇÃO DE ORDENADOR DE DESPESAS SUBSTITUTO - Rol dos Responsáveis

Assumiu a função de Ordenador de Despesas Substituto, a contar de 14 MAR 22, cumulativamente com as funções que já exerce.

Maj **FRANCK** ROSA DA SILVA

Em consequência:
- a Turma de Finanças atualize o rol dos responsáveis; e
- a 1ª Seção tome as providências decorrentes.

(Nota nº 63720, de 14 de março de 2022, da(o) 4ª Seç)

Fl. 05
Rubrica
4º Centro de Geoinformação

Ainda sobre a autorização, o militar em questão deve atender as seguintes condicionantes:
1) Havendo cessado o motivo da solicitação antes do prazo, o militar deverá informar por escrito e retornar ao cumprimento do horário do corpo;
2) O militar que estiver cumprindo horário alternativo deverá comparecer a todas as atividades obrigatórias definidas pela chefia, bem como aquelas relacionadas com atividades de serviço de escala, dentre outras;
3) É obrigatória a presença dos militares nas formaturas dos dias de aquecimento centralizado e nas formaturas gerais do 4º CGEO;
4) A autorização terá caráter PROVISÓRIO e poderá ser REVOGADA a qualquer momento; e
5) A autorização PODERÁ implicar em perda de prioridade por parte do militar no que diz respeito a participação em atividades com afastamento da sede do 4º CGEO (campos, congressos, simpósios etc).

O militar está autorizado a cumprir o expediente alternativo, desde que atenda a todas as condicionantes, conforme as legendas supracitadas.

1º Sgt JOSÉ **DANTAS** GOMES

Em consequência, a 1ª Seç e o militar envolvido tomem as providências decorrentes.

4ª Parte
JUSTIÇA E DISCIPLINA

1. JUSTIÇA

SINDICÂNCIA - Prorrogação de prazo

Conforme solicitação contida no DIEx nº 25-Sind (EB:64492.001343/2021-12), de 11 MAR 22, autorizo a prorrogação, por mais 20 (vinte) dias, a contar de 13 MAR 22, para a conclusão da sindicância instaurada por meio da Portaria nº 13-S1.Just/2021, de 9 MAR 21, conforme prevê os artigos 10 e 11 da Portaria nº 107-Cmt Ex, de 13 FEV 12. Tendo em vista a solicitação ser pertinente ao fato deste Sindicante estar aguardando resposta de consulta realizada junto à 12ª CGCFEx. Informa ainda que é a 18ª (décima oitava) vez que requer a prorrogação.

Cap FELIPE GOMES **MARAMBAIA**

Em consequência, a 1ª Seç, o militar sindicante e os demais interessados tomem as providências decorrentes.

(Nota nº 63736, de 15 de março de 2022, da(o) 1ª Seç)

2. DISCIPLINA

Sem Alteração

DANIEL WANDER FERREIRA MELO - Maj
Respondendo pela Chefia do 4º Centro de Geoinformação

4º CGEO
Fl.: 06
Rubrica
4º Centro de Geoinformação

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DIRETORIA DE SERVIÇO GEOGRÁFICO
4º CENTRO DE INFORMAÇÃO

TERMO DE AUTUAÇÃO

Processo autuado sob o nº **64492.005195/2022-96**, que trata da Dispensa de licitação para a Aquisição do serviço de Fornecimento de Energia Elétrica, constituído inicialmente com _____ folhas, devidamente numeradas e rubricadas:

ORD	ASSUNTO	FOLHA
1	ÍNDICE	02
2	BI nº 50, de 15/03/2022 – ASSUNÇÃO DA FUNÇÃO DE ORDENADOR DE DESPENSAS SUBSTITUTO	03-05
3	TERMO DE ATUAÇÃO	06-07
4	TERMO DE ABERTURA	08
5	PARTE REQUISITÓRIA Nº 453-SECTS4/S4/4º CGEO 16 NOV 22	09
6	DESPACHO DO OD	10
7	DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA	11
8	PROJETO BÁSICO	12-13
9	TERMO DE DECLARAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	14
10	NOTA DE CRÉDITO 2022NC009266 DE 07JUL22 E 2022NC009563 DE 07JUL22	15-16
11	TERMO DE JUSTIFICATIVA DE DISPENSA	17-19
12	JUSTIFICATIVA DO PREÇO E ESCOLHA DO FORNECEDOR	20
13	MINUTA DO CONTRATO	21-55
14	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO DO CNPJ	56
15	DECLARAÇÕES NEGATIVAS	57-63
16	TERMO DE RATIFICAÇÃO	64
17	OFICIO DE REMESSA	65-66
18	PARECER JURÍDICO DA AGU	67-82
19	DECLARAÇÃO DE PROVIDÊNCIAS	83
20	DIEX nº 660-SALC/S4/4º CGEO, de 21DEZ22; DIEX nº 17-SALC/S4/4º CGEO, de 16JAN23 e DIEX nº 65-AAAJurd Cmdo/cmdo 12ª RM, de 15FEV23.	84-86
21	EXTRATO DO CADASTRO PORTAL DE COMPRAS GOVERNAMENTAL-DIVULGAÇÃO DE COMPRAS	87-91
22	PUBLICAÇÃO DO D.O.U. Nº 35, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2023 – EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO	92

23	EMPENHO 2022NE000109 DE 10 JULHO 22	93-94
24	TERMO DO CONTRATO Nº 01/2023/160011	95-131
25	PUBLICAÇÃO DO D.O.U. Nº 36, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2023 – EXTRATO DE CONTRATO	132
26	TERMO DE ENCERRAMENTO	133

Manaus, AM, 29 de Novembro de 2022.

[redacted]

FRANCK ROSA DA SILVA – **MAJ**
Ordenador de Despesas Substituto do 4º Centro de Geoinformação

Fl.: 08
Rubrica
4º Centro de Geoinformação

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DIRETORIA DE SERVIÇO GEOGRÁFICO
4º CENTRO DE GEOINFORMAÇÃO

TERMO DE ABERTURA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 17/2022
(NUP 64492.005195/2022-96)

Em conformidade com o disposto no art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, autuo nesta data, o Processo nº 64492.005195/2022-96, referente a dispensa de licitação acima indicada, cujo objeto e os recursos estão definidos no despacho do Ordenador de Despesas constante no DIEx nº 453-SECT S4/S4/4° CGEO, de 16 de novembro de 2022 e Nota de Crédito nº 2022NC009266 de 07JUL22 e 2022NC009563 de 07JUL22.

Manaus-AM, 16 de novembro de 2022.

[redacted]

FRANCK ROSA DA SILVA – **MAJ**
Ordenador de Despesas Substituto do 4º Centro de Geoinformação

Fl.: 09
Rubrica
4º Centro de Geoinformação

Imprimir Clonar/Copiar Fechar

DIEx Nº 453-Sect S4/S4/4º CGEO
EB: 64492.005195/2022-96

Manaus, 16 de novembro de 2022.

Do Fisc Con En Elétrica
Ao Sr Chefe da 4ª Seção do 4º CGEO
Assunto: Contratação do Serviço de Energia Elétria

Nos termos do contido no Art 13 da Portaria Ministerial Nr 305, de 21 MAIO 95 (IG 12-02), solicito a V Sa providências junto ao Ordenador de Despesas no sentido de ser realizada a contratação de serviço de fornecimento de energia elétrica destinado ao 4º Centro de Geoinformação, conforme a descrição a seguir:

a. Especificação do item:

Nr Ord	Descrição do Serviço	ND/Sub Item	Und	Qtd	V Unit Estimado (R$)	V Total Estimado (R$)
01	Prestação de serviço de fornecimento de Energia Elétrica	33.90.39.43	Serv mensal	12	R$ 36.257,51	R$ 435.090,16
Total Geral (R$)						R$ 435.090,16

b. Finalidade: Atender o fornecimento de Energia Elétrica deste 4º Centro de Geoinformação, de forma a atender as atividades-meio e finalísticas.

c. Tipo de Despesa: ESTIMATIVO; e

d. Empresa: Amazonas Energia CNPJ: 02.341467/0001-20

e. Célula Orçamentária:

Unidade Orçamentária	PI	PTRES	ND	Fonte de Recursos
160073	13DACSPENEL	193894	339039	0100000000

[redacted]
VITOR HUGO DOS SANTOS DE SOUZA - 3º Sgt
Fisc Con En Elétrica

"1822-2022 — BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL SOBERANIA E LIBERDADE"

Imprimir Fechar

4º CGEO
Fl: 10
Rubrica
4º Centro de Geoinformação

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DIRETORIA DE SERVIÇO GEOGRÁFICO
4º CENTRO DE GEOINFORMAÇÃO

Despacho do OD referente ao DIEx nº 453-Sect S4/S4/4º CGEO de 16 de novembro de 2022 – Dispensa de Licitação nº 17/2022 – Aquisição do Serviço de Fornecimento de Energia Elétrica.

1. Nos termos contidos no Art 12 das IG 12-02, aprovadas pela Port Min nº 305/95, autorizo o início da dispensa de licitação e determino a abertura do processo administrativo nº 101/18.

2. A Seção de Aquisições, Licitações e Contratos (SALC) adote as providências cabíveis, de acordo com as normas em vigor.

3. Para fins do Art 24, inciso XXII, da Lei nº 8.666, de 21 JUN 1993, e da EB10-IG-01.002, determino empregar os recursos, conforme expectativa de crédito, Natureza da Despesa 33.90.39, provenientes de créditos oriundos da Diretoria de Gestão Orçamentária.

4. Seja o processo administrativo relativo à licitação em questão enviado à CGU/AGU-AM para que possa se apreciado pela assessoria Jurídica.

Manaus-AM, 29 de novembro de 2022.

[redacted]

FRANCK ROSA DA SILVA – **MAJ**
Ordenador de Despesas Substituto do 4º Centro de Geoinformação

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DIRETORIA DE SERVIÇO GEOGRÁFICO
4º CENTRO DE INFORMAÇÃO

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA
(Processo Administrativo n° 64492.005195/2022-96)

Órgão: 4° Centro de Geoinformação	
Setor Requisitante (Unidade/Setor/Depto): Fiscal de Contrato	
Responsável pela Demanda: 3° Sgt Vitor Souza	**Matrícula/SIAPE: Não é o caso**
E-mail: salc4cgeo@gmail.com / salc4cgeo@hotmail.com	**Telefone:** (92) 3213-7035

1. Esta aquisição justifica-se pela importância do serviço de fornecimento de energia elétrica para o desenvolvimento das atividades do 4° Centro de Geoinformaçaão. A demanda apresentada tem necessidade de urgência por conta do prazo de renovação contratual a ser cumprido, de maneira a não afetar o fornecimento dos serviços prestados a este Centro.

1.1. DOS ASPECTOS TÉCNICOS DA NECESSIDADE

1.1.1. O serviço de fornecimento de energia elétrica tem a insuma importância para o desenvolvimento das atividades fins deste Centro.

2. JUSTIFICATIVA DA QUANTIDADE DE SERVIÇO A SER CONTRATADA

2.1. A quantidade a ser contratada foi baseada na média do consumo no período de 12 meses.

3. INDICAÇÃO DOS MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO E, SE NECESSÁRIO, O RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO.

3.1. Fiscal da Contratação: 3° Sgt Vitor Souza

Manaus, 16 de novembro de 2022.

[redacted]

VITOR HUGO DOS SANTOS DE **SOUZA – 3° Sgt**
Fiscal da Contratação

4º CGEO
Fl.: 12
Rubrica
4º Centro de Geoinformação

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DIRETORIA DE SERVIÇO GEOGRÁFICO
4º CENTRO DE GEOINFORMAÇÃO
(4ª DL – 1978)

PROJETO BÁSICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 64492.005195/2022-96

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2022

PROJETO BÁSICO

Objeto	Contratação do Serviço de Fornecimento de Energia Elétrica para o 4º Centro de Geoinformação.
Objetivo	Contratar à Amazonas Energia para fornecimento de energia elétrica para o 4º CGEO.
Especificação dos serviços	Fornecimento de energia para o 4º CGEO, visando manter a vida vegetativa da Unidade.
Regime de execução	Empreitada por preço estimativo (KW/H)
Prazo de execução dos serviços	12 a 60 meses
Valor estimado serviço	Conforme bandeira tarifária aplicada à época da leitura do consumo, realizado pela concessionária.
Valor global estimado da contratação	O valor estimado para 12 meses de serviços é de R$ 435.090,16 (quatrocentos e trinta e cinco mil e noventa reais e dezesseis centavos), referente ao consumo anual.
Classificação Orçamentaria	Gestão/Unidade: 00001/160073 Fonte: 0100000000 Programa de Trabalho: 193894 Elemento de Despesas: 3.3.90.39 PI: I3DACSPENEL
Local de execução	Av Marechal Bittencourt, nº 97, Bairro Santo Antônio, Manaus-AM

Fl. 13
Rubrica
4º Centro de Geoinformação

Dispensa de Licitação	A presente contratação ocorrerá por Dispensa de Licitação, com fundamento legal no caput art. 24, Inc. XXII, DA Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pois somente a AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, oferece a distribuição e comercialização de Energia Elétrica no estado.
Natureza do Serviço	Continuado
Fiscalização	Fiscalização Administrativa do 4º Centro de Geoinformação

Orgão Proponente: 4º Centro de Geoinformação	**CNPJ:** 09.539.549/0001-23
Endereço: Av Marechal Bittencourt, nº 97 Santo Antônio, Manaus-AM	

Cidade: Manaus	**U.F** AM	**CEP:** 69029-160	**Telefone:** (92) 3213-7035	**E-mail:** salc4cgeo@gmail.com salc4cgeo@hotmail

Nome do responsável: EMERSON MAGNUS DE ARAÚJO XAVIER		**CPF:** [redacted]
Identidade: [redacted] MD-EB	**Cargo:** Comandante do 4° CGEO	**Função:** Ordenador de Despesas Titular

APROVAÇÃO

De conformidade com o Inciso I, § 2º, Art. 7°, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, aprovo este Projeto Básico tendo em vista o mesmo atender ao disposto na legislação pertinente.

Manaus-AM, 29 de novembro de 2022.

[redacted]

FRANCK ROSA DA SILVA – **MAJ**
Ordenador de Despesas do 4º Centro de Geoinformação - Substituto

4º CGEO
Fl. 14
Rubrica
4º Centro de Geoinformação

TERMO DE DECLARAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Dispensa de licitação nº 17/2022

Em conformidade com o disposto nos Arts 7º, § 2º, III, 14 e 38 da Lei Nr 8.666, de 21 de junho de 1993, declaro para os devidos fins, que a Dotação Orçamentária para o Processo Administrativo referente a dispensa de licitação supramencionada, está contida nas Notas de Créditos nº 2022NC009266 DE 07JUL22 e 2022NC009563 DE 07JUL22, da Diretoria de Gestão Orçamentária.

Manaus-AM, 29 de novembro de 2022.

[redacted]

FRANCK ROSA DA SILVA – **MAJ**
Ordenador de Despesas Substituto do 4º Centro de Geoinformação

07/06/22 12:25 USUARIO: EMILIANO

Fl. 15
Rubrica
4º Centro de Geoinformação

DATA EMISSAO : 06Jun22 VALORIZACAO : 07Jun22 NUMERO : 2022NC009266
UG EMITENTE : 160073 - DIRETORIA DE GESTAO ORCAMENTARIA - GESTOR
GESTAO EMITENTE : 00001 - TESOURO NACIONAL
UG/GESTAO FAVORECIDA : 160011 / 00001 - 4º CGEO
OBSERVACAO
ATD DESP ENERGIA ELETRICA DEZ QUE VENC JAN 23 NAO HAVERA SUPL CREDITO
DOC DE REFERENCIA DIEX NR 647 SPC SGS SDIR DE 3 SET 21
PRAZO DE EMPENHO 30 DIAS PRIORIZAR O EMPREGO DO SALDO DE RP
NUM. TRANSFERENCIA :

EV.	ESF	PTRES	FONTE	ND	SB	UGR	PI	VALOR
300063	1	203677	0188000000	339000		160073	I3DACSPENEL	121.286,00

LANCADO POR : 72700343115 - WAINE UG : 160073 07Jun22 10:57
1=AJUDA PF3=SAI PF4=ESPELHO PF12=RETORNA

DATA EMISSAO : 06Jun22 VALORIZACAO : 07Jun22 AGENTE : BI

UG EMITENTE : 160073 - DIRETORIA DE GESTAO ORCAMENTARIA - GESTOR

GESTAO EMITENTE : 00001 - TESOURO NACIONAL

UG/GESTAO FAVORECIDA : 160011 / 00001 - 4º CGEO

OBSERVACAO

ATD DESP ENERGIA ELETRICA DEZ QUE VENC JAN 23 NAO HAVERA SUPL CREDITO
DOC DE REFERENCIA DIEX NR 647 SPC SGS SDIR DE 3 SET 21
PRAZO DE EMPENHO 30 DIAS PRIORIZAR O EMPREGO DO SALDO DE RP

NUM. TRANSFERENCIA :

EV.	ESF	PTRES	FONTE	ND	SB	UGR	PI	VALOR
300063	1	193894	0100000000	339000		160073	I3DACSPENEL	98.714,00

LANCADO POR : 72700343115 - WAINE UG : 160073 07Jun22 10:59

1=AJUDA PF3=SAI PF4=ESPELHO PF12=RETORNA

4º CGEO
Fl: 17
Rubrica
4º Centro de Geoinformação

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DIRETORIA DE SERVIÇO GEOGRÁFICO
4º CENTRO DE GEOINFORMAÇÃO

TERMO DE JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA AMAZONAS ENERGIA S/A PARA AQUISIÇÃO DO SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA.

Dispensa de Licitação Nº 17/2022

NUP/NUD: 64492.005195/2022-96

Interessado: 4º Centro de Geoinformação

Empresa: AMAZONAS ENERGIA S/A

CNPJ: 02.341.467/0001-20

Objeto: Serviço de Fornecimento de Energia Elétrica

PARECER

NOTA: *Todos os dispositivos citados neste parecer, quando outra fonte não for expressamente mencionada, ou quando do contexto não se puder inferir que de outra sejam, referem-se à Lei 8.666/93, de 21 Jun 93.*

I. INTRODUÇÃO

O presente processo foi instaurado por determinação do Ordenador de Despesas do 4º Centro de Geoinformação, que o fez atendendo a requisição do Chefe da secretaria da 4ª seção em despacho na folha nº 06, e tem por finalidade declarar a referida Dispensa de licitação, junto à Empresa AMAZONAS ENERGIA S/A - CNPJ: 02.341.467/0001-20.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Por força do disposto no Art. 37, inciso XXI da Constituição Federal (CRFB), em que as contratações da Administração Pública são precedidas de licitação, na forma da Lei 8.666/93, mas em certos casos o procedimento licitatório é dispensado ou dispensável (Art. 24 XXII).

O Art. 24 Caput e inciso XXII, da Lei 8.666/93 estabelece a dispensa de licitação:

"É dispensável a licitação:

XXII. na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica; (incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)."

III. CONCLUSÃO

Avaliando o exposto e cumprindo o despacho do Ordenador de Despesas, determinado o início dos procedimentos administrativos para aquisição, buscou-se por meios legais, providenciar a AQUISIÇÃO DO SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA, pela empresa AMAZONAS ENERGIA S/A - CNPJ: 02.341.467/0001-20, pois os serviços fornecidos atendem as necessidades emergenciais deste Centro de Geoinformação, através da modalidade Dispensa de Licitação, fundamentada no disposto no inciso XXII do Art. 24 da Lei 8.666/93, levando em consideração os seguintes pontos:

a) Em cumprimento ao disposto na legislação vigente, é importante salientar que os recursos que custearão as despesas com o objeto em tela serão oriundos de crédito descentralizado pelo Fundo do Exército, classificado na Natureza de Despesa 33.90.39.

b) Tendo em vista a necessidade em caráter emergencial, determino a contratação dos serviços especificados no objeto da presente dispensa à empresa AMAZONAS ENERGIA S/A - CNPJ: 02.341.467/0001-20. Determino a aquisição através da modalidade Dispensa de Licitação, fundamentada no disposto no inciso XXII do Art. 24 da Lei 8.666/93, atendendo-se, com isso, os princípios da Eficiência e da Economicidade.

c) Este Ordenador de Despesas declara ainda ter ciência de que os valores de todas as despesas executadas de mesma natureza e finalidade durante o presente exercício financeiro encontram-se de conformidade, com o previsto nas legislações e ainda conforme os limites previstos em especial atenção as Dispensas de pequeno vulto e Inexibilidades.

d) Consta na folha n° 20 a Justificativa de Preço e Escolha do Fornecedor.

e) Foi realizada a consulta no Sicaf, Cadin e das Certidões do TCU da empresa AMAZONAS ENERGIA S.A , conforme pode ser verificado nas folhas nº 57 a 63 do processo.

Por fim, este Ordenador de Despesas decide pelo que segue:

Recorrer ao Inciso XXII, do Artigo 24, da Lei 8.666/93, com a finalidade de justificar a instauração do processo de dispensa de licitação, quando diz:

> **"na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica; (incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)."**

Levando em conta os argumentos supracitados, este OD opina favoravelmente à declaração de Dispensa de Licitação, cujo objeto está discriminado no Diex nº 453-SECT S4/S4/4º CGEO, de 16 de novembro de 2022 e a favorecida foi a empresa AMAZONAS ENERGIA S/A CNPJ: 02.341.467/0001-20.

Manaus-AM, 29 de novembro de 2022.

[redacted]

FRANCK ROSA DA SILVA – **MAJ**
Ordenador de Despesas Substituto do 4º Centro de Geoinformação

Fl. 10
Rubrica
4º Centro de Geoinformação

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DIRETORIA DE SERVIÇO GEOGRÁFICO
4º CENTRO DE GEOINFORMAÇÃO

JUSTIFICATIVA DO PREÇO E ESCOLHA DO FORNECEDOR PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Cumprindo o que prescreve o Inciso III do Art. 26 da Lei n° 8.666/93, é justificável a Dispensa de Licitação, Inciso XXII, art. 24, da Lei n° 8.666/93, não havendo possibilidade de pesquisa de mercado, tendo em vista a inviabilidade de competição, que justifica o fato da exclusividade da prestação por parte da empresa em questão, conforme quadro abaixo:

Item	Descrição do Item	ND/Sub Item	Und	Qtd	VL Unit	Valor Total
1	Prestação de serviço de fornecimento de Energia Elétrica	33.90.39.43	Serv Mensal	12	R$ 36.257,51	R$ 435.090,16
TOTAL						**R$ 435.090,16**

Conforme prescreve o Inciso II do Art. 26 da Lei n° 8.666/93, referente a escolha do fornecedor, não sendo possível a realização da pesquisa de preços praticados no mercado regional, pois contratado é o único e exclusivo na prestação do serviço, conforme empresa descrita abaixo:

Empresa: AMAZONAS ENERGIA S/A
CNPJ: 02.341.467/0001-20
Endereço: Av. Sete de Setembro n° 2414, Cachoeirinha - Manaus-AM
Telefone: (92) 3621-1198 / 3621-1130/ 2126-7306

Manaus-AM, 29 de novembro de 2022.

[redacted]

FRANCK ROSA DA SILVA – **MAJ**
Ordenador de Despesas Substituto do 4º Centro de Geoinformação

4° CGEO
Fl. 21
Rubrica
4° Centro de Geoinformação

AMAZONAS ENERGIA

MINUTA DO CONTRATO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A AMAZONAS ENERGIA E A 4° CENTRO DE GEOINFORMAÇÃO.

CUSD/CCER - N° /2022

Pelo Contrato de Uso do Sistema de Distribuição, doravante simplesmente denominado CONTRATO, de um lado, AMAZONAS ENERGIA, ora denominada DISTRIBUIDORA, com sede na Avenida Sete de Setembro, 2414, Cachoeirinha, CEP 69005–141, na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.341.467/0001-20, por seus representantes legais devidamente constituídos, e, de outro, 4° CENTRO DE GEOINFORMAÇÃO, inscrito(a) no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF, sob o nº 09.539.549/0001-23, situado à Av Marechal Bittencourt, n° 97, Bairro Santo Antônio, na cidade de Manaus/AMAZONAS, por seus representantes legais devidamente constituídos, doravante simplesmente denominado CONSUMIDOR,

em conjunto, DISTRIBUIDORA e CONSUMIDOR, doravante denominadas PARTES,

CONSIDERANDO QUE:

(i) a DISTRIBUIDORA é prestadora de serviço público de distribuição de energia elétrica, usuária da REDE BÁSICA, que opera e mantém o SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO;

(ii) o CONSUMIDOR é responsável por instalações que são conectadas ao SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO;

(iii) o uso dos sistemas elétricos baseia-se nas Leis nº 9.074/95, nº 9.648/98, nº 10.438/02 e nº 10.848/04, nos Decretos nº 2.003/96, nº 4.562/02 e nº 5.163/04, nas Resoluções ANEEL nº 414/2010, 506/2010 e PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO - PRODIST e demais normas pertinentes, em virtude das quais o acesso ao SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO deve ser garantido ao CONSUMIDOR e contratado separadamente da compra e venda de energia elétrica;

(iv) O **CONSUMIDOR** se caracteriza como **CONSUMIDOR CATIVO, LIVRE, ESPECIAL, POTENCIALMENTE LIVRE** ou **PARCIALMENTE LIVRE,** de acordo com a descrição constante do quadro I e com base na legislação;

As PARTES têm, entre si, justa e contratada a celebração do presente CONTRATO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO ("CONTRATO"), nos seguintes termos e condições:

Quadro I

UNIDADE CONSUMIDORA
UC Nº: 870129
Endereço Ponto de Entrega: Av Marechal Bittencourt, n° 97, Bairro Santo Antônio, CEP: 69029-160
Cidade/UF: MANAUS/AMAZONAS

4º CGEO
Fl. 22
Rubrica
4º Centro de Geoinformação

AMAZONAS ENERGIA

DADOS CONTRATUAIS			
Caracterização do Consumidor: CATIVO			
Tensão Contratada:			
Capacidade de conexão: 1,05 x demanda contratada			
Período de Vigência: 10/02/2023 a 10/02/2024			
MODALIDADE TARIFÁRIA: AZUL			
DEMANDA CONTRATADA			
INICIO	**AZUL**		**VERDE**
	DEMANDA PONTA (KW)	**DEMANDA FORA-PONTA (KW)**	**DEMANDA (KW)**
10/02/2023	**160**	**13800**	

DEFINIÇÕES E PREMISSAS

CLÁUSULA 1ª Neste CONTRATO, as palavras e expressões grafadas em maiúsculas têm o significado a elas atribuído nesta Cláusula, considerando ou nas cláusulas específicas:

ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas;

ACORDO OPERATIVO: documento celebrado entre as PARTES que descreve as atribuições e o relacionamento operacional entre as mesmas para fins da conexão, observada a legislação vigente e os PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO;

ANEEL: Agência Nacional de Energia Elétrica, instituída pela Lei nº 9.427/96;

APROVAÇÕES: todas as licenças, concessões, permissões, autorizações, e/ou outros atos ou documentos necessários ao exercício de determinada atividade;

AUTORIDADE COMPETENTE: significa (a) qualquer autoridade federal, estadual ou municipal brasileira, (b) qualquer juízo ou tribunal no Brasil ou (c) quaisquer repartições, entidades, agências ou órgão governamentais brasileiros, incluindo, mas não se limitando à ANEEL, que exerçam ou detenham o poder de exercer autoridade administrativa, regulatória, executiva, judicial ou legislativa sobre qualquer uma das PARTES ou matérias deste CONTRATO, inclusive, mas não se limitando a matérias relacionadas à energia, imóveis, zoneamento, tributos, meio ambiente, economia e relações trabalhistas;

4º CGEO
Fl. 23
Rubrica
4º Centro de Geoinformação

CAPACIDADE DE CONEXÃO: significa o máximo carregamento definido para regime normal de operação e de emergência, a que os equipamentos das subestações, linhas de transmissão e linhas de distribuição podem ser submetidos sem sofrer danos ou perda adicional de vida útil;

CCEE: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, sob regulação e fiscalização da ANEEL, que tem por finalidade viabilizar a comercialização de energia elétrica no SIN nos Ambientes de Contratação Regulada e Contratação Livre, além de efetuar a contabilização e a liquidação financeira das operações realizadas no mercado de curto prazo;

CONSUMIDOR CATIVO: Consumidor ao qual só é permitido comprar energia da DISTRIBUIDORA detentora da concessão ou permissão na área onde se localizam as instalações do CONSUMIDOR e, por isso, não participa do mercado livre e é atendido sob condições reguladas;

CONSUMIDOR ESPECIAL: agente da CCEE, da categoria de comercialização, que adquire energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração enquadrados no § 5º do artigo 26 da lei nº 9427 de 26/12/1996, para unidade consumidora ou unidades consumidoras reunidas por comunhão de interesses de fato ou de direito cuja carga seja maior ou igual a 500 kW e que não satisfaçam, individualmente, os requisitos dispostos nos artigos 15 e 16 da 9.074 de 07/07/1995.

CONSUMIDOR LIVRE: agente da CCEE, da categoria de comercialização, que adquire energia elétrica no ambiente de contratação livre para unidades consumidoras que satisfaçam, individualmente, os requisitos dispostos nos artigos 15 e 16 da 9.074 de 07/07/1995.

CONSUMIDOR POTENCIALMENTE LIVRE: aquele cujas unidades consumidoras satisfazem, individualmente, os requisitos dispostos nos arts. 15 e 16 da Lei no 9.074, de 1995, porém não adquirem energia elétrica no ambiente de contratação livre.

CONSUMIDOR PARCIALMENTE LIVRE: Consumidor Livre ou Especial cujo atendimento se dê parcialmente sob condições reguladas;

CUSD: contrato firmado pelo CONSUMIDOR com a DISTRIBUIDORA o qual estabelece os termos e condições para o uso do SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO e para a conexão das instalações do CONSUMIDOR a instalações de distribuição;

ENCARGO DE USO: valores pagos à DISTRIBUIDORA pelo uso do SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO;

ENCARGOS DE CONEXÃO: montantes financeiros relativos às instalações de conexão devidos pelo CONSUMIDOR à DISTRIBUIDORA;

EXIGÊNCIAS LEGAIS: qualquer lei, regulamento, ato normativo ou qualquer ordem, diretriz, decisão ou orientação de AUTORIDADE COMPETENTE;

FATOR DE POTÊNCIA: razão entre a energia elétrica ativa e a raiz quadrada da soma dos quadrados das energias elétricas ativa e reativa, consumidas no mesmo período especificado;

HORÁRIO DE PONTA: período composto por 3 (três) horas diárias consecutivas definidas pela DISTRIBUIDORA considerando a curva de carga de seu sistema elétrico, aprovado pela ANEEL, para toda a área de concessão, diariamente, entre 20:00 e 22:59 horas, com exceção feita aos sábados, domingos, terça-

Fl. 24

feira de carnaval, sexta-feira da Paixão, Corpus Christi, e os seguintes feriados: 01 de janeiro - Confraternização Universal (Lei nº 10.607, de 19/12/2002); 21 de abril – Tiradentes (Lei nº 10.607, de 19/12/2002); 01 de maio - Dia do Trabalho (Lei nº 10.607, de 19/12/2002); 07 de setembro – Independência (Lei nº 10.607, de 19/12/2002); 12 de outubro - Nossa Senhora Aparecida (Lei nº 6.802. de 30/06/1980); 02 de novembro – Finados (Lei nº 10.607, de 19/12/2002); 15 de novembro - Proclamação da República (Lei nº 10.607, de 19/12/2002); 25 de dezembro – Natal (Lei nº 10.607, de 19/12/2002);

HORÁRIO DE FORA DE PONTA: é o período composto pelo conjunto das horas diárias consecutivas e complementares àquelas definidas no HORÁRIO DE PONTA;

INSTALAÇÕES DE CONEXÃO: instalações e equipamentos com a finalidade de interligar as instalações próprias do CONSUMIDOR ao SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO, compreendendo o PONTO DE CONEXÃO e eventuais instalações de interesse restrito;

DEMANDA: Médias das potências elétricas ativas ou reativas, solicitadas ao sistema elétrico pela parcela da carga instalada em operação na unidade consumidora, durante um intervalo de tempo especificado.

DEMANDA MEDIDA: Maior demanda de potência ativa, verificada por medição, integralizada no intervalo de 15 (quinze) minutos durante o período de faturamento, expressa em quilowatts (kW).

DEMANDA CONTRATADA: Demanda de potência ativa a ser obrigatória e continuamente disponibilizada pela concessionária "no ponto de entrega", a partir da "data de início de fornecimento de energia", conforme valor e período de vigência fixados no Contrato de Fornecimento, e que deverá ser integralmente paga, seja ou não utilizada, durante o período de faturamento, expressa em quilowatts (kW).

ONS: Operador Nacional do Sistema Elétrico, instituído pela Lei nº 9.648/98;

PONTO DE CONEXÃO: conjunto de equipamentos que se destina a estabelecer a conexão na fronteira entre as instalações da DISTRIBUIDORA e do CONSUMIDOR;

PdC: Procedimentos de Comercialização – conjunto de normas aprovadas pela ANEEL que definem condições, requisitos, eventos e prazos relativos à comercialização de energia elétrica no âmbito da CCEE;

PRODIST: Procedimentos de Distribuição: conjunto de normas, critérios e requisitos técnicos para o planejamento, acesso, procedimentos operacionais, de medição e de qualidade da energia aplicáveis ao SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO e aprovados pela ANEEL;

PROCEDIMENTOS DE REDE: conjunto de normas, critérios e requisitos técnicos para o planejamento, acesso, procedimentos operacionais de medição e de qualidade da energia aplicáveis à REDE BÁSICA e aprovados pela ANEEL;

REDE BÁSICA: instalações pertencentes ao SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL identificadas segundo regras e condições estabelecidas pela ANEEL;

REGRAS DE COMERCIALIZAÇÃO: Critérios aplicáveis à comercialização, contabilização e liquidação da energia elétrica comercializada no âmbito da CCEE, homologadas pela ANEEL.

4º CGEO
Fl.: 25
Rubrica
4º Centro de Geoinformação

SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO: instalações destinadas à distribuição de energia elétrica componentes dos ativos da área de concessão ou permissão da DISTRIBUIDORA;

SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL - SIN: composto pelos sistemas de transmissão e de distribuição de propriedade das diversas empresas das Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste, com uso compartilhado por essas empresas, por onde transitam energias de diversas fontes e destinos, sistema esse sujeito à legislação pertinente, à regulamentação expedida pela ANEEL e, no que couber, à operação e coordenação do ONS;

SMF: Sistema de Medição para Faturamento – conjunto de instrumentos, equipamentos e softwares especificados conforme disposto no módulo 12 dos Procedimentos de Rede do ONS, destinados ao registro, armazenamento em banco de dados e faturamento de grandezas que caracterizam o fornecimento de energia elétrica às instalações do CONSUMIDOR, nos casos de Consumidor Livre, Especial, ou Parcialmente Livre.

UNIDADE CONSUMIDORA: conjunto de instalações e equipamentos elétricos de propriedade do CONSUMIDOR, caracterizado pelo recebimento de energia elétrica no PONTO DE CONEXÃO com medição individualizada.

CLÁUSULA 2ª As PARTES expressamente declaram e garantem que:

I. Obedecerão os procedimentos de rede do ONS, os PdCs e REGRAS DE COMERCIALIZAÇÃO da CCEE, o PRODIST e, quando aplicável, o Acordo Operativo, vigentes ou que venham a ser estabelecidos;

II. Obedecerão a legislação específica quanto às normas e padrões da ABNT, as normas e padrões técnicos de caráter geral da DISTRIBUIDORA, que estabelecem as regras técnicas aplicáveis ao sistema de distribuição;

III. Detêm todas as autorizações legais, governamentais, regulatórias e societárias necessárias à celebração e cumprimento de suas obrigações nos termos deste CONTRATO;

IV. A celebração deste CONTRATO não viola quaisquer contratos, obrigações, decisões administrativas e judiciais de que as PARTES sejam parte ou sejam a eles oponíveis;

V. As obrigações assumidas neste CONTRATO são legais, válidas e exequíveis, de acordo com os respectivos termos e condições;

VI. Todas as informações fornecidas pelas PARTES são completas e exatas, sejam elas contidas em informações escritas, relatórios, correspondências e quaisquer outros instrumentos, escritos ou eletrônicos.

OBJETO

CLÁUSULA 3ª O presente CONTRATO tem por objeto regular as condições, procedimentos, direitos e obrigações das PARTES em relação ao uso do SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO, observado a demanda CONTRATADA e o pagamento dos ENCARGOS DE USO, bem como à conexão das instalações do CONSUMIDOR ao SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO por meio do PONTO DE CONEXÃO.

§1° O uso do SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO de que trata o presente CONTRATO está subordinado à legislação do serviço de energia elétrica, aos PROCEDIMENTOS DE REDE, quando aplicáveis, e aos PRODIST, os quais prevalecem nos casos omissos ou eventuais divergências.

§2° A conexão ao SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO de que trata o presente CONTRATO está subordinada à legislação do serviço de energia elétrica, aos PROCEDIMENTOS DE REDE, quando aplicáveis, e ao PRODIST, os quais prevalecem nos casos omissos ou eventuais divergências.

§3°. Constituem anexos deste CONTRATO:

a) Anexo I: Relação dos PONTOS DE CONEXÃO e das INSTALAÇÕES DE CONEXÃO

PRAZO DE VIGÊNCIA

CLÁUSULA 4ª O presente CONTRATO vigorará a partir da data de inicio que consta na quadro I, prorrogando-se automaticamente por mais 12 (doze) meses e assim sucessivamente a menos que o CONSUMIDOR se manifeste formalmente em contrário com 180 (cento e oitenta) dias de antecedência em relação ao término de cada vigência.

Parágrafo único. Para Consumidores submetidos à Lei Federal 8.666/1993, este CONTRATO vigorará conforme o Caput até o limite de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA 5ª A eficácia e execução das obrigações e compromissos disciplinados neste CONTRATO ficam condicionadas:

I. À regularização do CONSUMIDOR como agente na CCEE, no caso de consumidor livre, especial ou parcialmente livre.

II. À assinatura pelo Consumidor, do Contrato de Compra de Energia Regulada-CCER com a distribuidora, no caso de consumidor cativo, potencialmente livre ou parcialmente livre;

USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO

CLÁUSULA 6ª A energia elétrica deve ser disponibilizada no PONTO DE CONEXÃO em corrente alternada trifásica, frequência de 60 Hz e tensão contratada conforme **Quadro I.**

§1° Eventual mudança da tensão contratada dependerá de aprovação da DISTRIBUIDORA, após análise da nova declaração de carga instalada e dos respectivos projetos aprovados que justifiquem a solicitação do CONSUMIDOR conforme previsto em na legislação do setor elétrico.

§2° A capacidade do ponto de conexão é equivalente à máxima demanda contratada, por seguimento horário, acrescido de 5% para ultrapassagem.

CLÁUSULA 7ª A CONSUMIDOR reconhece que o serviço de distribuição de energia elétrica tem caráter interruptível, cabendo à DISTRIBUIDORA assegurar o menor número possível de interrupções, variações ou perturbações, observando, para tanto, os índices de padrões de qualidade e da continuidade estabelecidos no PRODIST.

4º CGEO
Fl.: 27
Rubrica
Centro de Geoinformação

AMAZONAS ENERGIA

CLÁUSULA 8ª É responsabilidade da DISTRIBUIDORA a manutenção e operação do sistema elétrico de distribuição até o ponto de conexão, em conformidade com os padrões técnicos e indicadores de qualidade e continuidade de fornecimento, estabelecidos pela ANEEL.

CLÁUSULA 9ª É responsabilidade do CONSUMIDOR, após o ponto de conexão, manter a adequação técnica, de segurança e condições operativas e de proteção de suas instalações internas, em conformidade com os padrões de continuidade e qualidade estabelecidos pela ANEEL para a DISTRIBUIDORA, mitigando os efeitos que contingências imprevisíveis, características do fornecimento de energia elétrica, possam causar aos equipamentos elétricos e ao processo produtivo.

CLÁUSULA 10ª O CONSUMIDOR é responsável pela custódia dos equipamentos de medição, na qualidade de depositário a título gratuito, quando instalados no interior de sua propriedade.

CLÁUSULA 11ª A infração dos indicadores de continuidade e qualidade será objeto de compensação ao CONSUMIDOR, na forma e prazo estabelecidos no PRODIST.

CLÁUSULA 12ª Nenhuma responsabilidade caberá às PARTES por perdas e danos eventualmente sofridos oriundos de suspensão, interrupção total ou parcial do uso do sistema de distribuição de energia elétrica ou de alterações nas características da corrente fornecida, causadas por motivos de caso fortuito ou de força maior, entre os quais se incluem greves, secas, guerras, revoluções, inundações, incêndio, explosões, fenômenos meteorológicos imprevisíveis ou irresistíveis, ou ainda, interrupções por determinação do Poder Público, por impedimentos legais, ou outras razões alheias à vontade das PARTES.

CLÁUSULA 13ª A DISTRIBUIDORA poderá fornecer, após análise de solicitação escrita do CONSUMIDOR, pulsos de energia e sincronismo gerados no equipamento de medição para comando sincronizado das cargas instaladas, respeitadas as seguintes condições:

a) Todos os custos de adaptação para o fornecimento dos pulsos serão de responsabilidade CONSUMIDOR;

b) A DISTRIBUIDORA não se responsabilizará por quaisquer consequências ou danos ocorridos nas instalações do CONSUMIDOR, decorrentes de eventuais falhas no fornecimento dos pulsos, nem poderão tais falhas servir como justificativas de isenção de ultrapassagem da demanda contratada ou para reivindicações de qualquer espécie, decorrentes de divergências entre os valores medidos pela DISTRIBUIDORA e os valores eventualmente apurados por equipamento do CONSUMIDOR;

c) A DISTRIBUIDORA poderá, a seu critério e a qualquer tempo, mediante prévia notificação ao CONSUMIDOR, suspender o fornecimento dos pulsos, caso entenda haver riscos à integridade dos registros de medição ou dos próprios equipamentos;

d) A DISTRIBUIDORA, a seu critério, sempre que razões técnicas ou regulamentares pelo Poder Concedente o recomendarem, poderá alterar as características dos pulsos, assim como substituir parte ou todo sistema de medição, mediante prévia notificação ao CONSUMIDOR.

Parágrafo único. O fornecimento de pulsos de potência e sincronismo está condicionado à disponibilidade no medidor, e o seu custo corresponde ao da visita técnica.

4º CGEO Fl. 28 Rubrica 4º Centro de Geoinformação

CLÁUSULA 14ª A instalação de novos equipamentos geradores de energia elétrica na unidade consumidora e a conexão desses equipamentos em paralelo com o sistema elétrico dependerão de prévia aprovação e autorização da DISTRIBUIDORA.

§ 1º. A inobservância dos termos desta CLÁUSULA implicará na suspensão do uso do sistema de distribuição ao CONSUMIDOR que será responsabilizado por quaisquer danos porventura causados à DISTRIBUIDORA e a terceiros, nos termos da legislação vigente.

§ 2º. O eventual uso do sistema de energia elétrica para suprir a perda parcial ou total de geração própria deverá ser contratado pelo CONSUMIDOR, conforme legislação específica.

SISTEMA DE MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

CLÁUSULA 15ª Os padrões técnicos e os procedimentos para projeto, especificações, aferição, instalação, adequação, leitura, inspeção, operação e manutenção do sistema de medição devem atender os PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO e, quando aplicáveis, aos PROCEDIMENTOS DE REDE.

Parágrafo único. A DISTRIBUIDORA é responsável pela instalação do Sistema de Medição de Faturamento – SMF, onde se localiza o ponto de conexão do CONSUMIDOR, sendo ainda responsável:

I. Financeiramente, pela implantação do medidor principal e dos transformadores de instrumentos;
II. Tecnicamente, por todo o SMF, inclusive perante a CCEE, no caso de CONSUMIDOR atendido no Ambiente de Contratação Livre – ACL;
III. Após a implantação, pela operação e manutenção de todo o SMF, incluindo os custos de eventual substituição ou adequação;
IV. Pela leitura dos montantes de energia e potência registrados no SMF.

CLÁUSULA 16ª O CONSUMIDOR perante o SMF é responsável:

I. Por ressarcir a DISTRIBUIDORA pelo custo de aquisição e implantação do medidor de retaguarda e do sistema de comunicação de dados, no caso de CONSUMIDOR atendido no Ambiente de Contratação Livre – ACL;
II. Na implantação do sistema, pelas obras civis e adequações das instalações associadas ao SMF;
III. Pelos custos incorridos com a operação e manutenção do sistema de comunicação de dados, demonstrados na Cláusula 24ª deste contrato e informado mensalmente na Fatura de uso do sistema de distribuição sob a rubrica "Encargo de Conexão", no caso de CONSUMIDOR atendido no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

CLÁUSULA 17ª O CONSUMIDOR comunicará à DISTRIBUIDORA qualquer ocorrência de avaria ou defeito nos equipamentos do SMF.

Parágrafo único. O CONSUMIDOR responderá pelos danos oriundos de avarias ou violação de lacres que os equipamentos de medição sofrerem, na forma da legislação, salvo os decorrentes de uso e ação do tempo, de comprovada impossibilidade de impedir a ação de terceiros ou nos casos previstos nos Procedimentos de Rede.

4º CSEO
Fl. 29
Rubrica
4º Centro de Geoinformação

CLÁUSULA 18ª Presumir-se-á a responsabilidade do CONSUMIDOR se da violação dos lacres ou de danos nos mencionados equipamentos decorrerem registros irreais de energia ou de potência que venham a beneficiar o CONSUMIDOR ou a terceiros.

CLÁUSULA 19ª As manutenções e inspeções no SMF serão efetuadas pela DISTRIBUIDORA em conformidade com a legislação aplicável, devendo o CONSUMIDOR assegurar o livre acesso dos seus representantes aos locais onde estejam instalados os referidos equipamentos.

CLÁUSULA 20ª No caso de CONSUMIDOR atendido no Ambiente de Contratação Livre – ACL as condições e prazos para a adequação do SMF serão estabelecidos pela DISTRIBUIDORA, em conformidade com a legislação.

CONEXÃO ÀS INSTALAÇÔES DE DISTRIBUIÇÃO

CLÁUSULA 21ª - O PONTO DE CONEXÃO e o SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO devem estar dimensionados para uma CAPACIDADE DE CONEXÃO igual a 1,05 da demanda contratada, sendo a energia elétrica disponibilizada em corrente alternada trifásica, frequência de 60 Hz e tensão contratada conforme o **Quadro I**.

§1º Ocorrendo qualquer violação da CAPACIDADE DE CONEXÃO, as PARTES comprometem-se a avaliar a necessidade de implementar os ajustes técnicos necessários para adaptar as instalações envolvidas e atender ao novo valor de CAPACIDADE DE CONEXÃO.

§2º Caso os procedimentos e medidas operativas não sejam suficientes, a distribuidora poderá interromper a conexão das instalações do Consumidor com o sistema de distribuição.

§3º Caso o CONSUMIDOR tenha necessidade de alterar a CAPACIDADE DE CONEXÃO, um novo procedimento de acesso, conforme estabelecido nos PRODIST, deve ser instruído pelo CONSUMIDOR perante a DISTRIBUIDORA, celebrando-se um termo aditivo ao contrato em vigor.

EXIGÊNCIAS OPERACIONAIS

CLÁUSULA 22ª - É de responsabilidade da DISTRIBUIDORA e do CONSUMIDOR realizar a operação e manutenção das respectivas INSTALAÇÕES DE CONEXÃO de sua propriedade.

§1º Se uma parte provocar distúrbios ou danos nas instalações elétricas da outra PARTE, faculta-se à PARTE prejudicada exigir da outra a instalação de equipamentos corretivos.

§2º O detalhamento dos procedimentos para o relacionamento das PARTES referente às INSTALAÇÕES DE CONEXÃO é estabelecido no ACORDO OPERATIVO, observadas as diretrizes previstas nos PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO.

§3º As PARTES comprometem-se, quando necessário, a reavaliar as condições operativas das INSTALAÇÕES DE CONEXÃO, efetivando as adequações que se fizerem necessárias de forma a manter os padrões e requisitos definidos neste CONTRATO.

4º CSEO
Fl. 30
Rubrica
4º Centro de Geoinformação

§4º As PARTES concordam que a responsabilidade pelas perturbações nas INSTALAÇÕES DE CONEXÃO e SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO é estabelecida e comprovada através de um processo de análise de perturbação, conforme os PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO - PRODIST.

§5º É do Consumidor a responsabilidade pela definição, projeto, estudos de parametrização, manutenção e integração do seu sistema de proteção com o sistema de proteção da DISTRIBUIDORA, bem como observar as práticas operativas adotadas pela DISTRIBUIDORA, sob pena de responder civil e criminalmente por todos os danos que a falha do seu equipamento de proteção causar à DISTRIBUIDORA ou a terceiros.

§6º O CONSUMIDOR deve atender às determinações da DISTRIBUIDORA, inclusive reduzindo ou desligando a carga ou transferindo a alimentação para o ramal de reserva, se existir, quando necessário à preservação da confiabilidade do SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO.

§7º O CONSUMIDOR, na utilização do SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO, deve observar o limite mínimo de 92% (noventa e dois por cento) no seu FATOR DE POTÊNCIA.

CLÁUSULA 23ª O CONSUMIDOR desde já concorda que, a qualquer momento, representantes da DISTRIBUIDORA, devidamente credenciados e previamente cadastrados, tenham acesso às instalações elétricas de sua propriedade, fornecendo-lhes as informações que necessitarem relativas ao funcionamento dos equipamentos e instalações que estejam ligados ao sistema elétrico da DISTRIBUIDORA.

ENCARGOS DE CONEXÃO

CLÁUSULA 24ª O CONSUMIDOR, caso seja atendido no Ambiente de Contratação Livre – ACL, deve pagar mensalmente à DISTRIBUIDORA, a título de ENCARGO DE CONEXÃO, o valor de R$ 0,00 (zero reais), conforme detalhamento abaixo:

OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DE DADOS DE MEDIÇÃO			
ITEM	**MÍDIA**	**CUSTO MENSAL**	
1	**VPN sobre Internet**	**R$ 0,00 (zero reais)**	**Manutenção será responsabilidade do cliente**

§1º O ENCARGO DE CONEXÃO pode ser revisto, para mais ou para menos, a qualquer tempo e mediante negociação entre as PARTES.

QUALIDADE E CONTINUIDADE

CLÁUSULA 25ª A DISTRIBUIDORA deve manter serviços adequados de operação, conservação e manutenção de suas instalações.

§1º A DISTRIBUIDORA obriga-se, ainda, a manter os índices mínimos de qualidade relativos aos serviços de distribuição, estabelecidos pela ANEEL, desde que o CONSUMIDOR não ultrapasse o montante de capacidade contratada.

§2º Caso fique comprovado o não atendimento, pela DISTRIBUIDORA, dos referidos índices mínimos de qualidade, a mesma se sujeita ao pagamento das penalidades previstas na legislação aplicável.

§3º Nenhuma responsabilidade pode ser atribuída à DISTRIBUIDORA por prejuízos que o CONSUMIDOR eventualmente venha a sofrer em decorrência de interrupções ou deficiências provenientes de caso fortuito ou força maior.

§4º O CONSUMIDOR deve realizar a operação e manutenção de suas instalações de forma a não interferir na qualidade de fornecimento dos demais consumidores.

§5º O CONSUMIDOR deve manter os ajustes da proteção de suas instalações conforme disposições dos PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO e, quando aplicáveis, dos PROCEDIMENTOS DE REDE.

§6º O CONSUMIDOR deve informar previamente à DISTRIBUIDORA todas as modificações em equipamentos que alterem as suas características técnicas.

DEMANDA CONTRATADA

CLÁUSULA 26ª A DISTRIBUIDORA disponibilizará ao CONSUMIDOR a demanda estabelecida no Quadro I, válido para a vigência do CONTRATO.

Parágrafo único. A adequação da demanda contratada será efetuada por aditivo ao contrato vigente ou por celebração de novo contrato, a critério da DISTRIBUIDORA.

REVISÃO DA DEMANDA CONTRATADA

CLÁUSULA 27ª A DISTRIUIDORA atenderá a solicitação por escrito de redução da demanda CONTRATADA, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, exceto se o CONSUMIDOR pertencer ao subgrupo A3, cujo prazo de antecedência mínima é de 180 (cento e oitenta) dias, respeitando a condição do §1º desta cláusula, sendo vedada mais de uma redução em um período de 12 (doze) meses.

§1º A redução da demanda contratada será efetivada a partir da data de leitura do ciclo de faturamento subsequente ao prazo estabelecido no Caput desta Cláusula, desde que esteja celebrado o instrumento contratual competente e, quando necessário, mediante prévia aprovação por esta DISTRIBUIDORA dos projetos pertinentes para atender ao fornecimento.

§2º A solicitação de redução da demanda contratada, motivada por implementação de medidas de conservação de energia e incremento à eficiência do uso da energia elétrica, poderá ser atendida, a qualquer tempo, desde que sejam ressarcidos os eventuais compromissos relativos aos investimentos da DISTRIBUIDORA para o atendimento deste fornecimento e desde que as medidas adotadas sejam previamente submetidas à DISTRIBUIDORA, conforme legislação.

CLÁUSULA 28ª O CONSUMIDOR deverá submeter previamente à DISTRIBUIDORA os projetos básico e executivo das medidas de eficiência energética a serem implementadas, com as justificativas técnicas devidas, etapas de implantação, resultados previstos, prazos, proposta para a revisão contratual e acompanhamento pela DISTRIBUIDORA, sendo certo que, em até 30 (trinta) dias da apresentação dos projetos, a DISTRIBUIDORA deverá informar ao CONSUMIDOR as condições para a revisão da demanda CONTRATADA.

CLÁUSULA 29ª Em conformidade com o PRODIST, o aumento da demanda contratada deverá ser submetido à consulta prévia pelo CONSUMIDOR, para análise da DISTRIBUIDORA, que informará as

Fl.: 32
Rubrica

condições de prazos e as participações financeiras nos investimentos, eventualmente necessários para adequação do sistema elétrico.

§1º Em caso de inobservância pelo CONSUMIDOR da consulta prévia prevista no Caput, a DISTRIBUIDORA ficará desobrigada a garantir a qualidade do serviço, podendo inclusive, suspender o fornecimento, se o aumento de carga provocar distúrbios ou danos ao sistema de distribuição ou, ainda, às instalações e equipamentos de outros consumidores.

§2º Atendidas as condições do Caput, o aumento da demanda contratada será efetivado a partir da data de leitura do primeiro ciclo completo de fornecimento subsequente e desde que esteja devidamente celebrado novo instrumento contratual competente e, quando necessário, mediante prévia aprovação por esta DISTRIBUIDORA dos projetos pertinentes para atender ao fornecimento.

CLÁUSULA 30ª Para permitir a adequação da demanda contratada, a DISTRIBUIDORA concederá automaticamente o período de testes, com duração de 3 (três) ciclos consecutivos e completos de faturamento, nas situações de:

I. Início da vigência da demanda contratada, no caso de novas unidades consumidoras;

II. Acréscimo superior a 5% (cinco por cento) da demanda contratada;

III. No enquadramento compulsório na modalidade tarifária azul, restringindo-se o período de testes, ao posto tarifário ponta.

§1º Na situação do item I o período de testes permite também ao CONSUMIDOR a escolha de modalidade tarifária.

§2º Durante o período de testes o CONSUMIDOR pode solicitar novos acréscimos de demanda.

CLÁUSULA 31ª Ao final do período de testes a nova demanda contratada poderá ter redução de até 50% (cinquenta por cento) da demanda adicional ou inicial contratada, devendo, nos casos de acréscimo de demanda, resultar em um montante superior a 105% (cento e cinco por cento) da demanda contratada anteriormente.

Parágrafo único. A tolerância estabelecida sobre o demanda adicional ou inicial de que trata a cláusula 31ª se refere exclusivamente à cobrança de ultrapassagem, não estando associado à disponibilidade de acréscimo de demanda.

FATURAMENTO E ENCARGO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO

CLÁUSULA 32ª O CONSUMIDOR declara ter sido devidamente informado pela DISTRIBUIDORA das opções tarifárias disponíveis e aplicáveis como estabelece a legislação do setor elétrico, consolidando sua livre escolha através da celebração deste CONTRATO.

CLÁUSULA 33ª O faturamento mensal do encargo de uso do sistema de distribuição será realizado conforme modalidade tarifária escolhida pelo CONSUMIDOR e estabelecida na primeira página deste instrumento, conforme expressões abaixo:

4º CSEO
Fl. 33
Rubrica
Centro de Documentação

I. MODALIDADE TARIFÁRIA HORÁRIA VERDE: caracterizada por uma única TUSD para a demanda, e TUSD diferenciadas de consumo de energia de acordo com as horas de utilização do dia.

$EUSD = (DEM \times TUSD_{fio}) + (C_p \times TUSD_{enc\text{-}p}) + (C_f \times TUSD_{enc\text{-}f})$

II. MODALIDADE TARIFÁRIA HORÁRIA AZUL: caracterizada por TUSD diferenciadas de consumo de energia e demanda de acordo com as horas de utilização do dia.

$EUSD = (DEM_p \times TUSD_{fio\text{-}p}) + (DEM_f \times TUSD_{fio\text{-}f}) + (C_p \times TUSD_{enc\text{-}p}) + (C_f \times TUSD_{enc\text{-}f})$

Onde:

EUSD = Encargo de uso do sistema de distribuição.

DEM = Demanda de potência ativa faturável.

DEM_p = Demanda de potência ativa faturável no posto tarifário ponta.

DEM_f = Demanda de potência ativa faturável no posto tarifário fora de ponta.

$TUSD_{fio}$ = Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – valor monetário unitário determinado pela ANEEL (em R$/kW).

$TUSD_{fio\text{-}p}$ = Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – valor monetário unitário determinado pela ANEEL (em R$/kW), no posto tarifário ponta.

$TUSD_{fio\text{-}f}$ = Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – valor monetário unitário determinado pela ANEEL (em R$/kW), no posto tarifário fora de ponta.

$TUSD_{enc\text{-}p}$ = Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – valor monetário unitário determinado pela ANEEL (em R$/MWh), no posto tarifário ponta.

$TUSD_{enc\text{-}f}$ = Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – valor monetário unitário determinado pela ANEEL (em R$/MWh), no posto tarifário fora de ponta.

C_p = Consumo de energia elétrica ativa no posto tarifário ponta

C_f = Consumo de energia elétrica ativa no posto tarifário fora de ponta

CLÁUSULA 34ª A DISTRIBUIDORA efetuará a leitura mensal dos valores de potência e energia ativa e reativa, registrados no SMF, utilizados pelo CONSUMIDOR, para fins de faturamento do encargo de uso do sistema de distribuição, de forma a atender as exigências legais.

CLÁUSULA 35ª O faturamento da demanda do CONSUMIDOR segue os seguintes critérios:

a – a demanda faturável (em kW), por segmento horário quando for o caso, será o maior valor entre a demanda contratada e a demanda medida no ciclo de faturamento, exceto para a unidade consumidora classificada como rural ou com benefício de sazonalidade;

4º CGEO
R. 34
Rubrica
4º Centro de Geoinformação

b - para unidade consumidora classificada como rural ou com benefício da sazonalidade, a demanda faturável (em kW), por segmento horário quando for o caso, será o medido no ciclo de faturamento, ou 10% (dez por cento) da maior demanda medida em qualquer dos 11 (onze) ciclos completos de faturamento anteriores;

Parágrafo único. Respeitando o disposto na **CLÁUSULA 50ª**, a demanda contratada será faturada no período em que a unidade consumidora permanecer desligada por solicitação do CONSUMIDOR, se não houver rescisão deste CONTRATO.

CLÁUSULA 36ª Quando a demanda medida, por segmento horário quando for o caso, exceder em mais de 5% (cinco por cento) o valor contratado, será aplicada a tarifa de ultrapassagem, conforme legislação em vigor.

CLÁUSULA 37ª As unidades consumidoras da classe rural e as reconhecidas como sazonal estarão sujeitas à cobrança de demanda complementar, nos termos do Art. nº 105 da Resolução Normativa nº 414, de 9 de setembro de 2010.

CLÁUSULA 38ª Durante o período de testes de que trata a **CLÁUSULA 30ª**, observado o disposto no §1º desta CLÁUSULA, a demanda faturável deve ser a demanda medida, exceto na situação prevista no **Inciso II da CLÁUSULA 30ª**, em que será considerado o maior valor entre o demanda medido e a demanda contratada, anteriormente à solicitação de acréscimo.

§1º. Ao menos em um dos pontos tarifários, o valor da demanda mínimo a ser faturada será:

I- 3 MW para consumidores livres;

II- 500 kW para consumidores especiais;

III- 30 kW para consumidores para os demais consumidores do Grupo A, inclusive cada unidade consumidora que integre comunhão de interesses de fato ou de direito de consumidores especiais.

§ 2º. Durante o período de testes, aplica-se a cobrança por ultrapassagem de demanda, conforme legislação, quando os valores medidos excederem o somatório de:

I- a nova demanda contratada ou inicial;

II- 5% (cinco por cento) da demanda anterior ou inicial; e

III- 30% (trinta por cento) da demanda adicional ou inicial.

CLÁUSULA 39ª O consumo de energia reativa excedente e a demanda de potência reativa excedente serão faturados, conforme legislação, com base na avaliação do fator de potência, apurado pelos seguintes critérios:

a - Pela média mensal para as unidades consumidoras sem medição apropriada; ou

b- Pela média horária para as unidades consumidoras com medição apropriada, considerando os seguintes períodos:

I- No período de 00h00 às 6h00, apenas os fatores de potência capacitivos inferiores a 0,92, verificados em intervalos de 01(uma) hora; e

4º CSEO
Fl. 35
Rubrica
4º Centro de Geoinformação

II- No período diário complementar ao definido no item I, apenas os fatores de potência indutivos inferiores a 0,92, verificados em intervalos de 01 (uma) hora.

CLÁUSULA 40ª Se os equipamentos de medição forem instalados no lado da saída do transformador de propriedade do CONSUMIDOR, aos valores medidos de demanda ativa e reativa e de consumo de energia elétrica ativa e reativa serão feitos os seguintes acréscimos:

I. 1% (um por cento) nos fornecimentos em tensão contratada superior a 44 kV;

II. 2,5% (dois e meio por cento) nos fornecimentos em tensão contratada igual ou inferior a 44 kV.

CLÁUSULA 41ª Na fatura de uso do sistema de distribuição será inserida a cobrança do encargo de conexão, quando for o caso, conforme **CLAUSULA 24º**

CLÁUSULA 42ª Serão aplicados no faturamento os tributos e demais encargos previstos pela legislação e normas em vigor na época, os quais incidirão sobre os valores constantes na fatura

CLÁUSULA 43ª As TARIFAS de DEMANDA e ENERGIA ELÉTRICA corresponderão àquelas definidas pela ANEEL. Essas TARIFAS poderão ser reajustadas e/ou revisadas anualmente ou, extraordinariamente em período menor, conforme determinação da ANEEL, sendo, nos termos da legislação e da regulamentação vigente, a partir de então, imediatamente aplicadas ao fornecimento objeto do presente CONTRATO.

CLÁUSULA 44ª A DISTRIBUIDORA aplicará os descontos nas situações informadas abaixo:

I. Para CONSUMIDOR que adquirir energia de fontes incentivadas no mercado livre, será concedido o desconto de uso do sistema de distribuição, com percentual divulgado mensalmente pela CCEE e critérios de aplicação estabelecidos pela ANEEL;

II. Para as classes e subclasses conforme legislação específica.

ENTREGA E VENCIMENTO DAS FATURAS

CLÁUSULA 45ª A fatura será mensalmente emitida pela DISTRIBUIDORA e entregue no endereço da unidade consumidora.

§1º. Alternativamente, para unidades consumidoras localizadas em áreas atendidas pelo serviço postal, a fatura poderá ser entregue em outro endereço de cobertura deste serviço, devendo o CONSUMIDOR assumir os custos referentes às despesas postais adicionais.

§2º. Para unidades consumidoras localizadas na área rural a DISTRIBUIDORA poderá disponibilizar as faturas e demais documentos no posto de atendimento mais próximo da unidade consumidora, sendo facultado ao CONSUMIDOR indicar outro endereço atendido pelo serviço postal, sem a cobrança de despesas adicionais.

§3º. A fatura e demais documentos poderão ser entregues de forma eletrônica, quando esta opção for oferecida pela DISTRIBUIDORA e aceita pelo CONSUMIDOR, de comum acordo formalizado entre as PARTES.

CLÁUSULA 46ª O prazo de vencimento da fatura é de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de apresentação.

4º CGEO
Fl: 36
Rubrica
Centro de Geoinformação

§1º. Para **CONSUMIDORES** classificados como Poder Público e Serviço Público, conforme estabelece o parágrafo 1º do artigo 124 da Resolução Normativa ANEEL nº 414 de 09 de setembro de 2010 o prazo de vencimento das faturas é de 10 (dez) dias úteis, contados da data de apresentação.

§2º. No caso de atraso na apresentação da fatura por motivo imputável à DISTRIBUIDORA, a data de vencimento será automaticamente postergada, por prazo igual ao do atraso verificado.

§3º. Na hipótese de atraso no pagamento da Fatura emitida pela DISTRIBUIDORA, será aplicadas cobranças de multa, atualização monetária e juros de mora, conforme definidos na legislação vigente.

CLÁUSULA 47ª O vencimento da fatura de energia elétrica não será afetado por discussões entre as PARTES, devendo a eventual diferença, se houver, constituir objeto de processamento independente, e tão logo apurada, ser paga ou devolvida a quem de direito, pela compensação nos faturamentos subsequentes.

SUSPENSÃO DO USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO

CLÁUSULA 48ª A DISTRIBUIDORA poderá suspender o uso do sistema de distribuição de energia elétrica, de imediato ou mediante prévia comunicação formal, nas condições previstas em legislação ou por descumprimento de condição acordada neste CONTRATO.

Parágrafo único. Constatada a conexão de qualquer carga ou sistema de geração de energia elétrica de forma clandestina, a DISTRIBUIDORA interromperá o uso do sistema de distribuição de energia elétrica à unidade consumidora, de forma imediata e sem aviso prévio.

CLÁUSULA 49ª O CONSUMIDOR reconhece o direito da DISTRIBUIDORA de suspender o uso do sistema de distribuição de energia elétrica em caso de inadimplência, conforme **parágrafo 3º do artigo 6º da Lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995 e inciso I do artigo 172º da resolução ANEEL nº 414 de 09 de setembro de 2010.**

RESCISÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA 50ª Sem prejuízo da **CLÁUSULA 49ª**, em caso de inadimplemento de obrigação contida neste CONTRATO, por qualquer das PARTES, a PARTE prejudicada deverá notificar a PARTE inadimplente, a fim de sanar o respectivo inadimplemento, em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da notificação, caso a parte inadimplente necessite de prazo diferente, deverá justificar os motivos dentro daquele prazo.

CLÁUSULA 51ª Este CONTRATO poderá ser rescindido:

I. em caso de desmodelagem e desligamento do CONSUMIDOR como agente da CCEE, na forma da legislação;
II. a pedido do CONSUMIDOR, mediante solicitação formal, no desligamento definitivo da unidade consumidora.

CLÁUSULA 52ª O encerramento contratual antecipado implica, sem prejuízo de outras obrigações estabelecidas pela legislação, na cobrança pela DISTRIBUIDORA, do que segue:

I. valor correspondente ao faturamento de toda a demanda contratado, subsequente à data do encerramento contratual antecipado, limitado a 06 (seis) meses, para os postos tarifários ponta e fora de ponta ou único; e

II. valor correspondente ao faturamento do montante mínimo de 30 kW no caso de **CONSUMIDOR CATIVO E POTENCIALMENTE LIVRE**, pelos meses remanescentes além do limite fixado no **Inciso I**, para o posto tarifário fora de ponta ou único; e

III. valor correspondente ao faturamento do montante mínimo de 500 kW no caso de **CONSUMIDOR ESPECIAL**, incluindo o parcialmente atendido no ACL, pelos meses remanescentes além do limite fixado no **Inciso I**, para o posto tarifário fora de ponta ou único; e

IV. valor correspondente ao faturamento do montante mínimo de 3 MW, no caso de **CONSUMIDOR LIVRE** e **PARCIALMENTE LIVRE**, pelos meses remanescentes, além do limite fixado no **Inciso I**, para o posto tarifário fora de ponta ou único.

CLÁUSULA 53ª Qualquer eventual pedido de indenização estará limitado ao pagamento dos danos diretos que tenham sido comprovadamente causados pela PARTE inadimplente, tal como venha a ser ajustado entre as PARTES ou apurado em demanda judicial, renunciando as PARTES, aqui e expressamente, ao direito de pleitearem uma da outra, a qualquer tempo, outro pedido de indenização, pagamento ou reembolso, notada, mas não exclusivamente, no tocante a lucro cessante, danos indiretos ou quaisquer outros previstos pela legislação.

CLÁUSULA 54ª Quando a rescisão for motivada pelo CONSUMIDOR, a DISTRIBUIDORA poderá exigir o ressarcimento dos investimentos efetuados no sistema elétrico e ainda não amortizados, para o fornecimento de energia elétrica à unidade consumidora.

CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

CLÁUSULA 55ª Caso alguma das PARTES não possa cumprir qualquer de suas obrigações, no todo ou em parte, em decorrência de caso fortuito ou força maior, nos termos do parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, deve comunicar o fato de imediato à outra PARTE no prazo de 72 (setenta e duas) horas, informando os efeitos danosos do evento e comprovando que o mesmo contribuiu para o descumprimento de obrigação prevista neste CONTRATO.

§1º Constatada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ficam suspensas, enquanto perdurar o evento, as obrigações que as PARTES ficarem impedidas de cumprir.

§2º Não constituem hipóteses de força maior os eventos abaixo indicados: (a) dificuldades econômicas e/ou alteração das condições de mercado; (b) demora no cumprimento por qualquer das PARTES de obrigação contratual; (c) eventos que resultem do descumprimento por qualquer parte de obrigações contratuais ou de leis, normas, regulamentos, decretos ou demais EXIGÊNCIAS LEGAIS; ou (d) eventos que sejam resultantes de negligência, dolo, erro ou omissão.

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

CLÁUSULA 56ª Todas as comunicações, tais como correspondências, instruções, propostas, certificados, registros, aceitações e notificações enviadas no âmbito deste CONTRATO, devem ser feitas em português, por

Fl. 38
Rubrica
4º Centro de Geoinformação

escrito, entregues em mãos, sob protocolo, ou por meio de carta com aviso de recebimento, para os endereços abaixo indicados e aos cuidados das seguintes pessoas:

	DISTRIBUIDORA	**CONSUMIDOR**
Nome:	Wilson Furtado Bastos	4° Centro de Geoinformação
Endereço:	Av. 7 de Setembro n° 2414 – Cachoeirinha	Av Marechal Bittencourt, n° 97, Bairro Santo Antônio
Cidade/UF:	Manaus / AM	Manaus / AM
CEP:	69020-060	69029-160
Telefone:	(92) 3198-3062/3061	(92) 3213-7035
E-mail:	poderpublico@amazonasenergia.com	salc4cgeo@gmail.com / salc4cgeo@hotmail.com

Parágrafo único: O CONSUMIDOR declara estar ciente da obrigatoriedade de manter atualizados os dados cadastrais da UNIDADE CONSUMIDORA, especialmente quando da mudança do titular, formalizando solicitação à DISTRIBUIDORA, conforme o caso, de alteração da titularidade ou de encerramento da relação contratual.

GARANTIAS

CLÁUSULA 57ª Em caso de inadimplemento do CONSUMIDOR de mais de uma fatura mensal, em um período de 12 (doze) meses, sem prejuízo da exigibilidade de quitação dos débitos, a DISTRIBUIDORA poderá exigir o oferecimento de garantias, limitadas ao valor inadimplido, conforme legislação.

§1°. No caso de **CONSUMIDOR POTENCIALMENTE LIVRE**, a DISTRIBUIDORA pode exigir, alternativamente ao disposto no Caput, a apresentação de Contrato de Compra de Energia no ACL.

§2°. O descumprimento das obrigações dispostas neste artigo enseja a suspensão do uso do sistema de distribuição ao CONSUMIDOR ou o impedimento de sua religação.

§3°. O disposto no Caput não se aplica ao CONSUMIDOR que seja prestador de serviços públicos essenciais.

§4°. As garantias devem ser mediante depósito-caução em espécie, seguro ou carta-fiança, a crédito do CONSUMIDOR, e vigorar pelos 11 (onze) meses que sucederem a penúltima fatura inadimplida.

DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 58ª Este CONTRATO está subordinado à legislação de serviço público de energia elétrica que prevalecerá nos casos omissos ou em eventuais divergências.

§1° A DISTRIBUIDORA e o CONSUMIDOR comprometem-se a seguir e respeitar a legislação, os PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO, as limitações operativas dos equipamentos das PARTES e a legislação e regulamentação aplicáveis ao presente CONTRATO.

§2°. Quaisquer modificações supervenientes na referida legislação, que venham a repercutir nos ajustes estabelecidos neste CONTRATO, considerar-se-ão automática e imediatamente aplicáveis.

Fl. 39
Rubrica
4º Centro de Georreferenciação

§3º. Se, por qualquer motivo, quaisquer das disposições deste CONTRATO vierem a se tornar inválidas, ilegais ou inexequíveis por qualquer tribunal competente, as PARTES se obrigam a negociar a substituição às disposições consideradas inválidas, ilegais ou inexequíveis e a manter, tanto quanto possível, em todas as circunstâncias, o equilíbrio dos interesses comerciais das PARTES.

§4º O término do prazo deste CONTRATO não afeta quaisquer direitos ou obrigações anteriores a tal evento, ainda que seu exercício ou cumprimento se dê após a sua ocorrência.

§5º. O CONSUMIDOR declara expressamente ter pleno conhecimento dos dispositivos legais e regulamentares, inclusive aos que se aplicam ao Ambiente de Contratação Livre - ACL.

FORO COMPETENTE

CLÁUSULA 59ª Os direitos e obrigações deste CONTRATO se transmitem aos sucessores e cessionários do CONSUMIDOR, devendo a DISTRIBUIDORA ser notificada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias para proceder aos ajustes que se fizerem necessários neste CONTRATO e no que dele decorrer.

CLÁUSULA 60ª Este CONTRATO não poderá ser alterado nem poderá haver renúncia às suas disposições, exceto por meio de termo aditivo a ser assinado pelas PARTES, observado o disposto na legislação aplicável.

CLÁUSULA 61ª Nenhum atraso ou tolerância por qualquer das PARTES, relativo ao exercício de qualquer direito, poder, privilégio ou recurso, sob este CONTRATO, será tido como passível de prejudicar tal direito, poder, privilégio ou recurso, nem será interpretado como renúncia ou novação dos mesmos.

CLÁUSULA 62ª Este CONTRATO é reconhecido pelas PARTES como título executivo extrajudicial, na forma do Código de Processo Civil, para efeito de cobrança de todos e quaisquer valores decorrentes das obrigações aqui contempladas.

CLÁUSULA 63ª Este CONTRATO e seus respectivos **ADITIVOS** devem ser assinados pelo CONSUMIDOR em prazo hábil antes da implantação de qualquer solicitação.

Parágrafo único. Para as conexões novas o acesso aos sistemas de distribuição da DISTRIBUIDORA somente será permitido mediante apresentação deste CONTRATO, devidamente assinado pelo representante legal solicitante do acesso.

CLÁUSULA 64ª Fica eleito o foro da cidade de MANAUS para solução de quaisquer questões decorrentes deste CONTRATO, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CCER - CONTRATO DE COMPRA DE ENERGIA REGULADA

DAS DEFINIÇÕES E PREMISSAS APLICÁVEIS AO CONTRATO

4º CGEO
Fl. 40
Rubrica
Centro de Geoinformação

AMAZONAS ENERGIA

Para o efeito de permitir o entendimento e precisão da terminologia técnica empregada neste **CONTRATO** e em seus Anexos, fica, desde já, acordado entre as **PARTES** o conceito dos seguintes vocábulos e expressões:

ANEEL: Agência Nacional de Energia Elétrica, instituída pela Lei nº 9.427/96.

BANDEIRA TARIFÁRIA: sistema tarifário que tem como finalidade sinalizar aos consumidores faturados pela DISTRIBUIDORA por meio da Tarifa de Energia, os custos atuais da geração de energia elétrica.

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CCEE: ambiente onde se processa a compra e venda de energia elétrica, criada pela lei 10.848, de 15 de março de 2004 e regulamentada pelo Decreto Lei nº 5.177, de 12 de agosto de 2004.

CICLO DE FATURAMENTO: intervalo de tempo de aproximadamente 30 (trinta) dias, compreendido entre a data da leitura, do medidor de energia elétrica, de um determinado mês e a data da leitura no mês seguinte, de acordo com o calendário a ser definido pela DISTRIBUIDORA.

CONSUMIDOR: pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, legalmente representada, que solicite o fornecimento, a contratação de energia ou o uso do sistema elétrico à DISTRIBUIDORA assumindo as obrigações decorrentes deste atendimento à(s) sua(s) unidade(s) consumidora(s).

CONSUMIDOR ESPECIAL: agente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, da categoria de comercialização, que adquire energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração enquadrados no § 5º do art. 26 da Lei no 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para Unidade Consumidora ou unidades consumidoras reunidas por comunhão de interesses de fato ou de direito cuja carga seja maior ou igual a 500 kW e que não satisfaçam, individualmente, os requisitos dispostos nos arts. 15 e 16 da Lei no 9.074, de 7 de julho de 1995.

CONSUMIDOR LIVRE: agente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, da categoria de comercialização, que adquire energia elétrica no ambiente de contratação livre para unidades consumidoras que satisfaçam, individualmente, os requisitos dispostos nos arts. 15 e 16 da Lei no 9.074, de 1995.

CONSUMIDOR POTENCIALMENTE LIVRE: pessoa jurídica cujas unidades consumidoras satisfazem, individualmente, os requisitos dispostos nos arts. 15 e 16 da Lei no 9.074, de 1995, porém não adquirem energia elétrica no ambiente de contratação livre.

CONSUMIDOR PARCIALMENTE LIVRE: Consumidor Livre ou Especial cujo atendimento se dê parcialmente sob condições reguladas;

CONTRATO DE COMPRA DE ENERGIA REGULADA - CCER: é o presente Contrato, que estabelece os termos e condições para compra de energia no ambiente regulado da DISTRIBUIDORA pelo CONSUMIDOR.

Rubrica

DISTRIBUIDORA: agente titular de concessão ou permissão federal para prestar o serviço público de distribuição de energia elétrica.

ENERGIA ELÉTRICA ATIVA: energia elétrica que pode ser convertida em outra forma de energia expressa em quilowatt-hora (kWh).

ENERGIA ELÉTRICA CONTRATADA: é a Energia Elétrica Ativa, expressa em MWhmédios e/ou MWh, vendida pela DISTRIBUIDORA ao CONSUMIDOR, a ser disponibilizada no Ponto de Conexão mediante entrega simbólica, para cada mês do presente Contrato durante seu período de vigência.

ENERGIA ELÉTRICA REATIVA: energia elétrica que circula continuamente entre os diversos campos elétricos e magnéticos de um sistema de corrente alternada, sem produzir trabalho, expressa em quilovolt-ampere-reativo-hora (kVARh).

EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO: equipamentos destinados à medição dos montantes de energia elétrica e potência disponibilizada no Ponto de Conexão, bem como do MUSD utilizado pelo CONSUMIDOR, de acordo com os padrões especificados pela regulamentação em vigor.

HORÁRIO DE PONTA: é o período composto de 03 (três) horas diárias consecutivas, fixadas pela DISTRIBUIDORA, com a aprovação da ANEEL, exceção feita aos sábados, domingos, feriados nacionais fixos de 01 de janeiro (Confraternização Universal), 21 de abril (Tiradentes), 01 de maio (Trabalho), 07 de setembro (Independência), 12 de outubro (Nossa Senhora Aparecida), 02 de novembro (Finados), 15 de novembro (Proclamação da República), 25 de dezembro (Natal) e feriados nacionais móveis de Terça Feira de Carnaval, Sexta Feira da Paixão e Corpus Christi.

HORÁRIO FORA DE PONTA: é o período composto pelo conjunto das horas diárias consecutivas e complementares àquelas definidas no Horário de Ponta.

HORÁRIO RESERVADO: é o período diário contínuo composto de 08 (oito) horas e 30 (trinta) minutos, que compreende das 21h30 min às 6h, no qual é passível a aplicação do desconto para carga destinada à irrigação.

INÍCIO DO FORNECIMENTO: data partir da qual considera-se contratado o objeto deste Contrato para efeitos de início de vigência.

MWmédios: é o valor de megawatt-hora dividido por um período de tempo considerado.

PERÍODO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA: é o período durante o qual será efetivamente fornecida a Energia Elétrica Contratada ao CONSUMIDOR.

PONTO DE CONEXÃO: conjunto de equipamentos que se destina a estabelecer a conexão na fronteira entre as instalações da DISTRIBUIDORA e do CONSUMIDOR.

TARIFA: preço da unidade de energia elétrica (kWh) e/ou da demanda de potência (kW) ativas.

Fls. 42
Rubrica

TARIFA AZUL: modalidade tarifária horária estruturada para aplicação de Tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica de acordo com as horas de utilização do dia e os períodos do ano, bem como de Tarifas diferenciadas de demanda de potência de acordo com as horas de utilização do dia.

TARIFA DE ENERGIA – TE: valor monetário, fixado em Reais por unidade de Energia Elétrica Ativa, estabelecido pela ANEEL como remuneração à DISTRIBUIDORA pelo fornecimento de energia elétrica aos consumidores total ou parcialmente atendidos no ambiente regulado.

TARIFA VERDE: modalidade tarifária horária estruturada para aplicação de Tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica de acordo com as horas de utilização do dia, bem como de uma única Tarifa de demanda de potência independente de utilização do dia.

TENSÃO PRIMÁRIA: tensão disponibilizada no sistema elétrico da DISTRIBUIDORA, com valores padronizados iguais ou superiores a 2,3 kV.

TRIBUTOS: Todos os impostos, taxas e contribuições incidentes sobre o objeto deste Contrato.

UNIDADE CONSUMIDORA: conjunto composto por instalações, ramal de entrada, equipamentos elétricos, condutores e acessórios, incluída a subestação, quando do fornecimento em tensão primária, caracterizado pelo recebimento de energia elétrica em um só Ponto de Entrega, com medição individualizada e correspondente a um único CONSUMIDOR.

QUADRO I

UNIDADE CONSUMIDORA
UC Nº: 870129
Endereço do ponto de entrega: Av Marechal Bittencourt, n° 97, Bairro Santo Antônio
Cidade/UF: 69029-160
DADOS CONTRATUAIS
Período de Vigência: 10/02/2023 a 10/02/2024
Modalidade Tarifária Horária: AZUL
MONTANTE DE ENERGIA ELÉTRICA CONTRATADA a) (x) Pela Energia Elétrica Total Medida Mensal (KWh) b) ( ) Pelo Montante Médio Mensal (KWmédios)

R: 43
Rubrica
Centro de Gestão Contábil

AMAZONAS ENERGIA

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto regular a compra e venda de Energia Elétrica Ativa entre o CONSUMIDOR e a DISTRIBUIDORA, a ser disponibilizada no Ponto de Conexão, nos prazos previstos, para uso exclusivo na Unidade Consumidora, nos termos e condições previstos no presente termo e observado o disposto na legislação e regulamentação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA MODALIDADE DE TARIFÁRIA E CRITÉRIOS DE FATURAMENTOS

I – O CONSUMIDOR receberá energia elétrica, no ponto de entrega, para uso exclusivo em sua instalação, situada no endereço acima citado.

II – Entende-se por PONTO DE ENTREGA o ponto de conexão do sistema elétrico da concessionária com as instalações elétricas da unidade consumidora, caracterizando-se como o limite de responsabilidade do fornecimento.

III - A prestação dos serviços de operação e manutenção será atendido pela DISTRIBUIDORA até o ponto de entrega.

IV – A Estrutura Tarifária aplicada será aquela definida conforme Quadro I.

V – Os critérios de inclusão nas modalidades tarifárias são os estabelecidos pelo art. 57, § 1º, Incisos I, II e III da Resolução Normativa ANEEL nº 414/2010.

VI – Especificamente para unidades consumidoras da classe cooperativa de eletrificação rural, a inclusão na tarifa horária azul ou verde deve ser realizada mediante opção do consumidor.

VII – O faturamento da unidade consumidora do grupo A deverá ser realizado com base nos valores identificados da demanda faturável e do consumo de energia elétrica ativa, quando o caso couber.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas com a execução do presente contrato correrão, no presente exercício à conta da seguinte dotação orçamentária: ND 339039 – Programa de Trabalho 193894, Fonte de Recurso 0100000000, tendo sido emitida a Nota de Empenho 2022NE000109, no valor estimado de R$ 98.714,00 (noventa e oito mil, setecentos e quatorze reais), ficando o saldo remanescente à conta da dotação orçamentária consignada do orçamento vindouro.

Fls. 44
Rubrica
Centro de Geoinformação

AMAZONAS ENERGIA

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

I – A energia elétrica será fornecida ao CONSUMIDOR, no ponto de entrega, em corrente alternada trifásica, frequência de 60 (sessenta) Hz, na tensão contratada conforme Quadro I.

Parágrafo Primeiro – No caso da medição ser em baixa tensão, a alteração da tensão secundária dependerá da prévia autorização e adequação da medição, por parte da DISTRIBUIDORA.

II – A DISTRIBUIDORA, quando solicitado pelo CONSUMIDOR, poderá liberar o sinal de energia do medidor; isentando-se, porém, de qualquer responsabilidade quanto aos pulsos usados para o controle de demanda.

III – O CONSUMIDOR pode optar pela mudança para o grupo A com aplicação da tarifa do subgrupo AS, quando a unidade consumidora tiver carga instalada superior a 75kW e for atendida por sistema subterrâneo de distribuição em tensão secundária.

CLÁUSULA QUINTA - DO INÍCIO DO FORNECIMENTO

O fornecimento de energia elétrica de que trata a cláusula primeira deste contrato terá início conforme Quadro I.

Parágrafo Único – A DISTRIBUIDORA não se responsabilizará por eventuais atrasos que possam vir a ocorrer com respeito ao início do fornecimento, devido a demora na obtenção de servidões de passagens fora dos limites de vias públicas, desapropriações ou travessias em estradas de rodagem ou ferrovias, para implantação de torres e postes de sustentação de passagem de linhas de transmissão ou distribuição, e em caso de força maior.

CLÁUSULA SEXTA – DO MONTANTE DE ENERGIA ELÉTRICA CONTRATADA

O Montante de Energia Elétrica Contratada a ser disponibilizado pela DISTRIBUIDORA ao CONSUMIDOR, no Ponto de Entrega durante o período de fornecimento da energia, poderá ser de acordo com uma das modalidades assinalada no Quadro I

Parágrafo Primeiro: Caso o CONSUMIDOR seja atendido sob a modalidade de energia elétrica medida, nos termos da opção "a" do Quadro I; a DISTRIBUIDORA somente estará obrigada a disponibilizar a Energia Elétrica Ativa sob esta modalidade enquanto o CONSUMIDOR não optar pela contratação parcial de energia elétrica no ambiente de contratação livre.

4º CGEO
Fl.: 45
Rubrica
4º Centro de Geoinformação

Parágrafo Segundo: Caso o **CONSUMIDOR** venha a optar pela contratação parcial de energia elétrica no ambiente de contratação livre, os montantes mensais deverão ser fixados por meio de aditivo ao presente Contrato, respeitada a antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias em relação ao término do período de vigência em curso.

Parágrafo Terceiro: Caso o CONSUMIDOR seja atendido sob a modalidade de energia elétrica contratada, nos termos da alínea "B", aplica-se o disposto nos incisos seguintes:

I - Os montantes mensais indicados no quadro, constante no "caput" desta cláusula poderão ser aumentados desde que o CONSUMIDOR notifique a DISTRIBUIDORA com a antecedência mínima de 60 (sessenta) meses, ou em prazo menor, a critério da DISTRIBUIDORA.

II - Os montantes mensais indicados no quadro, constante no "caput" desta cláusula poderão ser reduzidos desde que o CONSUMIDOR notifique com a antecedência mínima em relação ao término da vigência contratual de:

a) 90 (noventa) dias, para os consumidores pertencentes ao subgrupo A4; ou
b) 180 (cento e oitenta) dias, para os consumidores pertencentes aos demais subgrupos.

CLÁUSULA SÉTIMA – CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

O valor a ser pago mensalmente pelo CONSUMIDOR será o resultado da multiplicação da Tarifa de Energia – TE

a) Pelo total medido da Energia Elétrica Ativa na Unidade Consumidora, a cada Ciclo de Faturamento; caso o CONSUMIDOR seja atendido na modalidade indicada no Quadro I; ou
b) Pelo montante constante no Quadro I para cada mês do Período de Fornecimento, caso o CONSUMIDOR seja atendido na modalidade pelo montante Médio Mensal, observado o disposto nos parágrafos subsequentes;

CLÁUSULA OITAVA – CONSUMIDOR ATENDIDO SOB A MODALIDADE DE ENERGIA ELÉTRICA MONTANTE MÉDIO MENSAL

Parágrafo Primeiro. Quando o montante de Energia Elétrica Ativa medida no Ciclo de Faturamento, em megawatt-hora, for maior que o produto do número de horas do ciclo pelo limite estabelecido para a Energia Elétrica Contratada, fixado em MWmédios para cada Ciclo de Faturamento, o faturamento da Energia Elétrica Ativa será:

FEA(p) = MW médio CONTRATADO X HORAS ciclo X [EEAM(p)/EEAM(ciclo)] X TE comp (p)

Fl. 16
Rubrica
4º Centro de Geoinformação

Parágrafo Segundo. Quando o montante de Energia Elétrica Ativa medida no Ciclo de Faturamento, em megawatt-hora, for menor ou igual ao produto do número de horas do ciclo pelo limite estabelecido para a Energia Elétrica Ativa Contratada, fixado em MWmédios para cada Ciclo de Faturamento, o faturamento da Energia Elétrica Ativa será:

FEA(p) = EEAM(p) X TE comp(p)

onde:

FEA(p) = faturamento da Energia Elétrica Ativa, por posto horário "p", em Reais (R$);

EEAM(p) = montante de Energia Elétrica Ativa medido em cada posto horário "p" do Ciclo de Faturamento, em megawatt-hora (MWh);

EEAM(ciclo) = montante de Energia Elétrica Ativa medido no ciclo de faturamento, em megawatt-hora (MWh);

TECOMP(p) = Tarifa de Energia – TE;

MWmédio CONTRATADO = montante de energia indicado em MW médios e fixado no item "F" da "PARTE I" para cada mês do Período de Fornecimento;

HORAScicio = indica a quantidade total de horas do Ciclo de Faturamento; e

p = indica posto horário, ponta ou fora de ponta, para as Tarifas horárias.

CLÁUSULA NONA – CONSUMIDOR ATENDIDO SOB A MODALIDADE DE ENERGIA ELÉTRICA TOTAL MEDIDA

Parágrafo Primeiro: Caso o CONSUMIDOR seja atendido sob a modalidade de energia elétrica medida o faturamento da energia elétrica ativa será:

FEA(p) = EEAM(p) X TEcomp(p)

onde:

FEA(p) = faturamento da Energia Elétrica Ativa, por posto horário "p", em Reais (R$);
EEAM(p) = montante de Energia Elétrica Ativa medido em cada posto horário "p" do Ciclo de Faturamento, em megawatt-hora (MWh);
TECOMP(p) = Tarifa de Energia - TE definida no caput desta Cláusula; e
p = indica posto horário, ponta ou fora de ponta, para as Tarifas horárias.

Parágrafo Segundo: Para fins de faturamento, na impossibilidade de avaliação do consumo nos Horários de Ponta e Fora de Ponta, esta segmentação deve ser efetuada proporcionalmente ao número de horas de cada segmento.

4º CSEO
R. 47
Rubrica
Centro de Geoinformação

AMAZONAS ENERGIA

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro: Os custos e encargos de conexão e uso do sistema de distribuição são de responsabilidade do CONSUMIDOR, conforme contratos específicos celebrados entre o CONSUMIDOR e a DISTRIBUIDORA e poderão ser faturados conjuntamente com o valor relativo à compra da energia elétrica, nos termos Cláusula Sexta.

Parágrafo Segundo: O valor mensal a ser pago pelo CONSUMIDOR, apurado conforme as Cláusulas Sexta, Sétima e Oitava, será faturado pela DISTRIBUIDORA por meio da emissão da Fatura.

Parágrafo Terceiro: As Faturas conterão, além dos valores apurados nos termos das Cláusulas Sexta, Sétima e Oitava, os encargos, Tributos e demais valores a serem pagos, conforme estabelecido em legislação específica.

Parágrafo Quarto: As Faturas serão entregues ao CONSUMIDOR no endereço da Unidade Consumidora no item "B" da "PARTE I", ou, alternativamente, em outro endereço que venha a ser indicado por escrito pelo CONSUMIDOR

Parágrafo Quinto: O pagamento da Fatura na data de vencimento não será afetado por discussões entre as PARTES, devendo a diferença, quando houver, constituir objeto de processamento independente e, tão logo apurada, ser paga ou devolvida a quem de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA MEDIÇÃO

A verificação do montante total de energia elétrica consumido pela unidade consumidora objeto deste contrato, será feita por meio de processo de medição que possibilita a quantificação e o registro de grandezas elétricas associadas ao consumo de energia elétrica.

Parágrafo Único. As regras de instalação e manutenção do medidor e demais equipamentos de medição de energia elétrica estão reguladas no Contrato de Uso do Sistema de Distribuição – CUSD celebrado entre o CONSUMIDOR e a DISTRIBUIDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEITURA

A DISTRIBUIDORA efetuará a leitura do medidor em intervalos de aproximadamente 30 (trinta) dias, observados o mínimo de 27 (vinte e sete) e o máximo de 33 (trinta e três) dias.

Parágrafo Primeiro. Para o primeiro faturamento da Unidade Consumidora, ou havendo necessidade de remanejamento de rota ou reprogramação do calendário, as leituras podem ser realizadas, excepcionalmente, em intervalos de no mínimo 15 (quinze) e no máximo 47 (quarenta e sete) dias.

1º CSEO
Fl. 48
Rubrica
Centro de Geoinformação

Parágrafo Segundo. Ocorrendo impedimento de acesso para fins de leitura, o valor faturável de energia elétrica será o resultante da média aritmética dos 12 (doze) últimos faturamentos anteriores à constatação do impedimento. Esse procedimento pode ser aplicado por até 3 (três) ciclos consecutivos e completos de faturamento, devendo a DISTRIBUIDORA, tão logo seja caracterizado o impedimento, comunicar ao CONSUMIDOR, por escrito, sobre a obrigação de permitir o acesso à Unidade Consumidora e da possibilidade da suspensão do fornecimento. O acerto de faturamento deve ser realizado no Ciclo de Faturamento subsequente à regularização da respectiva leitura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO DESCONTO AO IRRIGANTE E AO AQUICULTOR

A DISTRIBUIDORA concederá desconto especial na tarifa de fornecimento relativa ao consumo de energia elétrica ativa, exclusivamente, na carga destinada à irrigação vinculada à atividade de agropecuária e na carga de aquicultura, desde que a unidade consumidora seja atendida por meio do SIN, o consumidor efetue a solicitação por escrito; e não possua débitos vencidos relativos à unidade consumidora beneficiada com desconto.

Parágrafo Primeiro – A DISTRIBUIDORA aplicará, independente do subgrupo tarifário da unidade consumidora, o desconto no horário de 21h30 min às 6h do dia seguinte.

Parágrafo Segundo – Para a unidade consumidora classificada como cooperativa de eletrificação rural, o desconto incidirá sobre o somatório dos consumos de energia elétrica nas unidades dos cooperados verificados no período estabelecido, cabendo à cooperativa fornecer os dados necessários a DISTRIBUIDORA.

Parágrafo Terceiro – o desconto será suspenso quando do inadimplemento ou constatação de procedimento irregular que tenha provocado o faturamento incorreto da unidade consumidora beneficiada com o desconto.

Parágrafo Quarto – Ficam definidas as seguintes cargas para aplicação dos descontos:

a) aquicultura: cargas específicas utilizadas no bombeamento dos tanques de criação, berçário, na aeração e iluminação nesses locais; e

b) irrigação: cargas destinadas ao bombeamento e aspersão da água.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PROJETO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

O Consumidor deve submeter *previamente* a DISTRIBUIDORA os projetos básico e executivo das medidas de eficiência energética a serem implementadas, com as justificativas técnicas

devidas, etapas de implantação, resultados previstos, prazos, proposta para a revisão contratual e acompanhamento pela distribuidora.

Parágrafo Único – A DISTRIBUIDORA, em até 30 (trinta) dias da apresentação dos projetos mencionados no *caput* desta cláusula, informará ao consumidor as condições para revisão da demanda contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO HORÁRIO DOS POSTOS TARIFÁRIOS

Para todos os efeitos, o horário de ponta, será o intervalo compreendido entre às 20:00h e 22:59h, exceção feita aos sábados, domingos e os feriados definidos por Lei Federal, tais como: terça-feira de carnaval, sexta-feira da Paixão, "Corpus Christi", 01 de janeiro, 21 de abril, 01 de maio, 07 de setembro, 12 de outubro, 02 de novembro, 15 de novembro e 25 de dezembro, por não haver Horário de Ponta.

Parágrafo Único: Entende-se por horário fora de ponta o período composto pelo conjunto das horas diárias consecutivas e complementares àquelas definidas no horário de ponta.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA MUDANÇA DO GRUPO TARIFÁRIO

Realizada qualquer alteração no grupo tarifário da Unidade Consumidora só poderá ocorrer nova mudança, respeitando-se um prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da última modificação ou desde que o pedido seja apresentado em até 3(três) ciclos completos de faturamento posteriores à revisão tarifária de distribuidora, conforme previsto no art. 57, §5º, I e II da Resolução nº 414/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

O CONSUMIDOR obriga-se a pagar a DISTRIBUIDORA o valor correspondente à demanda contratada ainda que deixe de utilizá-la, total ou parcialmente, a partir da data da efetivação do fornecimento.

Parágrafo Primeiro – O não pagamento da Fatura de Energia Elétrica até a data estabelecida para seu vencimento, ensejará, além da multa e acréscimos previstos na legislação específica, a suspensão do fornecimento de energia elétrica.

Parágrafo Segundo – O pagamento da Fatura de Energia Elétrica no seu respectivo vencimento não poderá ser afetado por discussões entre as partes devendo a diferença, quando houver, constituir objeto de processamento independente e, tão logo apurada, ser paga ou devolvida a quem de direito.

4º CSEO
R: 50
Rubrica
4º Centro de Geoinformação

Parágrafo Terceiro – Obrigam-se as partes, Contratante e Contratada, a observância e cumprimento das normas e padrões vigentes, conforme preceitua a resolução nº 414/2010 da ANEEL.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS GARANTIAS

A DISTRIBUIDORA poderá exigir do CONSUMIDOR, caso este tenha inadimplido mais de uma fatura mensal em um período de 12 (doze) meses, a entrega de uma garantia no valor inadimplido.

Parágrafo Primeiro: No caso de exigência da garantia, a DISTRIBUIDORA deverá notificar o CONSUMIDOR por escrito e para este fim específico, com entrega comprovada.

Parágrafo Segundo: A garantia deverá ser apresentada mediante depósito-caução em espécie, seguro ou carta-fiança, a critério do CONSUMIDOR, e vigorará pelos 11 (onze) meses que sucederem a penúltima fatura inadimplida. A garantia deverá permitir a execução total ou parcial do valor garantido, em caso de inadimplemento do CONSUMIDOR, de forma imediata e a qualquer momento, mediante notificação escrita e específica da DISTRIBUIDORA, com entrega comprovada ao CONSUMIDOR. Verificando-se a qualquer tempo a insuficiência da garantia, a DISTRIBUIDORA poderá, exigir reforço de garantia limitado ao valor inadimplido, o qual deverá ser apresentado pelo CONSUMIDOR no prazo de 30 (trinta) dias a contar da respectiva notificação feita por escrito pela DISTRIBUIDORA.

Parágrafo Terceiro: O descumprimento pelo CONSUMIDOR das obrigações previstas nesta Cláusula poderá ensejar a suspensão do fornecimento de energia ou o impedimento do restabelecimento do fornecimento, caso já tenha ocorrido suspensão.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I – Os direitos e obrigações decorrentes deste contrato se transmite aos sucessores e cessionários das partes contratantes, ficando estabelecido que nenhuma cessão ou transferência feita pelo CONSUMIDOR terá validade, se antes não for formalmente aceita pela DISTRIBUIDORA.

II – Este contrato é reconhecido pelo CONSUMIDOR como título executivo, na forma do Código Processo Civil, para efeito de cobrança de todos os valores apurados mediante simples cálculo aritmético.

III – O fornecimento de energia elétrica de que trata o presente contrato está subordinado à legislação federal do serviço público de energia elétrica e às normas estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, órgão regulador do setor elétrico nacional.

Parágrafo Primeiro - As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, se não resolvidos amigavelmente entre as partes, serão submetidos à mediação da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Fl. 51
Rubrica
Centro de Geoinformação

Parágrafo Segundo – A partir da data de assinatura deste instrumento, ficam revogados quaisquer outros contratos anteriormente celebrados entre as partes para o mesmo fim.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO PRAZO E CONDIÇÕES DE PRORROGAÇÃO

O presente CONTRATO vigorará a partir da data de início que consta na quadro I, prorrogando-se automaticamente por mais 12 (doze) meses e assim sucessivamente a menos que o CONSUMIDOR se manifeste formalmente em contrário com 180 (cento e oitenta) dias de antecedência em relação ao término de cada vigência.

Parágrafo único. Para Consumidores submetidos à Lei Federal 8.666/1993, este CONTRATO vigorará conforme o Caput até o limite de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente instrumento será rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação judicial, no caso de infração a qualquer de suas cláusulas ou de contrariedade às normas legais e administrativas reguladoras dos serviços de energia elétrica, respondendo a parte infratora pelos prejuízos quer causar à outra, devendo o ressarcimento ser feito em 5 (cinco) dias contados do recebimento da comunicação do débito.

Parágrafo Único: O encerramento da relação contratual entre a DISTRIBUIDORA e o consumidor dar-se-á, alternativamente também, nas ocorrências dos seguintes eventos:

a) Por iniciativa do CONSUMIDOR, através de pedido de desligamento da unidade consumidora;

b) Por iniciativa da DISTRIBUIDORA, quando houver pedido de fornecimento formulado por novo interessado, referente à mesma unidade consumidora, ouvido o CONSUMIDOR;

C) Término da vigência do Contrato;

d) Ou no caso de decorrido dois ciclos completos de faturamento após a suspensão regular e ininterrupta do fornecimento à unidade consumidora, exceto nos casos comprovados de procedimentos irregulares ou de religação à revelia, praticados durante a suspensão.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO ENCERRAMENTO ANTECIPADO DA RELAÇÃO CONTRATUAL

O encerramento antecipado do Contrato implica na cobrança do valor correspondente ao faturamento dos meses remanescentes para o término da vigência do contrato, limitado a 12 (doze) meses, consi-

derando o produto da Tarifa de Energia - TE e da Bandeira Tarifária vigentes na data de solicitação do encerramento sobre o calculado com base:

I - Nos montantes médios contratados, para os Consumidores Livres e Especiais; ou

II- Na média dos consumos de energia elétrica disponíveis, precedentes ao encerramento, limitada aos 12 (doze) últimos ciclos, para os demais consumidores.

Parágrafo Único: O pagamento dos valores apurados de acordo com esta Cláusula deverá ser realizado pelo CONSUMIDOR no prazo de 05 dias úteis do recebimento da respectiva Fatura.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, será competente o foro da cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual de teor e eficácia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Manaus, de de 2022.

Pelo **4º CENTRO DE GEOINFORMAÇÃO**

4º CENTRO DE GEOINFORMAÇÃO
EMERSON MAGNUS DE ARAÚJO XAVIER - TC
Ordenador de Despesas Titular
CPF: [redacted]

4º CSEO
Fl.: 53
Rubrica
Centro de Gestão

Pela **AMAZONAS ENERGIA**

Maria do Socorro Gama da Silva

Diretora Regulatória e Jurídica

TESTEMUNHAS:

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:

Elaborado por:

.....

Conferido por:

.....

4º CGEO
Fl.: 54
Rubrica
Centro de Geoinformação

AMAZONAS ENERGIA

ANEXO I

RELAÇÃO DOS PONTOS DE CONEXÃO E DAS INSTALAÇÕES DE CONEXÃO

1) Descrição do ponto de conexão:

O ponto de conexão do CONSUMIDOR ao Sistema Eletrico da DISTRIBUIDORA, para efeito de operação, manutenção, e propriedade, inicia-se na entrada primária do cliente, exatamente na conexão do ramal de entrada.

<DIAGRAMA UNIFILAR> <OPCIONAL>

2) Descrição das Instalações de Conexão de responsabilidade do CONSUMIDOR:

A conexão do CONSUMIDOR ao Sistema Elétrico da DISTRIBUIDORA se faz através das seguintes instalações de conexão:

- Subestação Particular de ..... kVA, com tensão de fornecimento de kV na primária.

3) Descrição das Instalações de Conexão de responsabilidade da DISTRIBUIDORA:

A seguir são descritas as principais instalações de propriedade da DISTRIBUIDORA que permitem o fluxo de energia no seu Sistema Elétrico de Distribuição relacionado ao atendimento do CONSUMIDOR:

- Alimentador que deriva da Subestação com condutores até a entrada primária do cliente. O ponto de entrega está localizado na entrada primária na conexão do ramal de ligação.

Fl. 55
Rubrica
Centro de Geoinformação

AMAZONAS ENERGIA

ANEXO I

Relação das UNIDADES CONSUMIDORAS e MONTANTE DE ENERGIA ELÉTRICA CONTRATADA

Código UC
Nome UC

CGEO
Fl.: 36
Rubrica
Centro de Geoinformação

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
02.341.467/0001-20 MATRIZ		30/01/1998

NOME EMPRESARIAL
AMAZONAS ENERGIA S.A

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
35.14-0-00 - Distribuição de energia elétrica

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
35.11-5-01 - Geração de energia elétrica
35.12-3-00 - Transmissão de energia elétrica
35.13-1-00 - Comércio atacadista de energia elétrica

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
205-4 - Sociedade Anônima Fechada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV DJALMA BATISTA	4400	UNIDADE 02

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
69.058-807	FLORES	MANAUS	AM

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
TRIBUTOS@AMAZONASENERGIA.COM	(92) 2126-9182

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **29/11/2022** às **11:34:30** (data e hora de Brasília).

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**02.341.467/0001-20**	DUNS®:	**901302026**
Razão Social:	**AMAZONAS ENERGIA S.A**		
Nome Fantasia:			
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**30/05/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**27/04/2023**
FGTS	Validade:	**04/12/2022**
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**20/03/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**25/12/2022**
Receita Municipal	Validade:	**21/12/2022**

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2023**

CPF: [redacted] Nome: ELIRAY RIBEIRO DA SILVA

Ass: [redacted]

4º CSEO
Fl. 58
Rubrica
4º Centro de Geoinformação

Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (29/11/2022 às 11:33) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 02.341.467/0001-20.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6386.1854.E8FC.B436 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

Rubrica

SIAFI Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

TESOURO NACIONAL

Data e hora da consulta: 29/11/2022 11:30:26
Usuário: 70734020244

Cadastro Informativo de Créditos Não-Quitados - CADIN

CPF/CNPJ:	Título:	Situação	Total de Registros	0
02341467000	Credor/Devedor não existente no Siafi	Adimplente	Há até 30 dias:	
			Há mais de 30 dias:	

Código	Credor	Data/Hora de Inclusão

** Registros incluídos há até 30 dias.*

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 02.341.467/0001-20

LIMPAR

Data da consulta: 29/11/2022 10:53:12
Data da última atualização: 24/11/2022 20:00:04

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	QUANTIDADE

Nenhum registro encontrado

Folha nº 61
Visto

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo:

CPF/CNPJ: **02341467000120**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 11:54:09 do dia 17/01/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5

Código de controle da certidão: VIHI170123115409

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

SECEO
R: 62
Rubrica
4º Centro de Geoinformação

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 29/11/2022 11:35:08

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **AMAZONAS ENERGIA S.A**
CNPJ: **02.341.467/0001-20**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

Folha nº 64

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DIRETORIA DE SERVIÇO GEOGRÁFICO
4º CENTRO DE GEOINFORMAÇÃO

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Reconheço a Dispensa de Licitação fundamentada no inciso XXII, Art 24 da Lei Nr 8.666/93, pela comprovada inviabilidade de competição, nos termos da justificativa em anexo, para efeito de despesa relacionada com a aquisição do serviço de fornecimento de energia elétrica, em favor deste 4º Centro de Geoinformação.

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO: Nº 17/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 64492.005195/2022-96
RAZÃO SOCIAL: AMAZONAS ENERGIA S/A
OBJETO: AQUISIÇÃO DO SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

INTERESSADO: 4º CENTRO DE GEOINFORMAÇÃO
VALOR ESTIMADO: R$ 435.090,16 (quatrocentos e trinta e cinco mil e noventa reais e dezesseis centavos).

Em consequência, encaminho esta Declaração de Dispensa de Licitação à consideração do Excelentíssimo Senhor Comandante da 12ª Região Militar.

Manaus, AM 16 de janeiro de 2023.

[redacted]

AAAJurd/Cmdo
12ª RM

[redacted]

EMERSON MAGNUS DE ARAÚJO XAVIER – **Ten Cel**
Chefe do 4º Centro de Geoinformação

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico, nos termos do Art. 26º da Lei 8.666/93, o ato de declaração de Dispensa de Licitação proferido pelo Ordenador de Despesas da UG 160011 – 4º Centro de Geoinformação, nos autos do Processo Administrativo nº 64492.005195/2022-96.

Manaus, AM 13 de fevereiro de 2023.

[redacted]

Gen Div CARLOS ANDRÉ ALCANTARA LEITE
Comandante da 12ª Região Militar

4º CGEO
Fl.: 65
Rubrica
4º Centro de Geoinformação

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DIRETORIA DE SERVIÇO GEOGRÁFICO
4º CENTRO DE GEOINFORMAÇÃO
(4ª DL – 1978)

OFÍCIO Nº 8-SALC/S4/4º CGEO/Seção de Aquisições, Licitações e Contratos/4ºCGEO

Manaus/AM, 29 de novembro de 2022.

À Senhora
FRANCISLÉA NAZARÉ CAXEIXA DE MENEZES FALCÃO
Consultora Jurídica da União no Estado do Amazonas – CJU/AM
Av. Tefé, 611 – Ed. Luis Higino de Sousa Netto – Bairro: Praça 14
69020-090 – Manaus/AM

Assunto: **Apreciação Jurídica.**

Senhora Coordenadora Geral,

Encaminho a Vossa Senhoria o Processo Administrativo abaixo descrito, para exame e aprovação jurídica por essa Consultoria Jurídica da União, de acordo com o art. 38 da Lei nº 8.666/93, conforme **formulário** para tramitação:

DATA LIMITE: Não é o caso	TERMO ADITIVO, SE FOR O CASO: Não é o caso DATA LIMITE: Não é o caso FLS: Não é o caso
E-mail: salc4cgeo@gmail.com / salc4cgeo@hotmail.com	Telefone: (92) 3213-7035
NUP: 64492.005195/2022-96	Nº de volumes: 01(um)
Data de Abertura do Processo: 16 de novembro de 2022	
Valor: R$ 435.090,16	Modalidade: Dispensa de licitação nº 17/2022
Prazo:	Sigla do Órgão: 4º CGEO
MODELOS DA AGU	
EDITAL E ANEXO: Foram adotados? ( ) SIM (X) NÃO	
Qual o modelo utilizado:	
Houve alteração?	Relacionar os itens modificados [1]:

Certifico o SOBRESTAMENTO do processo NUP 64492.005195/2022-96, objetivando auxiliar na verificação e análise por parte dessa CJU/AM, assumindo o compromisso da não movimentação do mesmo a partir de 29/11/2022.

CONTINUA...

REENCHIMENTO OBRIGATÓRIO			
Assunto /Objeto: Dispensa de Licitação, para Contratação de Serviço de Fornecimento de Energia Elétrica, visando atender necessidade do 4º Centro de Geoinformação UASG 160011.			
O PROCESSO É CONSIDERADO SENSÍVEL PELO ÓRGÃO ASSESSORADO? ( )SIM (x)NÃO Em caso positivo, descrever os motivos: (OBS.: Por processo sensível, entende-se aquele processo cujo objeto seja complexo ou que possua importância estratégica para o órgão por estar imbricado com outras contratações, dele dependentes; ou pela repercussão que possa ter perante outros setores da administração ou da sociedade.)			
IDENTIFICAÇÃO DO TEMA: (OBS: De acordo com os conceitos listados abaixo, **sendo possível marcar mais de uma opção se o caso admitir**)			
AQUISIÇÕES – Processos e consultas relativas à **aquisição onerosa** de bens mediante fornecimento único ou parcelado.		**OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA** - Processos e consultas relativas a contratações de obras e serviços de engenharia, comuns ou especiais, que necessitem da participação e do acompanhamento dos profissionais cujo exercício das atividades seja fiscalizado pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), incluindo os serviços vinculados de fiscalização.	
SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA - Processos e consultas relativas à contratação de serviços **com** a disponibilização de trabalhadores da empresa nas instalações da administração pública.		**PATRIMÔNIO** - Processos e consultas que tratem do **patrimônio imobiliário** da União, incluindo os procedimentos de transferência, onerosa ou não, bem como os atos antecedentes necessários.	
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA - Processos e consultas relativas à contratação de serviços **sem** a disponibilização de trabalhadores da empresa nas instalações da administração pública, mesmo nas hipóteses de haver fornecimento de bens necessários à execução do serviço.	X	**RESIDUAL** - Processos e consultas cujo tema não se enquadre nos demais.	
CONCILIAÇÃO E REPRESENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL – Processos ou documentos referentes a Conciliações e que versem sobre Representação em Inquéritos Civis do Ministério Público Federal ou do Trabalho.			
OBSERVAÇÃO:			

[redacted]

FRANCK ROSA DA SILVA – **MAJ**
Ordenador de Despesas Substituto do 4º Centro de Geoinformação

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO ESPECIALIZADA VIRTUAL DE SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA
ADVOGADOS
RUA SANTA CATARINA, 480 - 6º ANDARLOURDESBELO HORIZONTECEP 30.170-081

COTA n. 00624/2022/ADV/E-CJU/SSEM/CGU/AGU

NUP: 64492.005195/2022-96
INTERESSADOS: 4º CENTRO DE GEOINFORMAÇÃO - 4º CGEO
ASSUNTOS: DEMAIS HIPÓTESES DE DISPENSA

1. Trata-se de processo encaminhado a esta Consultoria Jurídica da União Especializada, para análise e emissão de parecer de procedimento para contratação direta, por prazo indeterminado, da **AMAZONAS ENERGIA S.A**, por dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso XXII, da Lei 8.666/93, para prestação dos serviços de fornecimento de energia elétrica para atender as necessidades do **4º CENTRO DE GEOINFORMAÇÃO**, sendo a despesa anual para a contratação estimada em R$ 435.090,16 (quatrocentos e trinta e cinco mil e noventa reais e dezesseis centavos).

2. A análise solicitada se enquadra na **Manifestação Jurídica Referencial n. 02/2016 - CJU/PR, à qual esta Consultoria manifestou adesão** pela Nota n. 00004/2021/COORD/E-CJU/SSEM/CGU/AGU, retificada pelo Despacho n. 00005/2022/CJU-MG/CGU/AGU (Nup: 00688.001069/2021-10), aprovados pelos Despachos n. 00146/2021/COORD/E-CJU/SSEM/CGU/AGU e n. 00007/2022/CJU-MG/CGU/AGU.

3. A adesão à referida manifestação jurídica referencial **dispensa a submissão individualizada do tema para análise desta e-CJU/SSEM**. A citada manifestação referencial está assim ementada:

> *EMENTA:*
> *I. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS.*
> *II. DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. Dispensa de licitação com fundamento no artigo 24, inciso XXII, da Lei n. 8.666, de 1993. Contratação de empresa para fornecimento de energia elétrica.*
> *III. Regularidade formal do processo. Limites impostos pelo Decreto n. 7.689/2012. Adequação da contratação ao permissivo legal. Formalidades do art. 26, bem como demais requisitos da Lei n. 8.666, de 1993.*
> *IV. Recomendações recorrentes da CJU/PR.*

4. Constituindo matéria repetitiva, com significativo volume de processos, recomenda o princípio da eficiência que as atuações jurídica e administrativa sejam racionalizadas de modo a conferirem maior celeridade à análise dos temas, otimizando o serviço, reduzindo os custos processuais e prazos necessários ao processamento dos casos em que não se aponte presença de dúvida jurídica específica.

5. Nesses casos repetitivos, a forma preconizada pela Advocacia-Geral da União para atuação da Consultoria-Geral da União foi pela adoção de manifestações jurídicas referenciais, segundo a **Orientação Normativa n. 55**, nos seguintes termos:

4º CGEO Fl. 68 Rubrica

> ***I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.***
>
> ***II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.***

6. O propósito da ON acima foi, claramente, de otimizar o serviço, preservando ou racionalizando a estrutura do Estado e graduando prioridades no trabalho intelectual da atividade jurídico-consultiva da União.

7. Sob esse aspecto, agregam-se requisitos de outra natureza, tais como, o impacto do volume de processos nos serviços jurídicos e/ou administrativos, a recorrência, a identidade dos temas e a redução da atuação dos membros da CJU à simples conferência de documentos.

8. Nesse sentido, vale observar que a checagem de documentação não é atividade própria de assessoramento jurídico, cabendo transcrever, por extremamente oportuno, o seguinte trecho do Parecer n. 00133/2017 /CONJUR-MD/CGU/AGU (Nup: 00731.000066/2017-00):

> *10. É relevante estabelecer que as competências da Advocacia-Geral da União estão delineadas no art. 131 da Constituição Federal, cabendo-lhe a consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Federal, e não o controle dos atos de gestão. Daí, portanto, que a análise individualizada dos processos administrativos não é obrigatória, vale dizer a atividade de checagem de documentos, da instrução do processo, das justificativas, das autorizações, de minutas padronizadas etc. Não é papel primordial do órgão de Consultoria Jurídica a auditoria do processo administrativo. O controle interno pode, por evidente, vir a ser exercido, por meio de recomendações que orientem à regularização e correção da atuação do gestor. Esta, contudo, não é a missão constitucional da AGU.*
>
> *11. Com efeito, a recente orientação normativa pressupõe a coerente e madura visão de que há uma clara distinção entre o papel de assessorar as autoridades no controle interno da legalidade administrativa (art. 11, V, LC 73/93) e a atividade de gestão consistente em analisar aspectos discricionários, administrativos, técnicos, orçamentários e financeiros relativos a determinado ato ou negócio jurídico, que é de responsabilidade do administrador público e se sujeita à fiscalização dos órgãos de controle interno e externo.*
>
> *12. É papel da AGU orientar o gestor a realizar o trabalho, com base nas normas aplicáveis à espécie, mas não cabe ao órgão jurídico controlar o administrador na prática de atos de gestão administrativa, na medida em que já existem instituições com competência para tanto, a exemplo do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria e do Tribunal de Contas da União, no que se refere à esfera federal. (...)*
>
> *(...)*
>
> *16. A padronização da análise e da manifestação jurídica, assim, em tema como a prorrogação contratual referente a serviços continuados, por meio da manifestação jurídica referencial, tem fundamento no princípio da eficiência e da economicidade, possibilitando ao gestor o conhecimento prévio dos* ***requisitos procedimentais uniformes e necessários à celebração de tais aditivos****.*

9. Em suma, verificando-se, na espécie, o atendimento aos requisitos da transcrita ON AGU n. 55 - em homenagem aos princípios constitucionais da eficiência e economicidade - foi elaborada manifestação jurídica referencial, à qual esta Consultoria manifestou adesão, contemplando diretrizes a serem seguidas pelos órgãos assessorados por esta e-CJU, nos procedimentos relativos à contratação dos serviços de fornecimento de energia elétrica, como o do caso concreto.

AGU CGEO Fl. 69 Rubrica Coordenação de Gestão da Informação

10. Registre-se, inclusive, que o Tribunal de Contas da União - TCU já se manifestou favoravelmente à adoção de manifestações jurídicas referenciais pela AGU, como se verifica no seguinte trecho do Acórdão n. 2.674/2014 - Plenário:

> *9.2. informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.*

11. Portanto, nessa perspectiva, o expediente deve retornar ao órgão de origem, para que siga as orientações do Parecer Referencial n. 02/2016 - CJU/PR, em anexo, certificando a adequação do tema à citada manifestação jurídica referencial, hipótese em que poderá dar continuidade ao procedimento sem manifestação prévia desta e-CJU.

CONCLUSÃO

12. ANTE AO EXPOSTO, restituímos o expediente à origem, recomendando ao órgão assessorado atestar que a situação em concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial n. 02/2016 - CJU/PR e atender integralmente às orientações/recomendações nele emanadas.

13. Na hipótese de que o caso dos autos não se amolde à referida manifestação jurídica referencial, solicita-se o posterior retorno dos autos, com a especificação da questão não abrangida nas orientações ou com a indicação da dúvida jurídica porventura existente, bem como com a solução reputada adequada e conveniente pelo órgão assessorado, para análise individualizada pela Consultoria Jurídica da União.

14. Dispensada a aprovação desta manifestação jurídica, nos termos do art. 22 do Regimento Interno da e-CJU/Serviços Sem Dedicação Exclusiva de Mão de Obra, aprovado pela Portaria E-CJU/SSEM/CGU/AGU n.º 1, de 21 de julho de 2020.

Cuiabá, 01 de dezembro de 2022.

LUANNA RODRIGUES DANTAS DE OLIVEIRA
ADVOGADA DA UNIÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em https://supersapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 64492005195202296 e da chave de acesso b0c7bce4

Documento assinado eletronicamente por LUANNA RODRIGUES DANTAS, com certificado A1 institucional

4º CGEO
Fl.: 70
Rubrica

(*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1049396222 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): LUANNA RODRIGUES DANTAS, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 01-12-2022 15:48. Número de Série: 772182694104883361993962756O6. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

4º CGEO
Fl.: 71
Rubrica

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO ESPECIALIZADA VIRTUAL DE SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA
COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
RUA SANTA CATARINA, 480 - 6º ANDAR LOURDES BELO HORIZONTE CEP 30.170-081

DESPACHO n. 01212/2022/COORAD/E-CJU/SSEM/CGU/AGU

NUP: 64492.005195/2022-96
INTERESSADOS: 4º CENTRO DE GEOINFORMAÇÃO - 4º CGEO
ASSUNTOS: DEMAIS HIPÓTESES DE DISPENSA

1. Aprovo do Consultor Jurídico da União dispensado na forma do §1º do art. 10 da Portaria AGU nº 14, de 23 de janeiro de 2020.

2. Fica o órgão assessorado informado da possibilidade de interposição de recurso de revisão da manifestação jurídica conforme seguinte previsão do Regimento Interno desta Consultoria Jurídica da União Especializada Virtual de Serviços Sem Dedicação de Mão de Obra:

> Art. 23. *omissis*;
> §1º. A manifestação jurídica poderá ser objeto de pedido de revisão formulado pela autoridade máxima do órgão assessorado, desde que tenha:
> I – contrariado orientação normativa, tese uniformizada ou manifestação da própria unidade consultiva; e
> II – omitido ou dado interpretação incorreta a temas não jurídicos, assim entendidos aqueles de natureza técnica, administrativa e de conveniência ou oportunidade.
> §2º. O pedido de revisão deverá ser encaminhado ao membro que proferiu a manifestação que originou o pedido de revisão.
> §3º. Caso o subscritor da manifestação objeto do pedido de revisão não o acolha, o pedido de revisão será encaminhado ao Coordenador que decidirá pelo:
> I – não conhecimento do pedido de revisão, prevalecendo a manifestação recorrida por seus próprios fundamentos; ou
> II – conhecimento do pedido de revisão, quando a sua decisão orientará o órgão assessorado.
> §4º. Em caso de férias ou ausência legal do advogado subscritor da manifestação objeto do pedido de revisão, os autos serão encaminhados à Coordenação a quem incumbirá manifestar-se, na forma do parágrafo anterior, sobre o pedido de revisão.

Belo Horizonte, 01 de dezembro de 2022.

FELÍCIA COSTA EVANGELISTA
SIAPE: 24213-68
GABINETE/CJU/MG

4º CGEO
Fl.: 72
Rubeca
Coord. de Geoinformação

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em https://supersapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 64492005195202296 e da chave de acesso b0c7bce4

4º CGEO
Fl.: 73
Rubrica
4º Centro de Geoinformação

AGU
Pag.
CJU/PR

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO NO ESTADO DO PARAN

MANIFESTACÃO JURÍDICA REFERENCIAL nº 002 /CJU-PR/CGU/AGU/2016

Assunto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

1. Para fins da Orientação Normativa AGU nº 55/2014, APROVO o Parecer proferido como MANIFESTACÃO JURÍDICA REFERENCIAL, cuja ementa é do seguinte teor:

EMENTA
I. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS.
II. DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. Dispensa de licitação com fundamento no artigo 24, inciso XXII, da Lei nº 8.666, de 1993. Contratação de empresa para fornecimento de energia elétrica.
III. Regularidade formal do processo. Limites impostos pelo Decreto nº 7.689/2012. Adequação da contratação ao permissivo legal. Formalidades do art. 26, bem como demais requisitos da Lei nº 8.666, de 1993.
IV. Recomendações recorrentes da CJU/RJ.

2. À Secretaria do Gabinete e à Coordenação Administrativa para divulgação eletrônica entre os Membros desta CJU-PR e, especialmente, aos órgãos assessorados, por meio de novo Ofício Circular.

Curitiba, 30 de agosto de 2016.

[redacted]

VALTER OTAVIANO DA COSTA FERREIRA JUNIOR
Advogado da União
Consultor Jurídico da União - CJU-PR

4º CGEO
Fl. 74
Rubrica
5º Centro de Geoinformação

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO NO ESTADO DO PARANÁ

MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL Nº _002 /CJU-PR/CGU/AGU
ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

EMENTA:

I. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS.
II. DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. Dispensa de licitação com fundamento no artigo 24, inciso XXII, da Lei nº 8.666, de 1993. Contratação de empresa para fornecimento de energia elétrica.
III. Regularidade formal do processo. Limites impostos pelo Decreto nº 7.689/2012. Adequação da contratação ao permissivo legal. Formalidades do art. 26, bem como demais requisitos da Lei nº 8.666, de 1993.
IV. Recomendações recorrentes da CJU/PR.

I - FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

1. A presente manifestação jurídica referencial visa registrar os apontamentos que a Consultoria Jurídica da União no Estado do Paraná emite em seus pareceres sobre o tema de contratação de empresa para fornecimento de energia elétrica.
2. A partir dela, o órgão assessorado pela CJU/PR pode verificar o atendimento das recomendações usualmente feitas, ou a necessidade de justificar alguma delas, dispensando-se o envio do processo para análise da CJU/PR, conforme estabelecido na Orientação Normativa nº 55, do Advogado-Geral da União, que assim estabeleceu:

> *I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.*
>
> *II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à*

[redacted]

4º CGEO
Fl: 35
Rubrica
4º Centro de Geoinformação

verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

3. Referida Orientação explicita, na parte final do inciso I, que compete ao órgão assessorado atestar que o assunto do processo é o tratado na manifestação jurídica referencial, para o fim de não encaminhá-lo à CJU/PR para exame jurídico. Isto significa que não se deve adotar como praxe o encaminhamento dos processos para a CJU/PR deliberar se a análise individualizada se faz necessária ou não. É claro que dúvidas específicas podem ser submetidas, mas o escopo da manifestação referencial é justamente eliminar esse trâmite.

4. No caso desta manifestação sobre contratação de fornecimento dos serviços de energia elétrica, a CJU/PR optou por restringi-la à hipótese da primeira contratação, deixando de fora eventuais prorrogações, tendo em vista a orientação recorrente desta Consultoria, exposta na Orientação Normativa nº 36/2011, da Advocacia-Geral da União, de que as contratações de serviços públicos podem ensejar a indeterminação do praza de vigência nos respectivos contratos.

5. Feita essa explanação, passa-se ao registro das orientações da CJU/PR nos casos do tipo.

II - REGULARIDADE DA FORMAÇÃO DO PROCESSO

6. De acordo com o art. 22 da Lei nº 9.784, de 1999, os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada, salvo expressa disposição legal.

7. Com efeito, no que pertine especificamente à licitação, bem como contratos/convênios e outros ajustes, o processo administrativo deverá observar as normas que lhes são pertinentes, observando-se a ON nº 02/2009, da AGU: *"Os instrumentos dos contratos, convênios e demais ajustes, bem como os respectivos aditivos, devem integrar um único processo administrativo, devidamente autuado em sequência cronológica, numerado, rubricado, contendo cada volume os respectivos termos de abertura e encerramento."*

8. Assim, as folhas correspondentes aos documentos pertinentes devem ser numeradas e rubricadas, sendo que cada volume deverá conter os respectivos termos de abertura e encerramento, e, na medida do possível, no máximo, 200 folhas, conforme Portaria Normativa SLTI/MPOG nº 5/2002 (no caso de órgãos integrantes do SISG) e Portaria Normativa MD nº1243/2006 (para os órgãos militares).

9. De um modo geral, a ON nº 02 e as Portarias Normativas preconizam que a contratação de um determinado objeto deve integrar um único processo, desde o seu nascedouro até sua extinção. Isto significa dizer que não é correta a abertura de novos processos com nova numeração e novos volumes para cada ocorrência verificada na história daquela contratação, a exemplo de um novo processo para eventual aditivo de acréscimo ou supressão de quantitativo ou de prorrogação de prazo de vigência. Repita-se, todos estes elementos devem integrar um único processo com os eventos dispostos em ordem cronológica.

[redacted]

4º CGEO
Fl.: 76
Rubrica
4º Centro de Geoinformação

10. Por fim, é importante esclarecer que, por motivos organizacionais, não se obsta a criação de processos específicos, pastas ou locais de arquivo para documentar o andamento ordinário da execução contratual, sobretudo do ponto de vista financeiro, envolvendo a guarda e manuseio das notas fiscais, das notas de empenho, bem como as trocas de mensagens rotineiras com a fiscalização, entre outros documentos burocráticos. Isso preserva o processo dessa documentação volumosa e acessória, que pode vir a integrar o processo, ainda que em parte, caso passe a ter relevância para alguma decisão a ser tomada no âmbito do contrato. Mas, enquanto se restringirem a documentar o dia a dia da execução contratual, não precisam e não devem fazer parte do processo que vise documentar a celebração, as prorrogações e as alterações do contrato.

11. De qualquer forma, a recomendação da CJU/PR é a de que o órgão assessorado observe a Portaria Normativa SLTI/MPOG nº 5, de 2002, nos casos de órgãos integrantes do SISG, e da Portaria Normativa nº 1243, de 2006, do Ministério da Defesa, para os órgãos militares, e da Orientação Normativa nº 02, da AGU, para a formalização dos processos e seus eventuais aditivos contratuais.

III LIMITES DE CONTRATAÇÃO PREVISTOS NO DECRETO Nº 7.689, de 2012

12. No âmbito do Poder Executivo Federal, o Decreto nº 7.689, de 2012, estabeleceu limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens, aplicáveis aos órgãos, entidades e fundos do Poder Executivo Federal integrantes do Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, donde se destaca a previsão contida em se artigo 2º.[1]

13. A Portaria nº 249, de 13 de junho de 2012, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, estabeleceu normas complementares para o cumprimento do mencionado Decreto, prevendo em seu artigo 3º que as atividades de custeio decorrem de contratações diretamente relacionadas às atividades comuns a todos os órgãos e entidades que apoiam o desempenho de suas atividades institucionais[2].

---

[1] *Art. 2º A celebração de novos contratos administrativos ou a prorrogação dos contratos em vigor relativos a atividades de custeio devem ser autorizadas expressamente pelo respectivo ministro de Estado.*
§ 1º Para os contratos com valor igual ou superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) é vedada a delegação de competência.
§ 2º Para os contratos com valores inferiores a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), a competência de que trata o caput poderá ser delegada ou subdelegada, exclusivamente:
I - ao secretário-executivo, ou autoridade equivalente, aos dirigentes máximos das unidades diretamente subordinados aos respectivos ministros de Estado e aos dirigentes máximos das entidades vinculadas, ficando vedada a subdelegação para os contratos com valor igual ou superior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
II - aos subsecretários de planejamento, orçamento e administração ou autoridade equivalente, vedada a subdelegação, para os contratos com valores inferiores a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), e iguais ou superiores a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); e
III - aos coordenadores ou chefes das unidades administrativas dos respectivos órgãos ou entidades para os contratos com valores inferiores a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).
§ 3º O Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão poderá alterar ou atualizar, a qualquer tempo, os valores estabelecidos nos §§ 1º e 2º.

[2] - fornecimento de combustíveis, energia elétrica, água, esgoto e serviços de telecomunicação;

4º CGEO
Fl.: 77
Rubrica
4º Centro de Geoinformação

14. No caso, o objeto da contratação de fornecimento de energia elétrica constitui atividade de custeio, conforme, inciso I, do artigo 3º, da citada Portaria, cabendo à autoridade consulente adotar as providências necessárias para a obtenção da exigida autorização.

IV- DISPENSA DE LICITAÇÃO – ART. 24, XXII, DA LEI Nº 8.666, DE 1993

15. A Carta Federal, em seu art. 37, XXI, acolhe exceção à regra geral da licitação ao permitir que a legislação estabeleça situações específicas que não ficarão submetidas ao certame. As hipóteses taxativas de contratação direta estão previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

16. No caso de contratação de fornecimento de energia elétrica, após a exclusão do regime de monopólio no seu fornecimento, a princípio, não mais subsistiria o pressuposto fático para a configuração de inexigibilidade de licitação, tendo sido prevista hipótese específica de dispensa com fundamento no artigo 24, XXII, da Lei nº 8.666, de 1993, diante da perspectiva da prestação desses serviços por mais de uma empresa no mercado.

17. Portanto, para a contratação de fornecimento de energia elétrica, o órgão deverá fundamentar a contratação na dispensa de licitação com fundamento no artigo 24, Inciso XXII, da Lei nº 8.666, de 1993.

V – FORMALIDADES LEGAIS PREVISTAS NO ART. 26 DA LEI Nº 8.666, de 1993

18. Analisada a questão referente à possibilidade de contratação direta, cumpre agora examinar a observância dos requisitos legais impostos no artigo 26 da Lei nº 8.666, de 1993.

19. Com efeito, neste caso particular, as exigências atinentes consistem em:

a) apresentação de justificativa do afastamento da licitação;

b) comunicação, dentro de três dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial no prazo de cinco dias;

c) razão da escolha do fornecedor;

d) justificativa do preço.

20. Como se verifica da leitura do *caput* do dispositivo legal referido, impõe-se à autoridade responsável pela contratação o dever de justificar o afastamento da licitação, o que deve ser feito conforme razões constantes no processo.

21. Quanto à escolha do fornecedor, as razões devem ser apontadas

---

II as atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações, conforme disposto no Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997;

III realizações de congressos e eventos, serviços de publicidade, serviços gráficos e editoriais;

IV - aquisição, locação e reformas de imóveis; e

V - aquisição, manutenção e locação de veículos, máquinas e equipamentos.

Parágrafo único. O enquadramento do objeto da contratação como atividade de custeio deve considerar a natureza das atividades contratadas, conforme disposto neste artigo, e não a classificação orçamentária da despesa.

4ª CGEO
Fl.: 78
Rubrica
4º Centro de Documentação

nos documentos próprios à finalidade.

22. No que diz respeito à justificativa do preço, como sempre existe a necessidade de verificação da razoabilidade dos valores pagos pela Administração Pública, é essencial a demonstração nos autos que os preços apresentados pela concessionária são os usualmente cobrados nos contratos celebrados com outras empresas, em situação similar à do órgão que se utilizará dos serviços, assim como com outros órgãos públicos federais, juntando-se, se for o caso, documentação comprobatória dos preços praticados.

23. Cabe também levar em conta a classificação do consumidor de energia elétrica (residencial, comercial, industrial, órgãos públicos etc.), evidenciando, assim, não só ampla pesquisa de mercado, como também eficiência e economicidade na gestão dos recursos públicos.

24. Neste ponto, chamamos a atenção da autoridade para o fato de que a agência executiva ANEEL regulamenta a classificação dos consumidores em diferentes estruturas tarifárias, cabendo ao órgão avaliar a vantajosidade de seu enquadramento numa ou noutra categoria, de acordo com os seus hábitos de utilização de energia elétrica.

25. Ressalte-se que cada estrutura tarifária possui seus prós e contras, em termos de dispêndio final, sendo imprescindível a avaliação criteriosa do órgão na sua escolha.

26. Recomenda-se também demonstrar que os valores cobrados pela concessionária da Administração são compatíveis com aqueles cobrados aos consumidores do mesmo padrão.

27. Portanto, a Autoridade assessorada deve alicerçar sua justificativa em documentos hábeis capazes de esclarecer não só o consumo mensal de energia elétrica, como também o preço que está sendo cobrado. Nesse sentido a Orientação Normativa nº 17, da lavra do Exmo. Sr. Advogado Geral da União.

28. Deve ser verificado se a justificativa do preço foi fornecida e se atende a essas premissas, contendo estimativa idônea da demanda do órgão, enquadramento do órgão em espécie adequada de consumidor e isonomia na cobrança da tarifa.

29. Por fim, no que toca às exigências insertas no *caput* do citado artigo 26, é necessária a ratificação do ato pela autoridade competente, bem como sua publicação na imprensa oficial, providências estas que deverão ser adotadas no momento oportuno, bem como, aquelas relativas à publicação do ato.

30. Considerando, entretanto, que a estimativa de valor anual da contratação não ultrapasse R$ 8.000,00 (oito mil reais), aplicável a Orientação Normativa AGU Nº 34, de 13/12/2011, segunda a qual é dispensável a publicação do ato que autoriza a contratação direta na imprensa oficial, nos casos de inexigibilidade ou dispensa cujos valores não ultrapassem aqueles fixados nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo dos meios eletrônicos de publicação, e mantido o enquadramento original da contratação. É dizer, no presente caso concreto, ainda que para fins de dispensabilidade da publicação do ato tenha sido invocado o artigo 24, II, da Lei nº 8.666, de 1993, a tipificação legal original da contratação – dispensa de licitação com fundamento no artigo 24, XXII, da referida Lei –, deverá ser

[redacted]

4º CGEO
Fl.: 79
Rubrica
4º Centro de Geoinformação

mantida.

VI – DEMAIS FORMALIDADES LEGAIS APLICÁVEIS

31. Analisadas as exigências específicas impostas pelo artigo 26 da Lei nº 8.666, de 1993, cumpre agora examinar a instrução processual sob o aspecto das demais formalidades aplicáveis às contratações administrativas.
32. Assim, sem prejuízo dos documentos que já constem do procedimento administrativo, em questão, é necessário que a Autoridade assessorada verifique e vele para que seja observada a devida instrução destes autos, atentando para as exigências da Lei nº 8.666, de 1993.
33. Aqui serão tecidas considerações acerca das determinações constantes do indigitado diploma legal, em face do caso concreto, com a ressalva de que as principais peças, tais como: projeto básico e/ou minuta de contrato, serão analisadas em tópicos especialmente abertos para essa finalidade.

Justificativa da contratação

34. Quanto à justificativa da contratação, não cabe ao órgão jurídico adentrar o mérito (oportunidade e conveniência) das opções do Administrador, exceto em caso de afronta a preceitos legais. O papel do órgão jurídico é recomendar que tal justificativa seja a mais completa possível, orientando o órgão assistido, se for o caso, pelo seu aperfeiçoamento ou reforço, na hipótese de ela se revelar insuficiente, desproporcional ou desarrazoada, de forma a não deixar margem para futuros questionamentos, por exemplo, quanto à pertinência ou necessidade da contratação, ou dos quantitativos estimados, contemplando os requisitos mínimos estabelecidos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2/2008, especialmente em seu art. 15, inc. I, que arrola os principais elementos que deverão ser previstos na justificativa apresentada no caso de contratações de serviços.
35. Ademais, destaca-se a importância da previsão do consumo na justificativa apresentada, cabendo à Administração atentar para as medidas de gestão pública ambiental que poderá adotar para sua redução e maior eficiência. Este posicionamento se encontra em consonância com as metas da Administração para redução do consumo de recursos naturais.

Projeto Básico

36. O artigo 6º, IX c/c artigo 7º, I, e artigo 12, todos da Lei nº 8.666, de 1993, determinam que as obras e serviços somente poderão ser licitados quando houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para o exame dos interessados em participar do certame, o que é aplicável também em casos de dispensa e inexigibilidade do procedimento licitatório, em conformidade com o artigo 7º, §9º, da Lei nº 8.666, de 1993.
37. O artigo 15 da IN/SLTI nº 02/2008, por sua vez, fixa o seu conteúdo mínimo, arrolando os principais elementos a serem previstos, o que poderá constar de um documento mais simples, se as características e o valor da contratação assim recomendarem.

[redacted]

4º CGEO
Fl.: 80
Rubrica
4º Centro de Geoinformação

Previsão de recursos orçamentários

38. O órgão deverá juntar aos autos a declaração de disponibilidade orçamentária e financeira nos termos do artigo 7º, § 2º, III, artigo 14, e o *caput* do artigo 38, todos da Lei nº 8.666, de 1993, bem como a declaração de que trata o artigo 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Regularidade fiscal e trabalhista da contratada

39. De início, alertamos que, mesmo nas dispensas ou inexigibilidades de licitação, a comprovação da habilitação do contratado deve ser exigida com relação aos aspectos essenciais à regularidade da contratação - artigo 55, XIII c/c artigos 27 a 33, da Lei nº 8.666, de 1993.

40. No que tange à regularidade fiscal, tanto a doutrina como a jurisprudência do TCU são uníssonos no sentido de que, mesmo nos casos de contratação direta, devem ser exigidas a comprovação de regularidade junto à Fazenda e a Dívida Ativa da União, o INSS e o FGTS, em consonância com o pronunciamento da Corte de Contas da União no Acórdão de nº 260/2002 – Plenário. Além disso, com o advento da Lei nº 12.440, de 2011, sobreveio também a necessidade de comprovação de regularidade trabalhista, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT. Cabe ao administrador, pois, zelar pela efetiva validade dessas certidões na ocasião da contratação.

41. No caso, porém, adverte-se que, ainda que a situação fiscal e trabalhista da empresa não esteja regular, a contratação poderá ser efetivada, porquanto aplicável, a Orientação Normativa AGU nº 9, de 01/04/2009, segundo a qual "A comprovação da regularidade fiscal na celebração do contrato ou no pagamento de serviços já prestados, no caso de empresas que detenham o monopólio de serviço público, pode ser dispensada em caráter excepcional, desde que previamente autorizada pela autoridade maior do órgão contratante e, concomitantemente, a situação de irregularidade seja comunicada ao agente arrecadador e à agência reguladora". Na presente contratação, embora não se trate de monopólio, entendemos aplicável tal orientação, por analogia, tendo em vista tratar-se da prestação de um serviço público essencial e, normalmente, fornecido por apenas uma empresa.

42. Deverá ser anexada a declaração SICAF que comprove a regularidade fiscal da contratada, devidamente atualizada, bem como juntar os documentos que comprovem a regularidade trabalhista, ou adotar as medidas recomendadas na ON AGU nº 9, de 01/04/2009, acima descritas.

43. Ademais, em vista da exigência imposta no artigo 6º, III, da Lei nº 10.522, de 2002, deve-se, ainda, providenciar a consulta prévia ao CADIN e ao CEIS.

44. Frise-se, entretanto, que, por aplicação análoga da citada ON AGU nº 9, de 01/04/2009, a eventual constatação de pendências/irregularidades da empresa nesses documentos não impedirá a contratação, não obstante seja recomendável a adoção das medidas cabíveis para sua devida regularização por parte da empresa.

[redacted]

4º CGEO
Fl.: 81
Rubrica
2º Centro de Gestão da Informação

VII - CONSIDERAÇÕES SOBRE O TERMO DE CONTRATO

45. Em se tratando de contratação de fornecimento de energia elétrica mediante contrato de adesão, ter-se-ia situação ímpar, na qual a Administração figuraria na relação como usuária de serviço público, de forma que não agiria com prerrogativas típicas de Poder Público. Não lhe seria conferida, em tese, a possibilidade de discutir as condições da avença, por tratar-se de contrato de adesão, encontrando-se, sob esse aspecto, na mesma posição de qualquer outro consumidor desses serviços.

46. Entretanto, por força do artigo 62, § 3º, II, da Lei nº 8.666, de 1993, quando a Administração for parte como usuária de serviço público, no que pertine à observância de regras formais relativas à contratação, bem como aquelas de ordem financeira e orçamentária, há de haver a aplicação das normas de direito público, neste passo, derrogatórias àquelas aplicáveis aos demais usuários.

47. Na grande maioria dos serviços públicos de caráter essencial, o vínculo entre concessionária e usuário se estabelece através de um contrato de adesão *sui generis*, porquanto não se verifica, normalmente, uma contratação formal, com a assinatura de instrumento. A aceitação ou adesão às condições estabelecidas unilateralmente pela concessionária se dá tacitamente, decorrente da própria utilização dos serviços e pagamento das faturas correspondentes.

48. Entretanto, em verificando a Administração alguma irregularidade no contrato de adesão, deverá comunicar o fato à Agência Reguladora, a quem compete adotar as medidas que julgar cabíveis.

49. É bom que se esclareça também que não serão toleradas cláusulas ilegais ou abusivas, eis que, conforme entendem doutrina e jurisprudência, o Código de Defesa do Consumidor pode ser invocado pela Administração, quando consumidora ou usuária de serviços.

50. Destarte, caso o órgão encontre entraves burocráticos à inclusão das cláusulas necessárias constantes no artigo 55, da Lei nº 8.666, de 1993, não haverá óbice a que se proceda à contratação sem a formalização desse instrumento específico, formalizando-se o ajuste, então, apenas com a adesão aos contratos previamente elaborados, recomendando-se, como medida de cautela, que tais razões sejam apresentadas nos autos.

51. Por último, apontamos que há a Orientação Normativa nº 36, de 2011, de lavra do Exmo. Sr. Advogado-Geral da União, relativamente à duração dos contratos em que a Administração seja usuária de serviços públicos de energia elétrica e água.

52. Trata-se de recomendação extremamente interessante, em observância aos princípios da eficiência e economicidade, evitando-se a abertura e o esforço de instrução de processos administrativos absolutamente padronizados a cada novo ano.

53. Assim, cabe ao órgão sopesar a conveniência de adotar tal orientação em suas contratações de energia elétrica, prevendo para tal ajuste o prazo de vigência indeterminado.

54. De qualquer sorte, isto não afasta a necessidade de que a autoridade, a cada ano, renove as formalidades da contratação, especialmente as que dizem respeito à certificação de disponibilidade

[redacted]

4º CGEO
Fl.: 82
Rubrica
4ª Câmara de Coordenação

orçamentária, a avaliação de que a prestadora continua sendo a única e exclusiva fornecedora do serviço e a regularidade fiscal e trabalhista da contratada, entre outras.

IX – CONCLUSÃO ACERCA DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

55. Assim, quanto à instrução processual, conclui-se que as formalidades aplicáveis no presente caso, são aquelas elencadas no artigo 26 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como os documentos listados abaixo, cabendo ao órgão providenciar:

a) justificativa do afastamento da licitação;
b) comunicação, dentro de três dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial no prazo de cinco dias;
c) razão da escolha do fornecedor;
d) justificativa do preço;
e) justificativa da contratação;
f) projeto básico;
g) declaração de existência de recursos orçamentários;
h) comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada; e
i) termo de contrato.

VIII – DA CONCLUSÃO

56. Em face do exposto, e uma vez que o órgão assessorado adote as orientações acima expostas, especialmente o atesto de que a situação objeto do serviço que pretende contratar se amolda a esta manifestação jurídica, poderá dar prosseguimento à contratação de fornecimento de energia elétrica, sem o exame prévio da CJU/PR, consoante Orientação Normativa nº 55, do Advogado-Geral da União.

Curitiba, 30 de agosto de 2016.

[redacted]

VALTER OTAVIANO DA COSTA FERREIRA JUNIOR
Consultor Jurídico da União no Paraná

4º CGEO
FL: 83
Rubrica
4º Centro de Geoinformação

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DIRETORIA DE SERVIÇO GEOGRÁFICO
4º CENTRO DE GEOINFORMAÇÃO
(4ª DL – 1978)

Declaração de Providências

Em cumprimento ao Parecer Referencial n° 002/CJU-PR/CGU/AGU/2016 de 30 de agosto de 2016, esta Organização Militar adotou as seguintes providências:

1. Conforme item 55, letra a, o documento acostado às fls 17-19, atende a referida exigência.
2. Conforme item 55, letra b, o documento acostado à fl 64, atende a referida exigência.
3. Conforme item 55, letra c e d, o documento acostado à fl 20, atende a referida exigência.
4. Conforme item 55, letra e, o documento acostado às fls 17-19, atende a referida exigência.
5. Conforme item 55, letra f, o documento acostado às fls 12-13, atende a referida exigência.
6. Conforme item 55, letra g, o documento acostado à fl 14, atende a referida exigência.
7. Conforme item 55, letra h, o documento acostado às fls 57-63, atende a referida exigência.
8. Conforme item 55, letra i, o documento acostado às fls 21-55, atende a referida exigência.

Manaus-AM, 21 de dezembro de 2022.

[redacted]

EMERSON MAGNUS DE ARAUJO XAVIER – **TC**
Ordenador de Despesas do 4º Centro de Geoinformação

4º CGEO
FL: 84
4º Centro de Geoinformação

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
4º CENTRO DE GEOINFORMAÇÃO

DIEx Nº 660-SALC/S4/4º CGEO
EB: 64492.005839/2022-46

Manaus, AM, 21 de dezembro de 2022.

Do Chefe do 4º Centro de Geoinformação
Ao Sr Chefe do Estado-Maior da 12ª Região Militar
Assunto: ratificação de processo de dispensa de licitação
Anexo: processo de dispensa em 01 volume com total de 83 folhas

Para a conclusão do processo de aquisição dos serviços de fornecimento de energia elétrica com a Empresa Amazonas Energia, e em cumprimento ao Art. 26º, Caput, da Lei 8.666/93, o processo de dispensa de licitação deverá ser encaminhado a autoridade superior para ratificação.

Diante do acima exposto, solicito verificar a possibilidade de ratificar o processo de Dispensa de Licitação nº 17/2022, NUP 64492.005195/2022-96, desta UG.

[redacted]

EMERSON MAGNUS DE ARAÚJO XAVIER - TC
Chefe do 4º Centro de Geoinformação

"1822-2022 — BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL
SOBERANIA E LIBERDADE"

QG DA 12ª RM
SV CORREIO
RECEBI 1ªVIA
EM 28/12/22
[redacted]

4º CGEO
Fl. 85
Rubrica
Serviço de Geoinformação

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
4º CENTRO DE GEOINFORMAÇÃO

DIEx Nº 17-SALC/S4/4º CGEO
EB: 64492.000204/2023-33

Manaus, AM, 16 de janeiro de 2023.

Do Chefe do 4º Centro de Geoinformação
Ao Sr Chefe do Estado-Maior da 12ª Região Militar
Assunto: ratificação de processo de dispensa de licitação
Anexo: processo de dispensa em 01 volume com total de 83 folhas

Para a conclusão do processo de aquisição dos serviços de fornecimento de energia elétrica com a Empresa Amazonas Energia, e em cumprimento ao Art. 26º, Caput, da Lei 8.666/93, o processo de dispensa de licitação deverá ser encaminhado a autoridade superior para ratificação.

Diante do acima exposto, solicito verificar a possibilidade de ratificar o processo de Dispensa de Licitação nº 17/2022, NUP 64492.005195/2022-96, desta UG.

[redacted]

EMERSON MAGNUS DE ARAÚJO XAVIER – **Ten Cel**
Chefe do 4º Centro de Geoinformação

"1822-2022 — BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL
SOBERANIA E LIBERDADE"

4º CGEO
Fl.: 86
Rubrica
Centro de Geoinformação

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 12ª REGIÃO MILITAR
(Comando de Elementos de Fronteira/1948)
FORTE MENDONÇA FURTADO

DIEx Nº 65-AAAJurd Cmdo/Cmdo 12ª RM
EB: 64321.003928/2023-09

Manaus, 15 de fevereiro de 2023.

Do Chefe do Estado-Maior da 12ª Região Militar
Ao Sr Chefe do 4º Centro de Geoinformação
Assunto: ratificação de processo de dispensa de licitação
Anexo: processo de dispensa, em 1 (um) volume com total de 83 folhas. (físico)

Este G Cmdo Ter remete o processo anexado, devidamente ratificado, Dispensa de Licitação nº 17/2022, NUP 64492.005195/2022-96, dessa UG, para as providências decorrentes.

Para tratar do assunto vigente, disponibiliza-se o contato do TC CLEIDSON ou do Cap PTTC LIVRAMENTO, ambos da Assessoria de Apoio para Assuntos Jurídicos do Cmdo 12ª RM, por meio do telefone (92) 3659-1234 ou do e-mail (aaajurd@12rm.eb.mil.br).

Por ordem do Comandante da 12ª Região Militar.

JOSÉ FERNANDES FILGUEIRAS FILHO - Cel
Chefe do Estado-Maior da 12ª Região Militar

"200 ANOS DO TENENTE ANTONIO JOÃO: HERÓI DA EPOPEIA DE DOURADOS"

4º CGEO Fl.: 87 Rubrica Centro de Geoinformação

Licitação

Ambiente: PRODUÇÃO

Pesquisar Dispensa/Inexigibilidade

17/03/2023 10:56:29

Órgão
52121 - COMANDO DO EXERCITO

UASG Responsável
160011 - 4 DIVISAO DE LEVANTAMENTO/MEX/AM

Nº da UASG
160011

UASG
4 DIVISAO DE LEVANTAMENTO/MEX/AM

Nº da Compra
17

/

* Ano da Compra
2022

Modalidade de Compra
- [x] Dispensa de Licitação
- [ ] Inexigibilidade de Licitação

Situação da Compra
- [ ] Revogada
- [ ] Anulada

Período da Publicação ou Encerramento da Compra
Data Inicial

Data Final

- [ ] Apenas Cotações Eletrônicas
- [ ] Apenas Outras Hipóteses da Dispensa

Pesquisar | Limpar

UASG Origem	Modalidade de Compra	Característica	Nº da Compra	Objeto	Situação Atual da Compra	Data da Publicação/Divulgação ou Encerramento da Compra	Ação
160011	Dispensa de Licitação	Tradicional	00017/2022	Contratação de fornecimento de Energia Elétrica	Dispensa de Licitação Publicada	17/02/2023	Visualizar

Um registro encontrado.

(*) Campo de preenchimento obrigatório.

Fl. 88 Rubrica

Licitação
Dispensa/Inexigibilidade
Pedido de Cotação Eletrônica

Ambiente: PRODUÇÃO

Visualizar Dispensa

17/03/2023 10:57:51

Esta consulta reflete a compra tal como o extrato foi publicado.

Órgão: 52121 - COMANDO DO EXERCITO

UASG Responsável: 160011 - 4 DIVISAO DE LEVANTAMENTO/MEX/AM

Modalidade de Compra	Nº da Compra	Lei	Artigo	Inciso
Dispensa de Licitação	00017/2022	Lei nº 8.666/1993	Art. 24º	XXII

Percentual de enquadramento da instituição: 10 %

Nº do Processo	Valor Total da Compra (R$)	Quant. Informada de Itens	Itens Incluídos	Itens Cancelados
644920051952022	435.090,16	1	1	0

Objeto: Contratação de fornecimento de Energia Elétrica

Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso XXII da Lei nº 8.666 de 21º/06/1993.

Justificativa da Compra sem Licitação: Dispensa de Licitação nº 17/2022 - Contratação de fornecimento de Energia Elétrica

Reconhecimento da Compra

Data do Reconhecimento	CPF do Responsável	Nome	Função
13/02/2023	[redacted]	EMERSON MAGNUS DE ARAUJO XAVIER	Ordenador de Despesas

Ratificação da Compra

Data da Ratificação	CPF do Responsável	Nome	Função
13/02/2023	[redacted]	CARLOS ANDRE ALCANTARA LEITE	Comandante da 12ª Reg

Publicação da Compra

Data da Publicação	CPF do Responsável	Nome	Função
17/02/2023	[redacted]	ELIRAY RIBEIRO DA SILVA	Auxiliar da Salc

Empenho Referente ao Contrato com a Imprensa Nacional

UG	Gestão	Empenho
160011	00001	2023NE000001

Informações Adicionais da Compra

Data/Hora da Disponibilização para Publicação

CPF do Responsável pela Disponibilização para Publicação

666
Fl.: 89
Rubrica
Centro de Documentação

Licitação
Dispensa/Inexigibilidade
Pedido de Cotação Eletrônica

Ambiente: PRODUÇÃO

Item da Dispensa

17/03/2023 10:59:18

Esta consulta reflete a compra tal como o extrato foi publicado.

Órgão: 52121 - COMANDO DO EXERCITO

UASG Responsável: 160011 - 4 DIVISAO DE LEVANTAMENTO/MEX/AM

Modalidade de Compra	Nº da Compra	Lei	Artigo	Inciso
Dispensa de Licitação	00017/2022	Lei nº 8.666/1993	Art. 24º	XXII

Percentual de enquadramento da instituição: 10 %

Item

Nº do Item	Tipo de Item	Item
1	Serviço	4120 - Energia Elétrica - Fornecimento Mercado Regulado

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Descrição Detalhada: Energia Elétrica - Fornecimento Mercado Regulado

☐ Item Sustentável

Quantidade	Unidade de Fornecimento	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
12	UNIDADE	36.257,5133	435.090,16

Fornecedor

Tipo Fornecedor	CPF/CNPJ	Razão Social / Nome
Pessoa Jurídica	02.341.467/0001-20	AMAZONAS ENERGIA S.A

Pesquisas de Preço de Mercado

Valor Total Pesquisado (R$)	Data da Pesquisa	CPF/CNPJ	Nome/Razão Social
435.090,16	16/11/2022	02.341.467/0001-20	AMAZONAS ENERGIA S.A

Resultado (SISPP)

CPF/CNPJ	Nome/Razão Social	Valor Total (R$)	Quantidade	Marca	Situação
02.341.467/0001-20	AMAZONAS ENERGIA S.A	435.090,16	12		-

Item Anterior | Ir para o Item: 1 Ir | Próximo Item

Dispensa | Itens | Nova Pesquisa de Compras

Fl.: 90 Rubrica 4º Centro de Geoinformação

Licitação
Dispensa/Inexigibilidade
Pedido de Cotação Eletrônica

Ambiente: PRODUÇÃO

Itens da Dispensa

17/03/2023 10:58:55

Esta consulta reflete a compra tal como o extrato foi publicado.

Órgão: 52121 - COMANDO DO EXERCITO

UASG Responsável: 160011 - 4 DIVISAO DE LEVANTAMENTO/MEX/AM

Modalidade de Compra: Dispensa de Licitação

Nº da Compra: 00017/2022

Lei: Lei nº 8.666/1993

Artigo: Art. 24º

Inciso: XXII

Percentual de enquadramento da instituição: 10 %

Quant. Informada de Itens: 1

Itens Incluídos: 1

Itens Cancelados: 0

Filtro

Nº do Item

Descrição do Item

☐ Apenas Itens Cancelados

☐ Apenas Itens Inconsistentes

Pesquisar | Limpar

Nº do Item	Tipo de Item (*)	Item	Situação do Item na Compra	Quantidade	Unidade de Fornecimento	Valor Total (R$)	Consistente?	Ação
1	S	4120 - Energia Elétrica - Fornecimento Mercado Regulado	-	12	UNIDADE	435.090,16	Sim	Visualizar

Um registro encontrado.

(*) **M** - Material **S** - Serviço

Dispensa | Nova Pesquisa de Compras

4º CGEO
Fl.: 91
Rubrica
4º Centro de Geoinformação

Licitação
Dispensa/Inexigibilidade
Pedido de Cotação Eletrônica

Ambiente: PRODUÇÃO

Encerrar e Disponibilizar Dispensa para Publicação

16/02/2023 09:52:50

Este Extrato de Dispensa de Licitação será Publicado no D.O.U. na data de 17/02/2023.

Resumo da Dispensa/Inexigibilidade

Órgão: 52121 - COMANDO DO EXERCITO

UASG de Atuação: 160011 - 4 DIVISAO DE LEVANTAMENTO/MEX/AM

Modalidade de Compra	Nº da Compra	Lei	Artigo	Inciso
Dispensa de Licitação	00017/2022	Lei nº 8.666/1993	Art. 24º	XXII

Percentual de enquadramento da instituição: 10 %

Objeto: Contratação de fornecimento de Energia Elétrica

Quantidade de Itens	Valor Total da Compra (R$)	Data da Declaração	Data da Ratificação	Data da Publicação
1	435.090,16	13/02/2023	13/02/2023	17/02/2023

Empenho Referente ao Contrato com a Imprensa Nacional

Nº Unidade Gestora	Unidade Gestora
160011	4 DIVISAO DE LEVANTAMENTO/MEX/AM

Gestão	Empenho		
00001	2023	NE	000001

Disponibilizar para Publicação | Visualizar Prévia da Matéria

Dispensa

4º CGEO Fl.: 92 Rubrica 4º Centro de Geoinformação

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 6/2021 - UASG 160402

Número do Contrato: 6/2021.
Nº Processo: 64035.005184/2021-12.
Inexigibilidade. Nº 7/2021. Contratante: 6 BATALHAO DE ENGENHARIA DE COMBATE. Contratado: 37.964.055/0001-21 - CLINICA MEDICA FRIEDRICH LTDA. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência contratual de 20/11/2022 até 21/11/2023,. Vigência: 22/11/2022 a 21/11/2023. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 600.000,00. Data de Assinatura: 21/11/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 21/11/2022).

EXTRATO DE APOSTILAMENTO Nº 9/2022 - UASG 160402

Número do Contrato: 1/2021.
Nº Processo: 64035.001836/2021-40.
Contratante: 6 BATALHAO DE ENGENHARIA DE COMBATE. Contratado: 002.223.260-50 - MIRLENE SCHNEIDER. Objeto: O presente termo de apostilamento tem o objeto de alteração do valor da consulta e da sessão de psicologia.. Vigência: 26/07/2021 a 25/07/2023. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 350.000,00. Data de Assinatura: 15/12/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 15/12/2022).

EXTRATO DE APOSTILAMENTO Nº 8/2022 - UASG 160402

Número do Contrato: 4/2022.
Nº Processo: 64035.009865/2022-31.
Contratante: 6 BATALHAO DE ENGENHARIA DE COMBATE. Contratado: 008.351.780-48 - INEZ SOFIA BIRRER DIFANTE. Objeto: O presente termo de apostilamento tem o objeto de alteração do valor da consulta e da sessão de psicologia.. Vigência: 06/05/2022 a 05/05/2023. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 350.000,00. Data de Assinatura: 15/12/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 15/12/2022).

COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS DA 3ª REGIÃO MILITAR

RESULTADO DE HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 31/2022

A CPL declarou habilitada as seguintes empresas VIP SOLUCOES E NEGOCIOS LTDA, CNPJ: 25.209.895/0001-08 e CSM CONSTRUTORA SILVEIRA MARTINS LTDA, CNPJ: 05.061.642/0001-14.

ADRIANO DE PAULA FONTAINHAS BANDEIRA - TC
Ordenador de Despesas da CRO3

(SIDEC - 16/02/2023) 160396-00001-2023NE000001

6ª DIVISÃO DE EXÉRCITO
8ª BRIGADA DE INFANTARIA MOTORIZADA
6º GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA

AVISO DE ALTERAÇÃO
CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2023 - UASG 160403

Processo nº 64543.000028/2023-97. Objeto: Chamamento Público para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para atendimento das necessidades do 6º Grupo de Artilharia de Campanha conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Comunicamos às empresas interessadas que em virtude de alterações no Edital, será alterada as datas de entrega e abertura do procedimento acima. Informamos que o Edital/Errata encontra-se à disposição no 6º GAC, endereço: Rua Moron nº 548 - centro - Rio Grande/RS ou poderá ser solicitado através do e-mail: salc6gac@gmail.com. Nova data para entrega dos Envelopes: Até 27 de fevereiro de 2023 às 10h e 00min. Nova data de abertura de Envelopes: 27 de fevereiro de 2023 às 10h e 30min.

Ten Cel FLAVIO TOSTES ALVES
Ordenador de Despesas

COMANDO DE OPERAÇÕES TERRESTRES

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2022 - UASG 160548

Nº Processo: 64322013309202223. Objeto: Contratação de serviços de recarga e manutenção de segundo e terceiro nível de extintores de incêndio do Comando de Operações Terrestres e participantes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.. Total de Itens Licitados: 12. Edital: 17/02/2023 das 09h00 às 12h00 e das 14h00 às 16h00. Endereço: Qg Exercito Bloco h 2º Andar, Smu - BRASÍLIA/DF ou https://www.gov.br/compras/edital/160548-5-00002-2022. Entrega das Propostas: a partir de 17/02/2023 às 09h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 07/03/2023 às 09h30 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: .

JOAO ALEXANDRE LOPES FRANZONI
Ordenador de Despesas

(SIASGnet - 16/02/2023) 160548-00001-2023NE000001

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CENTRO TECNOLÓGICO

EXTRATO DE APOSTILAMENTO Nº 1/2023 - UASG 160291

Número do Contrato: 18/2021.
Nº Processo: 64219.014491/2021-36.
Contratante: CENTRO TECNOLOGICO DO EXERCITO. Contratado: 69.122.240/0001-65 - COLUMBUS COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA. Objeto: Registrar o reajuste de 11,29932%, baseado no IPCA/IBGE, acumulado no período de abril de 2021 a março de 2022, conforme especificações detalhadas do cronograma físico-financeiro, da memória descritiva de cálculo e dos demais documentos constantes do DIEx nº 6-SBVM/DB/S Ch, de 18 de janeiro de 2023, do Gestor do Contrato nº 18/2021-CTEx. Vigência: 21/12/2021 a 21/06/2024. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 1.414.332,34. Data de Assinatura: 01/02/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 01/02/2023).

DIRETORIA DO SERVIÇO GEOGRÁFICO
1º CENTRO DE GEOINFORMAÇÃO

AVISO DE ALTERAÇÃO
PREGÃO Nº 2/2022

Comunicamos que o edital da licitação supracitada, publicada no D.O.U de 14/02/2023 foi alterado. Objeto: Pregão Eletrônico - Eventual aquisição de materiais, equipamentos de tecnologia da informação e mobiliário, para atender as demandas do 1º Centro de Geoinformação e demais unidades participantes. Total de Itens Licitados: 00016 Novo Edital: 17/02/2023 das 10h30 às 11h30 e de13h30 às 16h30. Endereço: Rua Cleveland 250 - Santa Teresa PORTO ALEGRE - RS. Entrega das Propostas: a partir de 17/02/2023 às 10h30 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 06/03/2023, às 10h30 no site www.comprasnet.gov.br.

MARCUS FABIANO SILVA SALDANHA
Ordenador de Despesas

(SIDEC - 16/02/2023) 160382-00001-2023NE000001

4º CENTRO DE GEOINFORMAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2022 - UASG 160011

Nº Processo: 64492005195202296 . Objeto: Contratação de fornecimento de Energia Elétrica Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso XXII da Lei nº 8.666 de 21º/06/1993.. Justificativa: Dispensa de Licitação n¯ 17/2022 - Contratação de fornecimento de Energia Elétrica Declaração de Dispensa em 13/02/2023. EMERSON MAGNUS DE ARAUJO XAVIER. Ordenador de Despesas. Ratificação em 13/02/2023. CARLOS ANDRE ALCANTARA LEITE. Comandante da 12ª Região Militar. Valor Global: R$ 435.090,16. CNPJ CONTRATADA : 02.341.467/0001-20 AMAZONASENERGIA S.A.

(SIDEC - 16/02/2023) 160011-00001-2023NE000001

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2022 - UASG 160011

N Processo: 64492005195202296. Objeto: Contratacao de fornecimento de Energia Eletrica. Total de Itens: 1. Fundamento Legal: Art. 24, Inciso XXII da Lei 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Dispensa de Licitacao n 17/2022 - Contratacao de fornecimento de Energia Eletrica. Declaracao de Dispensa de Licitacao em 13/02/2023. EMERSON MAGNUS DE ARAUJO XAVIER - Ordenador de Despesas. Ratificacao em 13/02/2023. CARLOS ANDRE ALCANTARA LEITE - Comandante da 12 Regiao Militar. Valor Global: R$ 435.090,16. CNPJ da contratada: 02.341.467/0001-20 AMAZONAS ENERGIA S.A. Valor: R$ 435.090,16.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO EXÉRCITO
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO PREPARATÓRIA E ASSISTENCIAL
COLÉGIO MILITAR DE CAMPO GRANDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2022 - UASG 160078

Número do Contrato: 1/2022.
Nº Processo: 64251.000358/2022-87.
Tomada de Preços. Nº 2/2022. Contratante: COLEGIO MILITAR DE CAMPO GRANDE. Contratado: 35.184.440/0001-20 - KELLTCH-ON ELETRICA E CONSTRUCAO CIVIL LTDA. Objeto: Prorrogar o contrato pelo período adicional por 90 dias e prazo de execução por mais 90 dias. Vigência: 18/04/2023 a 16/07/2023. Data da assinatura: 06/02/2023.. Vigência: 18/04/2023 a 16/07/2023. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 473.030,84. Data de Assinatura: 06/02/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 06/02/2023).

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO TÉCNICA MILITAR
CENTRO DE ESTUDOS DE PESSOAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2023 - UASG 160289

Número do Contrato: 17/2020.
Nº Processo: 00230.710114/1219-55.
Pregão. Nº 43/2019. Contratante: CENTRO DE EST.DE PES.E FORTE DUQUE DE CAXIAS. Contratado: 14.807.420/0001-99 - FACTO TURISMO LTDA. Objeto: Constitui objeto deste termo aditivo a correção do valor total lançado no contrato 4.0, referente do contrato nº 17/2020-cep/fdc, para prestação de serviços continuados agenciamento de viagens, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos.. Vigência: 16/02/2023 a 06/10/2023. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 274.400,08. Data de Assinatura: 16/02/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 16/02/2023).

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR MILITAR
ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2023 - UASG 160249

Nº Processo: 64000.004712/2023-85.
Pregão Nº 19/2022. Contratante: ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS.
Contratado: 17.124.851/0001-49 - HOTEL A JATO OPERADORA TURISTICA LTDA. Objeto: Contratação de serviços de agenciamento de passagens rodoviárias.
Fundamento Legal: . Vigência: 13/02/2023 a 13/02/2024. Valor Total: R$ 220.550,20. Data de Assinatura: 13/02/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 16/02/2023).

SECRETARIA-GERAL
BASE ADMINISTRATIVA DO QUARTEL-GENERAL DO EXÉRCITO

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 2/2023

O Ordenador de Despesas da Base Administrativa do Quartel-General do Exercito. INTIMA a OPEN CONTRUCOES E REFORMAS LTDA, empresa inscrita no CNPJ.: 42.455.521/0001-83, por nao ter sido possivel a notificacao via postal e por se encontrar em local incerto e nao sabido, para tomar conhecimento da conclusao dos Autos do Processo nr 65304.007885/2022-12, Portaria de Sindicancia nr 042/2022/ Tu Ap As Jurd/B Adm QGEx, de 20 de setembro de 2022, instaurada em seu desfavor, para que no prazo de 05 (cinco) dias uteis, a contar da data da publicacao deste Edital, compareca na Avenida do Exercito s/n, Bloco J, Setor Militar Urbano, Brasilia - DF, ou entre em contato com o Departamento de Fiscalizacao Administrativa, por meio do telefone (061) 3415-6981, a fim de receber copia da Solucao de Sindicancia e Notificacao. A Sindicancia prosseguira independentemente do atendimento a esta intimacao.

Brasília-DF, 16 de fevereiro de 2023
LUIS ANTONIO CAMPOS MOTA - CEL

4º CGEO
Fl.: 93
Rubrica
4º Centro de Geoinformação

SIAFI Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

TESOURONACIONAL

Data e hora da consulta: 22/11/2022 11:51
Usuário: ***.340.202-**
Impressão Resumida

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
160011	4º CENTRO DE GEOINFORMACãO	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
09.539.549/0001-23	AVENIDA MARECHAL BITTENCOURT - 97SANTO ANTONIO	69029-160

Município	UF	Telefone
MANAUS	AM	(092) 3625-1461(PABX)3625/3356(ALMOX)

Ano	Tipo	Número
2022	NE	109

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	193894	0100000000	339039	160073	I3DACSPENEL

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
10/06/2022	Estimativo	64492.002582/2022-71	0,0000	98.714,00

Favorecido

Código	Nome	CEP
02.341.467/0001-20	AMAZONAS ENERGIA S.A	69005-140

Endereço		
7 DE SETEMBRO 2414	S/N CACHOEIRINHA	

Município	UF	Telefone
MANAUS	AM	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
21	DISPENSA DE LICITACAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Incíso	Alínea
LEI 8.666 / 1993	24	-	XII	-

Descrição
SERVIÇO DE ENERGIA ELETRICA - ND 339039.43 - REF A 2022NC009563/DGO DE 06JUN22 - ATD PR Nº 5/2022/FISC ENERGIA DE 08JUN22 - CONF A (DISP LIC 1/2019) - PDR 121_JUN/22 - CNPJ: 09.539.549/0001-23.

Local da Entrega
AVENIDA MARECHAL BITTENCOURT, NR 97 - BAIRRO SANTO ANTONIO - MANAUS (AM). CEP 69.029-160. TELEFONE (92) 3213-7035 - EMAIL: SALC4CGEO@HOTMAIL.COM

Informação Complementar
16001106000022018 - UASG Minuta: 160011

Sistema de Origem
COMPRASNET-ME

Versão	Data/Hora	Operação

4º CGEO
Fl.: 94
Rubrica
Coordenação de Geoinformação

SIAFI Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

TESOURONACIONAL

Data e hora da consulta: 22/11/2022 11:51
Usuário: ***.340.202-**
Impressão Resumida

Nota de Empenho

Assinaturas

Ordenador de Despesa
EMERSON MAGNUS DE ARAUJO XAVIER
***[redacted]**
10/06/2022 13:55:32

Responsável pela Nota de Empenho
PAULO ANTONIO NUNES DE A E SILVA
***.[redacted]**
10/06/2022 12:45:42

Versão	Data/Hora	Operação

4° CGEO
Fl.: 95
Rubrica
4° Centro de Geoinformação

AMAZONAS ENERGIA

Rua Major Gabriel, nº 1870 – Praça 14 de Janeiro
CEP.69.020-060 Manaus/ AM

CONTRATO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A AMAZONAS ENERGIA E A 4° CENTRO DE GEOINFORMAÇÃO.

CUSD/CCER - N° /2023

Pelo Contrato de Uso do Sistema de Distribuição, doravante simplesmente denominado CONTRATO, de um lado, AMAZONAS ENERGIA S.A, ora denominada DISTRIBUIDORA, com sede na Avenida Sete de Setembro, 2414, Cachoeirinha, CEP 69005–141, na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.341.467/0001-20, por seus representantes legais devidamente constituídos, e, de outro 4° CENTRO DE GEOINFORMAÇÃO, inscrito (a) no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF, sob o nº 09.539.549/0001-23, situado à Av Marechal Bittencourt Nº 97 – Bairro Santo Antônio - Manaus/AM, por seus representantes legais devidamente constituídos, doravante simplesmente denominado CONSUMIDOR, em conjunto, DISTRIBUIDORA e CONSUMIDOR, doravante denominadas PARTES,
CONSIDERANDO QUE:

(i) a DISTRIBUIDORA é prestadora de serviço público de distribuição de energia elétrica, usuária da REDE BÁSICA, que opera e mantém o SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO;

(ii) o CONSUMIDOR é responsável por instalações que são conectadas ao SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO;

(iii) o uso dos sistemas elétricos baseia-se nas Leis nº 9.074/95, nº 9.648/98, nº 10.438/02 e nº 10.848/04, nos Decretos nº 2.003/96, nº 4.562/02, nº 5.163/04 e nº 2335/97, na Resolução da ANEEL nº 1.000/2021 e PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO - PRODIST e demais normas pertinentes, em virtude das quais o acesso ao SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO deve ser garantido ao CONSUMIDOR e contratado separadamente da compra e venda de energia elétrica;

(iv) O **CONSUMIDOR** se caracteriza como **CONSUMIDOR CATIVO, LIVRE, ESPECIAL, POTENCIALMENTE LIVRE** ou **PARCIALMENTE LIVRE,** de acordo com a descrição constante do quadro I e com base na legislação;

As PARTES têm, entre si, justa e contratada a celebração do presente CONTRATO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO ("CONTRATO"), nos seguintes termos e condições:

4º CGEO Fl.: 96 Rubrica 4º Centro de Geoinformação

Quadro I

UNIDADE CONSUMIDORA			
UC Nº: 870129			
Endereço Ponto de Entrega: Av Marechal Bittencourt, nº 97, Bairro Santo Antônio, CEP: 69029-160			
Cidade/UF: MANAUS/AM			
DADOS CONTRATUAIS			
Caracterização do Consumidor: CATIVO			
Tensão Contratada: 13.800			
Capacidade de conexão: 1,05 x demanda contratada			
Período de Vigência: 12 (meses)			
MODALIDADE TARIFÁRIA: VERDE			
DEMANDA CONTRATADA			
INICIO	**AZUL**		**VERDE**
	DEMANDA PONTA (KW)	**DEMANDA FORA-PONTA (KW)**	**DEMANDA (KW)**
13/02/2023	-	-	198
13/05/2023	-	-	160

DEFINIÇÕES E PREMISSAS

CLÁUSULA 1ª Neste CONTRATO, as palavras e expressões grafadas em maiúsculas têm o significado a elas atribuído nesta Cláusula, nos considerando-se ou nas cláusulas específicas:

ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas;

ACORDO OPERATIVO: documento celebrado entre as PARTES que descreve as atribuições e o relacionamento operacional entre as mesmas para fins da conexão, observada a legislação vigente e os PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO;

ANEEL: Agência Nacional de Energia Elétrica, instituída pela Lei nº 9.427/96;

APROVAÇÕES: todas as licenças, concessões, permissões, autorizações, e/ou outros atos ou documentos necessários ao exercício de determinada atividade;

4º CGEO
FL: 97
Rubrica
4º Centro de Geoinformação

AUTORIDADE COMPETENTE: significa (a) qualquer autoridade federal, estadual ou municipal brasileira, (b) qualquer juízo ou tribunal no Brasil ou (c) quaisquer repartições, entidades, agências ou órgão governamentais brasileiros, incluindo, mas não se limitando à ANEEL, que exerçam ou detenham o poder de exercer autoridade administrativa, regulatória, executiva, judicial ou legislativa sobre qualquer uma das PARTES ou matérias deste CONTRATO, inclusive, mas não se limitando a matérias relacionadas à energia, imóveis, zoneamento, tributos, meio ambiente, economia e relações trabalhistas;

CAPACIDADE DE CONEXÃO: significa o máximo carregamento definido para regime normal de operação e de emergência, a que os equipamentos das subestações, linhas de transmissão e linhas de distribuição podem ser submetidos sem sofrer danos ou perda adicional de vida útil;

CCEE: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, sob regulação e fiscalização da ANEEL, que tem por finalidade viabilizar a comercialização de energia elétrica no SIN nos Ambientes de Contratação Regulada e Contratação Livre, além de efetuar a contabilização e a liquidação financeira das operações realizadas no mercado de curto prazo;

CONSUMIDOR CATIVO: Consumidor ao qual só é permitido comprar energia da DISTRIBUIDORA detentora da concessão ou permissão na área onde se localizam as instalações do CONSUMIDOR e, por isso, não participa do mercado livre e é atendido sob condições reguladas;

CONSUMIDOR ESPECIAL: agente da CCEE, da categoria de comercialização, que adquire energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração enquadrados no § 5º do artigo 26 da lei nº 9427 de 26/12/1996, para unidade consumidora ou unidades consumidoras reunidas por comunhão de interesses de fato ou de direito cuja carga seja maior ou igual a 500 kW e que não satisfaçam, individualmente, os requisitos dispostos nos artigos 15 e 16, ambos da lei nº 9.074 de 07/07/1995.

CONSUMIDOR LIVRE: agente da CCEE, da categoria de comercialização, que adquire energia elétrica no ambiente de contratação livre para unidades consumidoras que satisfaçam, individualmente, os requisitos dispostos nos artigos 15 e 16 , ambos da lei nº 9.074 de 07/07/1995.

CONSUMIDOR POTENCIALMENTE LIVRE: aquele cujas unidades consumidoras satisfazem, individualmente, os requisitos dispostos nos arts. 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 1995, porém não adquirem energia elétrica no ambiente de contratação livre.

CONSUMIDOR PARCIALMENTE LIVRE: Consumidor Livre ou Especial cujo atendimento se dê parcialmente sob condições reguladas;

CUSD: contrato firmado pelo CONSUMIDOR com a DISTRIBUIDORA o qual estabelece os termos e condições para o uso do SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO e para a conexão das instalações do CONSUMIDOR a instalações de distribuição;

ENCARGO DE USO: valores pagos à DISTRIBUIDORA pelo uso do SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO;

[redacted]

4º CGEO
Fl.: 98
Rubrica
Centro de Geoinformação

ENCARGOS DE CONEXÃO: montantes financeiros relativos às instalações de conexão devidos pelo CONSUMIDOR à DISTRIBUIDORA;

EXIGÊNCIAS LEGAIS: qualquer lei, regulamento, ato normativo ou qualquer ordem, diretriz, decisão ou orientação de AUTORIDADE COMPETENTE;

FATOR DE POTÊNCIA: razão entre a energia elétrica ativa e a raiz quadrada da soma dos quadrados das energias elétricas ativa e reativa, consumidas no mesmo período especificado;

HORÁRIO DE PONTA: período composto por 3 (três) horas diárias consecutivas definidas pela DISTRIBUIDORA considerando a curva de carga de seu sistema elétrico, aprovado pela ANEEL, para toda a área de concessão, diariamente, entre 20:00 e 22:59 horas, com exceção feita aos sábados, domingos, terça-feira de carnaval, sexta-feira da Paixão, Corpus Christi, e os seguintes feriados: 01 de janeiro - Confraternização Universal (Lei nº 10.607, de 19/12/2002); 21 de abril – Tiradentes (Lei nº 10.607, de 19/12/2002); 01 de maio - Dia do Trabalho (Lei nº 10.607, de 19/12/2002); 07 de setembro – Independência (Lei nº 10.607, de 19/12/2002); 12 de outubro - Nossa Senhora Aparecida (Lei nº 6.802. de 30/06/1980); 02 de novembro – Finados (Lei nº 10.607, de 19/12/2002); 15 de novembro - Proclamação da República (Lei nº 10.607, de 19/12/2002); 25 de dezembro – Natal (Lei nº 10.607, de 19/12/2002);

HORÁRIO DE FORA DE PONTA: é o período composto pelo conjunto das horas diárias consecutivas e complementares àquelas definidas no HORÁRIO DE PONTA;

INSTALAÇÕES DE CONEXÃO: instalações e equipamentos com a finalidade de interligar as instalações próprias do CONSUMIDOR ao SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO, compreendendo o PONTO DE CONEXÃO e eventuais instalações de interesse restrito;

DEMANDA: Médias das potências elétricas ativas ou reativas, solicitadas ao sistema elétrico pela parcela da carga instalada em operação na unidade consumidora, durante um intervalo de tempo especificado.

DEMANDA MEDIDA: Maior demanda de potência ativa, verificada por medição, integralizada no intervalo de 15 (quinze) minutos durante o período de faturamento, expressa em quilowatts (kW).

DEMANDA CONTRATADA: Demanda de potência ativa a ser obrigatória e continuamente disponibilizada pela concessionária "no ponto de entrega", a partir da "data de início de fornecimento de energia" , conforme valor e período de vigência fixados no Contrato de Fornecimento, e que deverá ser integralmente paga, seja ou não utilizada, durante o período de faturamento, expressa em quilowatts (kW).

ONS: Operador Nacional do Sistema Elétrico, instituído pela Lei nº 9.648/98;

PONTO DE CONEXÃO: conjunto de equipamentos que se destina a estabelecer a conexão na fronteira entre as instalações da DISTRIBUIDORA e do CONSUMIDOR;

[redacted]

4º CGEO
Fl.: 99
Rubrica
Centro de Geoinformação

PdC: Procedimentos de Comercialização – conjunto de normas aprovadas pela ANEEL que definem condições, requisitos, eventos e prazos relativos à comercialização de energia elétrica no âmbito da CCEE;

PRODIST: Procedimentos de Distribuição: conjunto de normas, critérios e requisitos técnicos para o planejamento, acesso, procedimentos operacionais, de medição e de qualidade da energia aplicáveis ao SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO e aprovados pela ANEEL;

PROCEDIMENTOS DE REDE: conjunto de normas, critérios e requisitos técnicos para o planejamento, acesso, procedimentos operacionais de medição e de qualidade da energia aplicáveis à REDE BÁSICA e aprovados pela ANEEL;

REDE BÁSICA: instalações pertencentes ao SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL identificadas segundo regras e condições estabelecidas pela ANEEL;

REGRAS DE COMERCIALIZAÇÃO: Critérios aplicáveis à comercialização, contabilização e liquidação da energia elétrica comercializada no âmbito da CCEE, homologadas pela ANEEL.

SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO: instalações destinadas à distribuição de energia elétrica componentes dos ativos da área de concessão ou permissão da DISTRIBUIDORA;

SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL - SIN: composto pelos sistemas de transmissão e de distribuição de propriedade das diversas empresas das Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste, com uso compartilhado por essas empresas, por onde transitam energias de diversas fontes e destinos, sistema esse sujeito à legislação pertinente, à regulamentação expedida pela ANEEL e, no que couber, à operação e coordenação do ONS;

SMF: Sistema de Medição para Faturamento – conjunto de instrumentos, equipamentos e softwares especificados conforme disposto no módulo 12 dos Procedimentos de Rede do ONS, destinados ao registro, armazenamento em banco de dados e faturamento de grandezas que caracterizam o fornecimento de energia elétrica às instalações do CONSUMIDOR, nos casos de Consumidor Livre, Especial, ou Parcialmente Livre.

UNIDADE CONSUMIDORA: conjunto de instalações e equipamentos elétricos de propriedade do CONSUMIDOR, caracterizado pelo recebimento de energia elétrica no PONTO DE CONEXÃO com medição individualizada.

CLÁUSULA 2ª As PARTES expressamente declaram e garantem que:

I. Obedecerão os procedimentos de rede do ONS, os PdCs e REGRAS DE COMERCIALIZAÇÃO da CCEE, o PRODIST e, quando aplicável, o Acordo Operativo, vigentes ou que venham a ser estabelecidos;

II. Obedecerão a legislação específica quanto às normas e padrões da ABNT, as normas e padrões técnicos de caráter geral da DISTRIBUIDORA, que estabelecem as regras técnicas aplicáveis ao sistema de distribuição;

[redacted]

4º CGEO
Fl.: 100
Rubrica
4º Centro de Geoinformação

III. Detêm todas as autorizações legais, governamentais, regulatórias e societárias necessárias à celebração e cumprimento de suas obrigações nos termos deste CONTRATO;

IV. A celebração deste CONTRATO não viola quaisquer contratos, obrigações, decisões administrativas e judiciais de que as PARTES sejam parte ou sejam a eles oponíveis;

V. As obrigações assumidas neste CONTRATO são legais, válidas e exequíveis, de acordo com os respectivos termos e condições;

VI. Todas as informações fornecidas pelas PARTES são completas e exatas, sejam elas contidas em informações escritas, relatórios, correspondências e quaisquer outros instrumentos, escritos ou eletrônicos.

OBJETO

CLÁUSULA 3ª O presente CONTRATO tem por objeto regular as condições, procedimentos, direitos e obrigações das PARTES em relação ao uso do SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO, observado a demanda CONTRATADA e o pagamento dos ENCARGOS DE USO, bem como à conexão das instalações do CONSUMIDOR ao SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO por meio do PONTO DE CONEXÃO.

§1º O uso do SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO de que trata o presente CONTRATO está subordinado à legislação do serviço de energia elétrica, aos PROCEDIMENTOS DE REDE, quando aplicáveis, e aos PRODIST, os quais prevalecem nos casos omissos ou eventuais divergências.

§2º A conexão ao SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO de que trata o presente CONTRATO está subordinada à legislação do serviço de energia elétrica, aos PROCEDIMENTOS DE REDE, quando aplicáveis, e ao PRODIST, os quais prevalecem nos casos omissos ou eventuais divergências.

§3º. Constituem anexos deste CONTRATO:

a) Anexo I: Relação dos PONTOS DE CONEXÃO e das INSTALAÇÕES DE CONEXÃO

PRAZO DE VIGÊNCIA

CLÁUSULA 4ª O presente CONTRATO vigorará a partir da data de inicio que consta no quadro I, prorrogando-se automaticamente por mais 12 (doze) meses e assim sucessivamente a menos que o CONSUMIDOR se manifeste formalmente em contrário com 180 (cento e oitenta) dias de antecedência em relação ao término de cada vigência.

Parágrafo único. Para Consumidores submetidos à Lei Federal 8.666/1993, este CONTRATO vigorará conforme o Caput até o limite de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA 5ª A eficácia e execução das obrigações e compromissos disciplinados neste CONTRATO ficam condicionadas:

4º CGEO Fl.: 104 Rubrica 4º Centro de Geoinformação

I. À regularização do CONSUMIDOR como agente na CCEE, no caso de consumidor livre, especial ou parcialmente livre.

II. À assinatura pelo Consumidor, do Contrato de Compra de Energia Regulada-CCER com a distribuidora, no caso de consumidor cativo, potencialmente livre ou parcialmente livre;

USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO

CLÁUSULA 6ª A energia elétrica deve ser disponibilizada no PONTO DE CONEXÃO em corrente alternada trifásica, frequência de 60 Hz e tensão contratada conforme **Quadro I.**

§1º Eventual mudança da tensão contratada dependerá de aprovação da DISTRIBUIDORA, após análise da nova declaração de carga instalada e dos respectivos projetos aprovados que justifiquem a solicitação do CONSUMIDOR conforme previsto em na legislação do setor elétrico.

§2º A capacidade do ponto de conexão é equivalente à máxima demanda contratada, por seguimento horário, acrescido de 5% para ultrapassagem.

CLÁUSULA 7ª O CONSUMIDOR reconhece que o serviço de distribuição de energia elétrica tem caráter interruptível, cabendo à DISTRIBUIDORA assegurar o menor número possível de interrupções, variações ou perturbações, observando, para tanto, os índices de padrões de qualidade e da continuidade estabelecidos no PRODIST.

CLÁUSULA 8ª É responsabilidade da DISTRIBUIDORA a manutenção e operação do sistema elétrico de distribuição até o ponto de conexão, em conformidade com os padrões técnicos e indicadores de qualidade e continuidade de fornecimento, estabelecidos pela ANEEL.

CLÁUSULA 9ª É responsabilidade do CONSUMIDOR, após o ponto de conexão, manter a adequação técnica, de segurança e condições operativas e de proteção de suas instalações internas, em conformidade com os padrões de continuidade e qualidade estabelecidos pela ANEEL para a DISTRIBUIDORA, mitigando os efeitos que contingências imprevisíveis, características do fornecimento de energia elétrica, possam causar aos equipamentos elétricos e ao processo produtivo.

CLÁUSULA 10ª O CONSUMIDOR é responsável pela custódia dos equipamentos de medição, na qualidade de depositário a título gratuito, quando instalados no interior de sua propriedade.

CLÁUSULA 11ª A infração dos indicadores de continuidade e qualidade será objeto de compensação ao CONSUMIDOR, na forma e prazo estabelecidos no PRODIST.

CLÁUSULA 12ª Nenhuma responsabilidade caberá às PARTES por perdas e danos eventualmente sofridos oriundos de suspensão, interrupção total ou parcial do uso do sistema de distribuição de energia elétrica ou de alterações nas características da corrente fornecida, causadas por motivos de caso fortuito ou de força maior, entre os quais se incluem greves, secas, guerras, revoluções, inundações, incêndio, explosões,

[redacted]

4º CGEO
Fl.: 102
Rubrica
Centro de Geoinformação

fenômenos meteorológicos imprevisíveis ou irresistíveis, ou ainda, interrupções por determinação do Poder Público, por impedimentos legais, ou outras razões alheias à vontade das PARTES.

CLÁUSULA 13ª A DISTRIBUIDORA poderá fornecer, após análise de solicitação escrita do CONSUMIDOR, pulsos de energia e sincronismo gerados no equipamento de medição para comando sincronizado das cargas instaladas, respeitadas as seguintes condições:

a) Todos os custos de adaptação para o fornecimento dos pulsos serão de responsabilidade CONSUMIDOR;

b) A DISTRIBUIDORA não se responsabilizará por quaisquer consequências ou danos ocorridos nas instalações do CONSUMIDOR, decorrentes de eventuais falhas no fornecimento dos pulsos, nem poderão tais falhas servir como justificativas de isenção de ultrapassagem da demanda contratada ou para reivindicações de qualquer espécie, decorrentes de divergências entre os valores medidos pela DISTRIBUIDORA e os valores eventualmente apurados por equipamento do CONSUMIDOR;

c) A DISTRIBUIDORA poderá, a seu critério e a qualquer tempo, mediante prévia notificação ao CONSUMIDOR, suspender o fornecimento dos pulsos, caso entenda haver riscos à integridade dos registros de medição ou dos próprios equipamentos;

d) A DISTRIBUIDORA, a seu critério, sempre que razões técnicas ou regulamentares pelo Poder Concedente o recomendarem, poderá alterar as características dos pulsos, assim como substituir parte ou todo sistema de medição, mediante prévia notificação ao CONSUMIDOR.

Parágrafo único. O fornecimento de pulsos de potência e sincronismo está condicionado à disponibilidade no medidor, e o seu custo corresponde ao da visita técnica.

CLÁUSULA 14ª A instalação de novos equipamentos geradores de energia elétrica na unidade consumidora e a conexão desses equipamentos em paralelo com o sistema elétrico dependerão de prévia aprovação e autorização da DISTRIBUIDORA.

§ 1º. A inobservância dos termos desta CLÁUSULA implicará na suspensão do uso do sistema de distribuição ao CONSUMIDOR que será responsabilizado por quaisquer danos porventura causados à DISTRIBUIDORA e a terceiros, nos termos da legislação vigente.

§ 2º. O eventual uso do sistema de energia elétrica para suprir a perda parcial ou total de geração própria deverá ser contratado pelo CONSUMIDOR, conforme legislação específica.

SISTEMA DE MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

CLÁUSULA 15ª Os padrões técnicos e os procedimentos para projeto, especificações, aferição, instalação, adequação, leitura, inspeção, operação e manutenção do sistema de medição devem atender os PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO e, quando aplicáveis, aos PROCEDIMENTOS DE REDE.

[redacted]

4º CGEO
Fl.: 103
Rubrica
4º Centro de Geoinformação

Parágrafo único. A DISTRIBUIDORA é responsável pela instalação do Sistema de Medição de Faturamento – SMF, onde se localiza o ponto de conexão do CONSUMIDOR, sendo ainda responsável:

I. Financeiramente, pela implantação do medidor principal e dos transformadores de instrumentos;
II. Tecnicamente, por todo o SMF, inclusive perante a CCEE, no caso de CONSUMIDOR atendido no Ambiente de Contratação Livre – ACL;
III. Após a implantação, pela operação e manutenção de todo o SMF, incluindo os custos de eventual substituição ou adequação;
IV. Pela leitura dos montantes de energia e potência registrados no SMF.

CLÁUSULA 16ª O CONSUMIDOR perante o SMF é responsável:

I. Por ressarcir a DISTRIBUIDORA pelo custo de aquisição e implantação do medidor de retaguarda e do sistema de comunicação de dados, no caso de CONSUMIDOR atendido no Ambiente de Contratação Livre – ACL;
II. Na implantação do sistema, pelas obras civis e adequações das instalações associadas ao SMF;
III. Pelos custos incorridos com a operação e manutenção do sistema de comunicação de dados, demonstrados na Cláusula 24ª deste contrato e informado mensalmente na Fatura de uso do sistema de distribuição sob a rubrica "Encargo de Conexão", no caso de CONSUMIDOR atendido no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

CLÁUSULA 17ª O CONSUMIDOR comunicará à DISTRIBUIDORA qualquer ocorrência de avaria ou defeito nos equipamentos do SMF.

Parágrafo único. O CONSUMIDOR responderá pelos danos oriundos de avarias ou violação de lacres que os equipamentos de medição sofrerem, na forma da legislação, salvo os decorrentes de uso e ação do tempo, de comprovada impossibilidade de impedir a ação de terceiros ou nos casos previstos nos Procedimentos de Rede.

CLÁUSULA 18ª Presumir-se-á a responsabilidade do CONSUMIDOR se da violação dos lacres ou de danos nos mencionados equipamentos decorrerem registros irreais de energia ou de potência que venham a beneficiar o CONSUMIDOR ou a terceiros.

CLÁUSULA 19ª As manutenções e inspeções no SMF serão efetuadas pela DISTRIBUIDORA em conformidade com a legislação aplicável, devendo o CONSUMIDOR assegurar o livre acesso dos seus representantes aos locais onde estejam instalados os referidos equipamentos.

CLÁUSULA 20ª No caso de CONSUMIDOR atendido no Ambiente de Contratação Livre – ACL as condições e prazos para a adequação do SMF serão estabelecidos pela DISTRIBUIDORA, em conformidade com a legislação.

CONEXÃO ÀS INSTALAÇÕES DE DISTRIBUIÇÃO

CLÁUSULA 21ª - O PONTO DE CONEXÃO e o SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO devem estar dimensionados para uma CAPACIDADE DE CONEXÃO igual a 1,05 da demanda

4º CGEO
Fl: 104
Rubrica
4º Centro de Geoinformação

contratada, sendo a energia elétrica disponibilizada em corrente alternada trifásica, frequência de 60 Hz e tensão contratada conforme o **Quadro I**.

§1º Ocorrendo qualquer violação da CAPACIDADE DE CONEXÃO, as PARTES comprometem-se a avaliar a necessidade de implementar os ajustes técnicos necessários para adaptar as instalações envolvidas e atender ao novo valor de CAPACIDADE DE CONEXÃO.

§2º Caso os procedimentos e medidas operativas não sejam suficientes, a distribuidora poderá interromper a conexão das instalações do Consumidor com o sistema de distribuição.

§3º Caso o CONSUMIDOR tenha necessidade de alterar a CAPACIDADE DE CONEXÃO, um novo procedimento de acesso, conforme estabelecido nos PRODIST, deve ser instruído pelo CONSUMIDOR perante a DISTRIBUIDORA, celebrando-se um termo aditivo ao contrato em vigor.

EXIGÊNCIAS OPERACIONAIS

CLÁUSULA 22ª - É de responsabilidade da DISTRIBUIDORA e do CONSUMIDOR realizar a operação e manutenção das respectivas INSTALAÇÕES DE CONEXÃO de sua propriedade.

§1º Se uma parte provocar distúrbios ou danos nas instalações elétricas da outra PARTE, faculta-se à PARTE prejudicada exigir da outra a instalação de equipamentos corretivos.

§2º O detalhamento dos procedimentos para o relacionamento das PARTES referente às INSTALAÇÕES DE CONEXÃO é estabelecido no ACORDO OPERATIVO, observadas as diretrizes previstas nos PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO.

§3º As PARTES comprometem-se, quando necessário, a reavaliar as condições operativas das INSTALAÇÕES DE CONEXÃO, efetivando as adequações que se fizerem necessárias de forma a manter os padrões e requisitos definidos neste CONTRATO.

§4º As PARTES concordam que a responsabilidade pelas perturbações nas INSTALAÇÕES DE CONEXÃO e SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO é estabelecida e comprovada através de um processo de análise de perturbação, conforme os PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO - PRODIST.

§5º É do Consumidor a responsabilidade pela definição, projeto, estudos de parametrização, manutenção e integração do seu sistema de proteção com o sistema de proteção da DISTRIBUIDORA, bem como observar as práticas operativas adotadas pela DISTRIBUIDORA, sob pena de responder civil e criminalmente por todos os danos que a falha do seu equipamento de proteção causar à DISTRIBUIDORA ou a terceiros.

§6º O CONSUMIDOR deve atender às determinações da DISTRIBUIDORA, inclusive reduzindo ou desligando a carga ou transferindo a alimentação para o ramal de reserva, se existir, quando necessário à preservação da confiabilidade do SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO.

[redacted]

4º CGEO
Fl. 105
Rubrica
4ª Cartório de Desinformação

§7º O CONSUMIDOR, na utilização do SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO, deve observar o limite mínimo de 92% (noventa e dois por cento) no seu FATOR DE POTÊNCIA.

CLÁUSULA 23ª O CONSUMIDOR desde já concorda que, a qualquer momento, representantes da DISTRIBUIDORA, devidamente credenciados e previamente cadastrados, tenham acesso às instalações elétricas de sua propriedade, fornecendo-lhes as informações que necessitarem relativas ao funcionamento dos equipamentos e instalações que estejam ligados ao sistema elétrico da DISTRIBUIDORA.

ENCARGOS DE CONEXÃO

CLÁUSULA 24ª O CONSUMIDOR, caso seja atendido no Ambiente de Contratação Livre – ACL, deve pagar mensalmente à DISTRIBUIDORA, a título de ENCARGO DE CONEXÃO, o valor de R$ 0,00 (zero reais), conforme detalhamento abaixo:

OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO DE DADOS DE MEDIÇÃO		
ITEM	**MÍDIA**	**CUSTO MENSAL**
1	**VPN sobre Internet**	**R$ 0,00 (zero reais) Manutenção será responsabilidade do cliente**

§1º O ENCARGO DE CONEXÃO pode ser revisto, para mais ou para menos, a qualquer tempo e mediante negociação entre as PARTES.

QUALIDADE E CONTINUIDADE

CLÁUSULA 25ª A DISTRIBUIDORA deve manter serviços adequados de operação, conservação e manutenção de suas instalações.

§1º A DISTRIBUIDORA obriga-se, ainda, a manter os índices mínimos de qualidade relativos aos serviços de distribuição, estabelecidos pela ANEEL, desde que o CONSUMIDOR não ultrapasse o montante de capacidade contratada.

§2º Caso fique comprovado o não atendimento, pela DISTRIBUIDORA, dos referidos índices mínimos de qualidade, a mesma se sujeita ao pagamento das penalidades previstas na legislação aplicável.

§3º Nenhuma responsabilidade pode ser atribuída à DISTRIBUIDORA por prejuízos que o CONSUMIDOR eventualmente venha a sofrer em decorrência de interrupções ou deficiências provenientes de caso fortuito ou força maior.

§4º O CONSUMIDOR deve realizar a operação e manutenção de suas instalações de forma a não interferir na qualidade de fornecimento dos demais consumidores.

§5º O CONSUMIDOR deve manter os ajustes da proteção de suas instalações conforme disposições dos PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO e, quando aplicáveis, dos PROCEDIMENTOS DE REDE.

§6º O CONSUMIDOR deve informar previamente à DISTRIBUIDORA todas as modificações em equipamentos que alterem as suas características técnicas.

DEMANDA CONTRATADA

[redacted]

4º CGEO
Fl.: 106
Rubrica
5º Centro de Geoinformação

CLÁUSULA 26ª A DISTRIBUIDORA disponibilizará ao CONSUMIDOR a demanda estabelecida no Quadro I, válido para a vigência do CONTRATO.

Parágrafo único. A adequação da demanda contratada será efetuada por aditivo ao contrato vigente ou por celebração de novo contrato, a critério da DISTRIBUIDORA.

REVISÃO DA DEMANDA CONTRATADA

CLÁUSULA 27ª A DISTRIBUIDORA atenderá a solicitação por escrito de redução da DEMANDA CONTRATADA, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias, exceto se o CONSUMIDOR pertencer ao subgrupo A4, cujo prazo de antecedência mínima é de 90 (noventa) dias, respeitando a condição do §1º desta cláusula, sendo vedada mais de uma redução em um período de 12 (doze) meses.

§1º A redução da demanda contratada será efetivada a partir da data de leitura do ciclo de faturamento subsequente ao prazo estabelecido no Caput desta Cláusula, desde que esteja celebrado o instrumento contratual competente e, quando necessário, mediante prévia aprovação por esta DISTRIBUIDORA dos projetos pertinentes para atender ao fornecimento.

§2º A solicitação de redução da demanda contratada, motivada por implementação de medidas de conservação de energia e incremento à eficiência do uso da energia elétrica, poderá ser atendida, a qualquer tempo, desde que sejam ressarcidos os eventuais compromissos relativos aos investimentos da DISTRIBUIDORA para o atendimento deste fornecimento e desde que as medidas adotadas sejam previamente submetidas à DISTRIBUIDORA, conforme legislação.

CLÁUSULA 28ª O CONSUMIDOR deverá submeter previamente à DISTRIBUIDORA os projetos básico e executivo das medidas de eficiência energética a serem implementadas, com as justificativas técnicas devidas, etapas de implantação, resultados previstos, prazos, proposta para a revisão contratual e acompanhamento pela DISTRIBUIDORA, sendo certo que, em até 30 (trinta) dias da apresentação dos projetos, a DISTRIBUIDORA deverá informar ao CONSUMIDOR as condições para a revisão da demanda CONTRATADA.

CLÁUSULA 29ª Em conformidade com o PRODIST, o aumento da demanda contratada deverá ser submetido à consulta prévia pelo CONSUMIDOR, para análise da DISTRIBUIDORA, que informará as condições de prazos e as participações financeiras nos investimentos, eventualmente necessários para adequação do sistema elétrico.

§1º Em caso de inobservância pelo CONSUMIDOR da consulta prévia prevista no Caput, a DISTRIBUIDORA ficará desobrigada a garantir a qualidade do serviço, podendo inclusive, suspender o fornecimento, se o aumento de carga provocar distúrbios ou danos ao sistema de distribuição ou, ainda, às instalações e equipamentos de outros consumidores.

§2º Atendidas as condições do Caput, o aumento da demanda contratada será efetivado a partir da data de leitura do primeiro ciclo completo de fornecimento subsequente e desde que esteja devidamente celebrado novo instrumento contratual competente e, quando necessário, mediante prévia aprovação por esta DISTRIBUIDORA dos projetos pertinentes para atender ao fornecimento.

[redacted]

4º CGEO
Fl. 107
Rubrica
Certificado Geoinformação

CLÁUSULA 30ª Para permitir a adequação da demanda contratada, a DISTRIBUIDORA concederá automaticamente o período de testes, com duração de 3 (três) ciclos consecutivos e completos de faturamento, nas situações de:

I. Início da vigência da demanda contratada, no caso de novas unidades consumidoras;

II. Acréscimo superior a 5% (cinco por cento) da demanda contratada;

III. No enquadramento compulsório na modalidade tarifária azul, restringindo-se o período de testes, ao posto tarifário ponta.

§1º Na situação do item I o período de testes permite também ao CONSUMIDOR a escolha de modalidade tarifária.

§2º Durante o período de testes o CONSUMIDOR pode solicitar novos acréscimos de demanda.

CLÁUSULA 31ª Ao final do período de testes a nova demanda contratada poderá ter redução de até 50% (cinquenta por cento) da demanda adicional ou inicial contratada, devendo, nos casos de acréscimo de demanda, resultar em um montante superior a 105% (cento e cinco por cento) da demanda contratada anteriormente.

Parágrafo único. A tolerância estabelecida sobre a demanda adicional ou inicial de que trata a cláusula 31ª se refere exclusivamente à cobrança de ultrapassagem, não estando associado à disponibilidade de acréscimo de demanda.

FATURAMENTO E ENCARGO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO

CLÁUSULA 32ª O CONSUMIDOR declara ter sido devidamente informado pela DISTRIBUIDORA das opções tarifárias disponíveis e aplicáveis como estabelece a legislação do setor elétrico, consolidando sua livre escolha através da celebração deste CONTRATO.

CLÁUSULA 33ª O faturamento mensal do encargo de uso do sistema de distribuição será realizado conforme modalidade tarifária escolhida pelo CONSUMIDOR e estabelecida na primeira página deste instrumento, conforme expressões abaixo:

I. MODALIDADE TARIFÁRIA HORÁRIA VERDE: caracterizada por uma única TUSD para a demanda, e TUSD diferenciadas de consumo de energia de acordo com as horas de utilização do dia.

$$EUSD = (DEM \times TUSD_{fio}) + (C_p \times TUSD_{enc\text{-}p}) + (C_f \times TUSD_{enc\text{-}f})$$

II. MODALIDADE TARIFÁRIA HORÁRIA AZUL: caracterizada por TUSD diferenciadas de consumo de energia e demanda de acordo com as horas de utilização do dia.

$$EUSD = (DEM_p \times TUSD_{fio\text{-}p}) + (DEM_f \times TUSD_{fio\text{-}f}) + (C_p \times TUSD_{enc\text{-}p}) + (C_f \times TUSD_{enc\text{-}f})$$

Onde:

EUSD = Encargo de uso do sistema de distribuição.

[redacted]

4º CGEO
Fl.: 108
Rubrica
Centro de Geoinformação

DEM = Demanda de potência ativa faturável.

DEM_p = Demanda de potência ativa faturável no posto tarifário ponta.

DEM_f = Demanda de potência ativa faturável no posto tarifário fora de ponta.

$TUSD_{fio}$ = Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – valor monetário unitário determinado pela ANEEL (em R$/kW).

$TUSD_{fio-p}$ = Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – valor monetário unitário determinado pela ANEEL (em R$/kW), no posto tarifário ponta.

$TUSD_{fio-f}$ = Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – valor monetário unitário determinado pela ANEEL (em R$/kW), no posto tarifário fora de ponta.

$TUSD_{enc-p}$ = Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – valor monetário unitário determinado pela ANEEL (em R$/MWh), no posto tarifário ponta.

$TUSD_{enc-f}$ = Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – valor monetário unitário determinado pela ANEEL (em R$/MWh), no posto tarifário fora de ponta.

C_p = Consumo de energia elétrica ativa no posto tarifário ponta

C_f = Consumo de energia elétrica ativa no posto tarifário fora de ponta

CLÁUSULA 34ª A DISTRIBUIDORA efetuará a leitura mensal dos valores de potência e energia ativa e reativa, registrados no SMF, utilizados pelo CONSUMIDOR, para fins de faturamento do encargo de uso do sistema de distribuição, de forma a atender as exigências legais.

CLÁUSULA 35ª O faturamento da demanda do CONSUMIDOR segue os seguintes critérios:

a – a demanda faturável (em kW), por segmento horário quando for o caso, será o maior valor entre a demanda contratada e a demanda medida no ciclo de faturamento, exceto para a unidade consumidora classificada como rural ou com benefício de sazonalidade;

b - para unidade consumidora classificada como rural ou com benefício da sazonalidade, a demanda faturável (em kW), por segmento horário quando for o caso, será o medido no ciclo de faturamento, ou 10% (dez por cento) da maior demanda medida em qualquer dos 11 (onze) ciclos completos de faturamento anteriores;

Parágrafo único. Respeitando o disposto na **CLÁUSULA 50ª**, a demanda contratada será faturada no período em que a unidade consumidora permanecer desligada por solicitação do CONSUMIDOR, se não houver rescisão deste CONTRATO.

CLÁUSULA 36ª Quando a demanda medida, por segmento horário quando for o caso, exceder em mais de 5% (cinco por cento) o valor contratado, será aplicada a tarifa de ultrapassagem, conforme legislação em vigor.

[redacted]

4º CGEO
Fl.: 109
Rubrica
4º Centro de Geoinformação

CLÁUSULA 37ª As unidades consumidoras da classe rural e as reconhecidas como sazonal estarão sujeitas à cobrança de demanda complementar, nos termos do Art. nº 300 da Resolução Normativa nº 1000, de 7 de dezembro de 2021.

CLÁUSULA 38ª Durante o período de testes de que trata a **CLÁUSULA 30ª**, observado o disposto no §1º desta CLÁUSULA, a demanda faturável deve ser a demanda medida, exceto na situação prevista no **Inciso II da CLÁUSULA 30ª**, em que será considerado o maior valor entre a demanda medida e a demanda contratada, anteriormente à solicitação de acréscimo.

§1º. Ao menos em um dos postos tarifários, o valor da demanda mínima a ser faturada será:

I- 1 MW para consumidores livres;

II- 500 kW para consumidores especiais;

III- 30 kW para consumidores para os demais consumidores do Grupo A, inclusive cada unidade consumidora que integre comunhão de interesses de fato ou de direito de consumidores especiais.

§ 2º. Durante o período de testes, aplica-se a cobrança por ultrapassagem de demanda, conforme legislação, quando os valores medidos excederem o somatório de:

I- a nova demanda contratada ou inicial;

II- 5% (cinco por cento) da demanda anterior ou inicial; e

III- 30% (trinta por cento) da demanda adicional ou inicial.

CLÁUSULA 39ª O consumo de energia reativa excedente e a demanda de potência reativa excedente serão faturados, conforme legislação, com base na avaliação do fator de potência, apurado pelos seguintes critérios:

a - Pela média mensal para as unidades consumidoras sem medição apropriada; ou

b- Pela média horária para as unidades consumidoras com medição apropriada, considerando os seguintes períodos:

I- No período de 00h00 às 6h00, apenas os fatores de potência capacitivos inferiores a 0,92, verificados em intervalos de 01(uma) hora; e

II- No período diário complementar ao definido no item I, apenas os fatores de potência indutivos inferiores a 0,92, verificados em intervalos de 01 (uma) hora.

CLÁUSULA 40ª Se os equipamentos de medição forem instalados no lado da saída do transformador de propriedade do CONSUMIDOR, aos valores medidos de demanda ativa e reativa e de consumo de energia elétrica ativa e reativa serão feitos os seguintes acréscimos:

I. 1% (um por cento) nos fornecimentos em tensão contratada superior a 44 kV;

[redacted]

4º CGEO
Fl.: 110
Rubrica
4º Centro de Geoinformação

II. 2,5% (dois e meio por cento) nos fornecimentos em tensão contratada igual ou inferior a 44 kV.

CLÁUSULA 41ª Na fatura de uso do sistema de distribuição será inserida a cobrança do encargo de conexão, quando for o caso, conforme **CLAUSULA 24º**

CLÁUSULA 42ª Serão aplicados no faturamento os tributos e demais encargos previstos pela legislação e normas em vigor na época, os quais incidirão sobre os valores constantes na fatura

CLÁUSULA 43ª As TARIFAS de DEMANDA e ENERGIA ELÉTRICA corresponderão àquelas definidas pela ANEEL. Essas TARIFAS poderão ser reajustadas e/ou revisadas anualmente ou, extraordinariamente em período menor, conforme determinação da ANEEL, sendo, nos termos da legislação e da regulamentação vigente, a partir de então, imediatamente aplicadas ao fornecimento objeto do presente CONTRATO.

CLÁUSULA 44ª A DISTRIBUIDORA aplicará os descontos nas situações informadas abaixo:

I. Para CONSUMIDOR que adquirir energia de fontes incentivadas no mercado livre, será concedido o desconto de uso do sistema de distribuição, com percentual divulgado mensalmente pela CCEE e critérios de aplicação estabelecidos pela ANEEL;

II. Para as classes e subclasses conforme legislação específica.

ENTREGA E VENCIMENTO DAS FATURAS

CLÁUSULA 45ª A fatura será mensalmente emitida pela DISTRIBUIDORA e entregue na unidade consumidora ou de forma digital.

§1º. Alternativamente, para unidades consumidoras localizadas em áreas atendidas pelo serviço postal, a fatura poderá ser entregue em outro endereço de cobertura deste serviço, devendo o CONSUMIDOR assumir os custos referentes às despesas postais adicionais.

§2º. Para unidades consumidoras localizadas na área rural a DISTRIBUIDORA poderá disponibilizar as faturas e demais documentos no posto de atendimento mais próximo da unidade consumidora, sendo facultado ao CONSUMIDOR indicar outro endereço atendido pelo serviço postal, sem a cobrança de despesas adicionais.

§3º. A fatura e demais documentos poderão ser entregues de forma eletrônica, quando esta opção for oferecida pela DISTRIBUIDORA e aceita pelo CONSUMIDOR, de comum acordo formalizado entre as PARTES.

CLÁUSULA 46ª O prazo de vencimento da fatura é de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de apresentação.

§1º. Para **CONSUMIDORES** classificados como Poder Público e Serviço Público, conforme estabelece o artigo 337 da Resolução Normativa ANEEL nº 1000/2021 o prazo de vencimento das faturas é de 10 (dez) dias úteis, contados da data de apresentação.

[redacted]

4º CGEO
Fl. 111
Rubrica
Centro de Geoinformação

§2º. No caso de atraso na apresentação da fatura por motivo imputável à DISTRIBUIDORA, a data de vencimento será automaticamente postergada, por prazo igual ao do atraso verificado.

§3º. Na hipótese de atraso no pagamento da Fatura emitida pela DISTRIBUIDORA, serão aplicadas cobranças de multa, atualização monetária e juros de mora, conforme definidos na legislação vigente.

CLÁUSULA 47ª O vencimento da fatura de energia elétrica não será afetado por discussões entre as PARTES, devendo a eventual diferença, se houver, constituir objeto de processamento independente, e tão logo apurada, ser paga ou devolvida a quem de direito, pela compensação nos faturamentos subsequentes.

SUSPENSÃO DO USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO

CLÁUSULA 48ª A DISTRIBUIDORA poderá suspender o uso do sistema de distribuição de energia elétrica, de imediato ou mediante prévia comunicação formal, nas condições previstas em legislação ou por descumprimento de condição acordada neste CONTRATO.

Parágrafo único. Constatada a conexão de qualquer carga ou sistema de geração de energia elétrica de forma clandestina, a DISTRIBUIDORA interromperá o uso do sistema de distribuição de energia elétrica à unidade consumidora, de forma imediata e sem aviso prévio.

CLÁUSULA 49ª O CONSUMIDOR reconhece o direito da DISTRIBUIDORA de suspender o uso do sistema de distribuição de energia elétrica em caso de inadimplência, conforme **parágrafo 3º do artigo 6º da Lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995 e do artigo 343º da resolução ANEEL nº 1000 de 07 de dezembro de 2021.**

RESCISÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA 50ª Sem prejuízo da **CLÁUSULA 49ª**, em caso de inadimplemento de obrigação contida neste CONTRATO, por qualquer das PARTES, a PARTE prejudicada deverá notificar a PARTE inadimplente, a fim de sanar o respectivo inadimplemento, em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da notificação, caso a parte inadimplente necessite de prazo diferente, deverá justificar os motivos dentro daquele prazo.

CLÁUSULA 51ª Este CONTRATO poderá ser rescindido:

I. Em caso de desmodelagem e desligamento do CONSUMIDOR como agente da CCEE, na forma da legislação;
II. A pedido do CONSUMIDOR, mediante solicitação formal, no desligamento definitivo da unidade consumidora.
III. Por uma das PARTES, no inadimplemento das condições estabelecidas neste CONTRATO ou na legislação específica dos serviços de energia elétrica, desde que decorrido o prazo para sanar o referido inadimplemento, na forma da CLÁUSULA 50ª;
IV. Em caso de pedido ou decretação de insolvência ou falência, ou ainda, no caso de autofalência, recuperação judicial, liquidação judicial ou intervenção de qualquer Autoridade Governamental, a parte deve comunicar a ocorrência desta situação;

4º CGEO
Fl.: 112
Rubrica
4º Centro de Geoinformação

V. Caso venham a ter revogadas ou, caso vencidas, não sejam renovadas, as suas respectivas aprovações ou autorizações regulatórias necessárias à condução de seus negócios e cumprimento de suas obrigações contratuais, a parte deve comunicar a ocorrência desta situação;
VI.

CLÁUSULA 52ª O encerramento contratual antecipado implica, sem prejuízo de outras obrigações estabelecidas pela legislação, na cobrança pela DISTRIBUIDORA, do que segue:

I. valor correspondente ao faturamento de toda a demanda contratado, subsequente à data do encerramento contratual antecipado, limitado a 03 (três) meses, para os postos tarifários ponta e fora de ponta ou único do grupo A4 e 06 (seis) meses para os demais.

II. valor correspondente ao faturamento do montante mínimo de 30 kW no caso de **CONSUMIDOR CATIVO E POTENCIALMENTE LIVRE**, pelos meses remanescentes além do limite fixado no **Inciso I**, para o posto tarifário fora de ponta ou único; e

III. valor correspondente ao faturamento do montante mínimo de 500 kW no caso de **CONSUMIDOR ESPECIAL**, incluindo o parcialmente atendido no ACL, pelos meses remanescentes além do limite fixado no **Inciso I**, para o posto tarifário fora de ponta ou único; e

IV. valor correspondente ao faturamento do montante mínimo de 1 MW, no caso de **CONSUMIDOR LIVRE** e **PARCIALMENTE LIVRE**, pelos meses remanescentes, além do limite fixado no **Inciso I**, para o posto tarifário fora de ponta ou único.

CLÁUSULA 53ª Qualquer eventual pedido de indenização estará limitado ao pagamento dos danos diretos que tenham sido comprovadamente causados pela PARTE inadimplente, tal como venha a ser ajustado entre as PARTES ou apurado em demanda judicial.

CLÁUSULA 54ª Quando a rescisão for motivada pelo CONSUMIDOR, a DISTRIBUIDORA poderá exigir o ressarcimento dos investimentos efetuados no sistema elétrico e ainda não amortizados, para o fornecimento de energia elétrica à unidade consumidora.

CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

CLÁUSULA 55ª Caso alguma das PARTES não possa cumprir qualquer de suas obrigações, no todo ou em parte, em decorrência de caso fortuito ou força maior, nos termos do parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, deve comunicar o fato de imediato à outra PARTE no prazo de 72 (setenta e duas) horas, informando os efeitos danosos do evento e comprovando que o mesmo contribuiu para o descumprimento de obrigação prevista neste CONTRATO.

§1º Constatada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ficam suspensas, enquanto perdurar o evento, as obrigações que as PARTES ficarem impedidas de cumprir.

[redacted]

4º CGEO Fl.: 113 Rubrica 4º Centro de Geoinformação

§2º Não constituem hipóteses de força maior os eventos abaixo indicados: (a) dificuldades econômicas e/ou alteração das condições de mercado; (b) demora no cumprimento por qualquer das PARTES de obrigação contratual; (c) eventos que resultem do descumprimento por qualquer parte de obrigações contratuais ou de leis, normas, regulamentos, decretos ou demais EXIGÊNCIAS LEGAIS; ou (d) eventos que sejam resultantes de negligência, dolo, erro ou omissão.

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

CLÁUSULA 56ª Todas as comunicações, tais como correspondências, instruções, propostas, certificados, registros, aceitações e notificações enviadas no âmbito deste CONTRATO, devem ser feitas em português, por escrito, entregues em mãos, sob protocolo, ou por meio de carta com aviso de recebimento, para os endereços abaixo indicados e aos cuidados das seguintes pessoas:

	DISTRIBUIDORA	**CONSUMIDOR**
Nome:	Wilson Furtados	4º Centro de Geoinformação
Endereço:	Av. 7 de Setembro nº 2414 – Cachoeirinha	Av Marechal Bittencourt, nº 97, Bairro Santo Antônio
Cidade/UF:	Manaus / AM	Manaus / AM
CEP:	69005-141	69029-160
Telefone:	(92) 3198-3061	(92) 3213-7035
E-mail:	poderpublico@amazonasenergia.com	salc4cgeo@gmail.com salc4cgeo@hotmail.com

Parágrafo único: O CONSUMIDOR declara estar ciente da obrigatoriedade de manter atualizados os dados cadastrais da UNIDADE CONSUMIDORA, especialmente quando da mudança do titular, formalizando solicitação à DISTRIBUIDORA, conforme o caso, de alteração da titularidade ou de encerramento da relação contratual.

GARANTIAS

CLÁUSULA 57ª Em caso de inadimplemento do CONSUMIDOR de mais de uma fatura mensal, em um período de 12 (doze) meses, sem prejuízo da exigibilidade de quitação dos débitos, a DISTRIBUIDORA poderá exigir o oferecimento de garantias, limitadas ao valor inadimplido, conforme legislação.

§1º. No caso de **CONSUMIDOR POTENCIALMENTE LIVRE**, a DISTRIBUIDORA pode exigir, alternativamente ao disposto no Caput, a apresentação de Contrato de Compra de Energia no ACL.

§2º. O descumprimento das obrigações dispostas neste artigo enseja a suspensão do uso do sistema de distribuição ao CONSUMIDOR ou o impedimento de sua religação.

§3º. O disposto no Caput não se aplica ao CONSUMIDOR que seja prestador de serviços públicos essenciais.

4º CGEO Fl.: 114 Rubrica 2ª Câmara de Assessoramento

§4º. As garantias devem ser mediante depósito-caução em espécie, seguro ou carta-fiança, a crédito do CONSUMIDOR, e vigorar pelos 11 (onze) meses que sucederem a penúltima fatura inadimplida.

DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 58ª Este CONTRATO está subordinado à legislação de serviço público de energia elétrica que prevalecerá nos casos omissos ou em eventuais divergências.

§1º A DISTRIBUIDORA e o CONSUMIDOR comprometem-se a seguir e respeitar a legislação, os PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO, as limitações operativas dos equipamentos das PARTES e a legislação e regulamentação aplicáveis ao presente CONTRATO.

§2º. Quaisquer modificações supervenientes na referida legislação, que venham a repercutir nos ajustes estabelecidos neste CONTRATO, considerar-se-ão automática e imediatamente aplicáveis.

§3º. Se, por qualquer motivo, quaisquer das disposições deste CONTRATO vierem a se tornar inválidas, ilegais ou inexequíveis por qualquer tribunal competente, as PARTES se obrigam a negociar a substituição às disposições consideradas inválidas, ilegais ou inexequíveis e a manter, tanto quanto possível, em todas as circunstâncias, o equilíbrio dos interesses comerciais das PARTES.

§4º O término do prazo deste CONTRATO não afeta quaisquer direitos ou obrigações anteriores a tal evento, ainda que seu exercício ou cumprimento se dê após a sua ocorrência.

§5º. O CONSUMIDOR declara expressamente ter pleno conhecimento dos dispositivos legais e regulamentares, inclusive aos que se aplicam ao Ambiente de Contratação Livre - ACL.

FORO COMPETENTE

CLÁUSULA 59ª Os direitos e obrigações deste CONTRATO se transmitem aos sucessores e cessionários do CONSUMIDOR, devendo a DISTRIBUIDORA ser notificada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias para proceder aos ajustes que se fizerem necessários neste CONTRATO e no que dele decorrer.

CLÁUSULA 60ª Este CONTRATO não poderá ser alterado nem poderá haver renúncia às suas disposições, exceto por meio de termo aditivo a ser assinado pelas PARTES, observado o disposto na legislação aplicável.

CLÁUSULA 61ª Nenhum atraso ou tolerância por qualquer das PARTES, relativo ao exercício de qualquer direito, poder, privilégio ou recurso, sob este CONTRATO, será tido como passível de prejudicar tal direito, poder, privilégio ou recurso, nem será interpretado como renúncia ou novação dos mesmos.

CLÁUSULA 62ª Este CONTRATO é reconhecido pelas PARTES como título executivo extrajudicial, na forma do Código de Processo Civil, para efeito de cobrança de todos e quaisquer valores decorrentes das obrigações aqui contempladas.

[redacted]

4º CGEO
Fl.: 115
Rubrica
4º Centro de Geoinformação

CLÁUSULA 63ª Este CONTRATO e seus respectivos **ADITIVOS** devem ser assinados pelo CONSUMIDOR em prazo hábil antes da implantação de qualquer solicitação.

Parágrafo único. Para as conexões novas o acesso ao sistema de distribuição da DISTRIBUIDORA somente será permitido mediante apresentação deste CONTRATO, devidamente assinado pelo representante legal solicitante do acesso.

CLÁUSULA 64ª Fica eleito o foro da cidade de MANAUS para solução de quaisquer questões decorrentes deste CONTRATO, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo com as condições ora estabelecidas, as PARTES assinam este instrumento em 1 via, na presença das testemunhas abaixo, a todos presentes.

CCER - CONTRATO DE COMPRA DE ENERGIA REGULADA

DAS DEFINIÇÕES E PREMISSAS APLICÁVEIS AO CONTRATO

Para o efeito de permitir o entendimento e precisão da terminologia técnica empregada neste **CONTRATO** e em seus Anexos, fica, desde já, acordado entre as **PARTES** o conceito dos seguintes vocábulos e expressões:

ANEEL: Agência Nacional de Energia Elétrica, instituída pela Lei nº 9.427/96.

BANDEIRA TARIFÁRIA: sistema tarifário que tem como finalidade sinalizar aos consumidores faturados pela DISTRIBUIDORA por meio da Tarifa de Energia, os custos atuais da geração de energia elétrica.

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CCEE: ambiente onde se processa a compra e venda de energia elétrica, criada pela lei 10.848, de 15 de março de 2004 e regulamentada pelo Decreto Lei nº 5.177, de 12 de agosto de 2004.

CICLO DE FATURAMENTO: intervalo de tempo de aproximadamente 30 (trinta) dias, compreendido entre a data da leitura, do medidor de energia elétrica, de um determinado mês e a data da leitura no mês seguinte, de acordo com o calendário a ser definido pela DISTRIBUIDORA.

CONSUMIDOR: pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, legalmente representada, que solicite o fornecimento, a contratação de energia ou o uso do sistema elétrico à DISTRIBUIDORA assumindo as obrigações decorrentes deste atendimento à(s) sua(s) unidade(s) consumidora(s).

CONSUMIDOR ESPECIAL: agente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, da categoria de comercialização, que adquire energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração enquadrados no § 5º do art. 26 da Lei no 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para Unidade Consumidora ou unidades consumidoras reunidas

4º CGEO
Fl.: 116
República
4º Centro de Geoinformação

por comunhão de interesses de fato ou de direito cuja carga seja maior ou igual a 500 kW e que não satisfaçam, individualmente, os requisitos dispostos nos arts. 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

CONSUMIDOR LIVRE: agente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, da categoria de comercialização, que adquire energia elétrica no ambiente de contratação livre para unidades consumidoras que satisfaçam, individualmente, os requisitos dispostos nos arts. 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 1995.

CONSUMIDOR POTENCIALMENTE LIVRE: pessoa jurídica cujas unidades consumidoras satisfazem, individualmente, os requisitos dispostos nos arts. 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 1995, porém não adquirem energia elétrica no ambiente de contratação livre.

CONSUMIDOR PARCIALMENTE LIVRE: Consumidor Livre ou Especial cujo atendimento se dê parcialmente sob condições reguladas;

CONTRATO DE COMPRA DE ENERGIA REGULADA - CCER: é o presente Contrato, que estabelece os termos e condições para compra de energia no ambiente regulado da DISTRIBUIDORA pelo CONSUMIDOR.

DISTRIBUIDORA: agente titular de concessão ou permissão federal para prestar o serviço público de distribuição de energia elétrica.

ENERGIA ELÉTRICA ATIVA: energia elétrica que pode ser convertida em outra forma de energia expressa em quilowatt-hora (kWh).

ENERGIA ELÉTRICA CONTRATADA: é a Energia Elétrica Ativa, expressa em MWhmédios e/ou MWh, vendida pela DISTRIBUIDORA ao CONSUMIDOR, a ser disponibilizada no Ponto de Conexão mediante entrega simbólica, para cada mês do presente Contrato durante seu período de vigência.

ENERGIA ELÉTRICA REATIVA: energia elétrica que circula continuamente entre os diversos campos elétricos e magnéticos de um sistema de corrente alternada, sem produzir trabalho, expressa em quilovolt-ampere-reativo-hora (kVARh).

EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO: equipamentos destinados à medição dos montantes de energia elétrica e potência disponibilizada no Ponto de Conexão, bem como do MUSD utilizado pelo CONSUMIDOR, de acordo com os padrões especificados pela regulamentação em vigor.

HORÁRIO DE PONTA: é o período composto de 03 (três) horas diárias consecutivas, fixadas pela DISTRIBUIDORA, com a aprovação da ANEEL, exceção feita aos sábados, domingos, feriados nacionais fixos de 01 de janeiro (Confraternização Universal), 21 de abril (Tiradentes), 01 de maio (Trabalho), 07 de setembro (Independência), 12 de outubro (Nossa Senhora Aparecida), 02 de novembro (Finados), 15 de novembro (Proclamação da República), 25 de dezembro (Natal) e feriados nacionais móveis de Terça Feira de Carnaval, Sexta Feira da Paixão e Corpus Christi.

[redacted]

4º CGEO Fl.: 117 Rubrica 4º Centro de Geoinformação

HORÁRIO FORA DE PONTA: é o período composto pelo conjunto das horas diárias consecutivas e complementares àquelas definidas no Horário de Ponta.

HORÁRIO RESERVADO: é o período diário contínuo composto de 08 (oito) horas e 30 (trinta) minutos, que compreende das 21h30 min às 6h, no qual é passível a aplicação do desconto para carga destinada à irrigação.

INÍCIO DO FORNECIMENTO: data partir da qual considera-se contratado o objeto deste Contrato para efeitos de início de vigência.

MWmédios: é o valor de megawatt-hora dividido por um período de tempo considerado.

PERÍODO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA: é o período durante o qual será efetivamente fornecida a Energia Elétrica Contratada ao CONSUMIDOR.

PONTO DE CONEXÃO: conjunto de equipamentos que se destina a estabelecer a conexão na fronteira entre as instalações da DISTRIBUIDORA e do CONSUMIDOR.

TARIFA: preço da unidade de energia elétrica (kWh) e/ou da demanda de potência (kW) ativas.

TARIFA AZUL: modalidade tarifária horária estruturada para aplicação de Tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica de acordo com as horas de utilização do dia e os períodos do ano, bem como de Tarifas diferenciadas de demanda de potência de acordo com as horas de utilização do dia.

TARIFA DE ENERGIA – TE: valor monetário, fixado em Reais por unidade de Energia Elétrica Ativa, estabelecido pela ANEEL como remuneração à DISTRIBUIDORA pelo fornecimento de energia elétrica aos consumidores total ou parcialmente atendidos no ambiente regulado.

TARIFA VERDE: modalidade tarifária horária estruturada para aplicação de Tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica de acordo com as horas de utilização do dia, bem como de uma única Tarifa de demanda de potência independente de utilização do dia.

TENSÃO PRIMÁRIA: tensão disponibilizada no sistema elétrico da DISTRIBUIDORA, com valores padronizados iguais ou superiores a 2,3 kV.

TRIBUTOS: Todos os impostos, taxas e contribuições incidentes sobre o objeto deste Contrato.

UNIDADE CONSUMIDORA: conjunto composto por instalações, ramal de entrada, equipamentos elétricos, condutores e acessórios, incluída a subestação, quando do fornecimento em tensão primária, caracterizado pelo recebimento de energia elétrica em um só Ponto de Entrega, com medição individualizada e correspondente a um único CONSUMIDOR.

QUADRO I

[redacted]

4º CGEO
Fl.: 118
Rubrica
4º Centro de Geoinformação

AMAZONAS ENERGIA

Rua Major Gabriel, nº 1870 – Praça 14 de Janeiro
CEP.69.020-060 Manaus/ AM

UNIDADE CONSUMIDORA
UC Nº: 870129
Endereço do ponto de entrega: Av Marechal Bittencourt, n° 97, Bairro Santo Antônio
Cidade/UF: Manaus - Am
DADOS CONTRATUAIS
Período de Vigência: 13/02/2023 a 13/02/2024
Modalidade Tarifária Horária: VERDE Tensão: 13.800
MONTANTE DE ENERGIA ELÉTRICA CONTRATADA (X) Pela Energia Elétrica Total Medida Mensal (KWh) ( ) Pelo Montante Médio Mensal (KWmédios)

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto regular a compra e venda de Energia Elétrica Ativa entre o CONSUMIDOR e a DISTRIBUIDORA, a ser disponibilizada no Ponto de Conexão, nos prazos previstos, para uso exclusivo na Unidade Consumidora, nos termos e condições previstos no presente termo e observado o disposto na legislação e regulamentação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA MODALIDADE DE TARIFÁRIA E CRITÉRIOS DE FATURAMENTOS

I – O CONSUMIDOR receberá energia elétrica, no ponto de entrega, para uso exclusivo em sua instalação, situada no endereço acima citado.

II – Entende-se por PONTO DE ENTREGA o ponto de conexão do sistema elétrico da concessionária com as instalações elétricas da unidade consumidora, caracterizando-se como o limite de responsabilidade do fornecimento.

III - A prestação dos serviços de operação e manutenção será atendido pela DISTRIBUIDORA até o ponto de entrega.

IV – A Estrutura Tarifária aplicada será aquela definida conforme Quadro I.

V – Os critérios de inclusão nas modalidades tarifárias são os estabelecidos pelo CAPITULO VII da Resolução Normativa ANEEL nº 1000/2021.

Nº CGEO
Fl.: 119
Rubrica
4º Centro de Geoinformação

VI – Especificamente para unidades consumidoras da classe cooperativa de eletrificação rural, a inclusão na tarifa horária azul ou verde deve ser realizada mediante opção do consumidor.

VII – O faturamento da unidade consumidora do grupo A deverá ser realizado com base nos valores identificados da demanda faturável e do consumo de energia elétrica ativa, quando o caso couber.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

I – A energia elétrica será fornecida ao CONSUMIDOR, no ponto de entrega, em corrente alternada trifásica, frequência de 60 (sessenta) Hz, na tensão contratada conforme Quadro I.

Parágrafo Primeiro – No caso da medição ser em baixa tensão, a alteração da tensão secundária dependerá da prévia autorização e adequação da medição, por parte da DISTRIBUIDORA.

II – A DISTRIBUIDORA, quando solicitado pelo CONSUMIDOR, poderá liberar o sinal de energia do medidor; isentando-se, porém, de qualquer responsabilidade quanto aos pulsos usados para o controle de demanda.

III – O CONSUMIDOR pode optar pela mudança para o grupo A com aplicação da tarifa do subgrupo AS, quando a unidade consumidora tiver carga instalada superior a 75kW e for atendida por sistema subterrâneo de distribuição em tensão secundária.

CLÁUSULA QUARTA - DO INÍCIO DO FORNECIMENTO

O fornecimento de energia elétrica de que trata a cláusula primeira deste contrato terá início conforme Quadro I.

Parágrafo Único – A DISTRIBUIDORA não se responsabilizará por eventuais atrasos que possam vir a ocorrer com respeito ao início do fornecimento, devido a demora na obtenção de servidões de passagens fora dos limites de vias públicas, desapropriações ou travessias em estradas de rodagem ou ferrovias, para implantação de torres e postes de sustentação de passagem de linhas de transmissão ou distribuição, e em caso de força maior.

CLÁUSULA QUINTA – DO MONTANTE DE ENERGIA ELÉTRICA CONTRATADA

O Montante de Energia Elétrica Contratada a ser disponibilizado pela DISTRIBUIDORA ao CONSUMIDOR, no Ponto de Entrega durante o período de fornecimento da energia, poderá ser de acordo com uma das modalidades assinalada no Quadro I

[redacted]

4º CGEO
Fl.: 120
Rubrica
Centro de Geoinformação

Parágrafo Primeiro: Caso o CONSUMIDOR seja atendido sob a modalidade de energia elétrica medida, nos termos da opção "a" do Quadro I; a DISTRIBUIDORA somente estará obrigada a disponibilizar a Energia Elétrica Ativa sob esta modalidade enquanto o CONSUMIDOR não optar pela contratação parcial de energia elétrica no ambiente de contratação livre.

Parágrafo Segundo: Caso o **CONSUMIDOR** venha a optar pela contratação parcial de energia elétrica no ambiente de contratação livre, os montantes mensais deverão ser fixados por meio de aditivo ao presente Contrato, respeitada a antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias em relação ao término do período de vigência em curso.

Parágrafo Terceiro: Caso o CONSUMIDOR seja atendido sob a modalidade de energia elétrica contratada, nos termos da alínea "B", aplica-se o disposto nos incisos seguintes:

I - Os montantes mensais indicados no quadro, constante no "caput" desta cláusula poderão ser aumentados desde que o CONSUMIDOR notifique a DISTRIBUIDORA com a antecedência mínima de 60 (sessenta) meses, ou em prazo menor, a critério da DISTRIBUIDORA.

II - Os montantes mensais indicados no quadro, constante no "caput" desta cláusula poderão ser reduzidos desde que o CONSUMIDOR notifique com a antecedência mínima em relação ao término da vigência contratual de:

a) 90 (noventa) dias, para os consumidores pertencentes ao subgrupo A4; ou

b) 180 (cento e oitenta) dias, para os consumidores pertencentes aos demais sub-grupos.

CLÁUSULA SEXTA – CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

O valor a ser pago mensalmente pelo CONSUMIDOR será o resultado da multiplicação da Tarifa de Energia – TE

a) Pelo total medido da Energia Elétrica Ativa na Unidade Consumidora, a cada Ciclo de Faturamento; caso o CONSUMIDOR seja atendido na modalidade indicada no Quadro I; ou

b) Pelo montante constante no Quadro I para cada mês do Período de Fornecimento, caso o CONSUMIDOR seja atendido na modalidade pelo montante Médio Mensal, observado o disposto nos parágrafos subsequentes;

CLÁUSULA SÉTIMA – CONSUMIDOR ATENDIDO SOB A MODALIDADE DE ENERGIA ELÉTRICA MONTANTE MÉDIO MENSAL

Parágrafo Primeiro. Quando o montante de Energia Elétrica Ativa medida no Ciclo de Faturamento, em megawatt-hora, for maior que o produto do número de horas do ciclo

4º CGEO Fl.: 121 Rubrica 4º Centro de Geoinformação

pelo limite estabelecido para a Energia Elétrica Contratada, fixado em MWmédios para cada Ciclo de Faturamento, o faturamento da Energia Elétrica Ativa será:

FEA(p) = MWmédioCONTRATADO X HORAScicloX [EEAM(p)/EEAM(ciclo)] X TEcomp(p)

Parágrafo Segundo. Quando o montante de Energia Elétrica Ativa medida no Ciclo de Faturamento, em megawatt-hora, for menor ou igual ao produto do número de horas do ciclo pelo limite estabelecido para a Energia Elétrica Ativa Contratada, fixado em MWmédios para cada Ciclo de Faturamento, o faturamento da Energia Elétrica Ativa será:

FEA(p) = EEAM(p) X TEcomp(p)

onde:

FEA(p) = faturamento da Energia Elétrica Ativa, por posto horário "p", em Reais (R$);

EEAM(p) = montante de Energia Elétrica Ativa medido em cada posto horário "p" do Ciclo de Faturamento, em megawatt-hora (MWh);

EEAM(ciclo) = montante de Energia Elétrica Ativa medido no ciclo de faturamento, em megawatt-hora (MWh);

TECOMP(p) = Tarifa de Energia – TE;

MWmédio CONTRATADO = montante de energia indicado em MWmédios e fixado no item "F" da "PARTE I" para cada mês do Período de Fornecimento;

HORASciclo = indica a quantidade total de horas do Ciclo de Faturamento; e

p = indica posto horário, ponta ou fora de ponta, para as Tarifas horárias.

CLÁUSULA OITAVA – CONSUMIDOR ATENDIDO SOB A MODALIDADE DE ENERGIA ELÉTRICA TOTAL MEDIDA

Parágrafo Primeiro: Caso o CONSUMIDOR seja atendido sob a modalidade de energia elétrica medida o faturamento da energia elétrica ativa será:

FEA(p) = EEAM(p) X TEcomp(p)

onde:

FEA(p) = faturamento da Energia Elétrica Ativa, por posto horário "p", em Reais (R$);

EEAM(p) = montante de Energia Elétrica Ativa medido em cada posto horário "p" do Ciclo de Faturamento, em megawatt-hora (MWh);

4º CGEO Fl.: 122 Rubrica 1º Centro de Geoinformação

TECOMP(p) = Tarifa de Energia - TE definida e p = indica posto horário, ponta ou fora de ponta, para as Tarifas horárias.

Parágrafo Segundo: Para fins de faturamento, na impossibilidade de avaliação do consumo nos Horários de Ponta e Fora de Ponta, esta segmentação deve ser efetuada proporcionalmente ao número de horas de cada segmento.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro: Os custos e encargos de conexão e uso do sistema de distribuição são de responsabilidade do CONSUMIDOR, conforme contratos específicos celebrados entre o CONSUMIDOR e a DISTRIBUIDORA e poderão ser faturados conjuntamente com o valor relativo à compra da energia elétrica, nos termos Cláusula Sexta.

Parágrafo Segundo: O valor mensal a ser pago pelo CONSUMIDOR, apurado conforme as Cláusulas Sexta, Sétima e Oitava, será faturado pela DISTRIBUIDORA por meio da emissão da Fatura.

Parágrafo Terceiro: As Faturas conterão, além dos valores apurados nos termos das Cláusulas Sexta, Sétima e Oitava, os encargos, Tributos e demais valores a serem pagos, conforme estabelecido em legislação específica.

Parágrafo Quarto: As Faturas serão entregues ao CONSUMIDOR no endereço da Unidade Consumidora no item "B" da "QUADRO I", ou, alternativamente, em outro endereço que venha a ser indicado por escrito pelo CONSUMIDOR

Parágrafo Quinto: O pagamento da Fatura na data de vencimento não será afetado por discussões entre as PARTES, devendo a diferença, quando houver, constituir objeto de processamento independente e, tão logo apurada, ser paga ou devolvida a quem de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA MEDIÇÃO

A verificação do montante total de energia elétrica consumido pela unidade consumidora objeto deste contrato, será feita por meio de processo de medição que possibilita a quantificação e o registro de grandezas elétricas associadas ao consumo de energia elétrica.

Parágrafo Único. As regras de instalação e manutenção do medidor e demais equipamentos de medição de energia elétrica estão reguladas no Contrato de Uso do Sistema de Distribuição – CUSD celebrado entre o CONSUMIDOR e a DISTRIBUIDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA LEITURA

4º CGEO
Fl.: 123
Rubrica
4º Centro de Geoinformação

A DISTRIBUIDORA efetuará a leitura do medidor em intervalos de aproximadamente 30 (trinta) dias, observados o mínimo de 27 (vinte e sete) e o máximo de 33 (trinta e três) dias.

Parágrafo Primeiro. Para o primeiro faturamento da Unidade Consumidora, ou havendo necessidade de remanejamento de rota ou reprogramação do calendário, as leituras podem ser realizadas, excepcionalmente, em intervalos de no mínimo 15 (quinze) e no máximo 47 (quarenta e sete) dias.

Parágrafo Segundo. Ocorrendo impedimento de acesso para fins de leitura, o valor faturável de energia elétrica será o resultante da média aritmética dos 12 (doze) últimos faturamentos anteriores à constatação do impedimento. Esse procedimento pode ser aplicado por até 3 (três) ciclos consecutivos e completos de faturamento, devendo a DISTRIBUIDORA, tão logo seja caracterizado o impedimento, comunicar ao CONSUMIDOR, por escrito, sobre a obrigação de permitir o acesso à Unidade Consumidora e da possibilidade da suspensão do fornecimento. O acerto de faturamento deve ser realizado no Ciclo de Faturamento subsequente à regularização da respectiva leitura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO DESCONTO AO IRRIGANTE E AO AQUICULTOR

A DISTRIBUIDORA concederá desconto especial na tarifa de fornecimento relativa ao consumo de energia elétrica ativa, exclusivamente, na carga destinada à irrigação vinculada à atividade de agropecuária e na carga de aquicultura, desde que a unidade consumidora seja atendida por meio do SIN, o consumidor efetue a solicitação por escrito; e não possua débitos vencidos relativos à unidade consumidora beneficiada com desconto.

Parágrafo Primeiro – A DISTRIBUIDORA aplicará, independente do subgrupo tarifário da unidade consumidora, o desconto no horário de 21h30 min às 6h do dia seguinte.

Parágrafo Segundo – Para a unidade consumidora classificada como cooperativa de eletrificação rural, o desconto incidirá sobre o somatório dos consumos de energia elétrica nas unidades dos cooperados verificados no período estabelecido, cabendo à cooperativa fornecer os dados necessários a DISTRIBUIDORA.

Parágrafo Terceiro – o desconto será suspenso quando do inadimplemento ou constatação de procedimento irregular que tenha provocado o faturamento incorreto da unidade consumidora beneficiada com o desconto.

Parágrafo Quarto – Ficam definidas as seguintes cargas para aplicação dos descontos:

4º CGEO
Fl.: 124
Rubrica
Centro de Geoinformação

a) aquicultura: cargas específicas utilizadas no bombeamento dos tanques de criação, berçário, na aeração e iluminação nesses locais; e

b) irrigação: cargas destinadas ao bombeamento e aspersão da água.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO PROJETO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

O Consumidor deve submeter *previamente* a DISTRIBUIDORA os projetos básico e executivo das medidas de eficiência energética a serem implementadas, com as justificativas técnicas devidas, etapas de implantação, resultados previstos, prazos, proposta para a revisão contratual e acompanhamento pela distribuidora.

Parágrafo Único – A DISTRIBUIDORA, em até 30 (trinta) dias da apresentação dos projetos mencionados no *caput* desta cláusula, informará ao consumidor as condições para revisão da demanda contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO HORÁRIO DOS POSTOS TARIFÁRIOS

Para todos os efeitos, o horário de ponta, será o intervalo compreendido entre às 20:00h e 22:59h, exceção feita aos sábados, domingos e os feriados definidos por Lei Federal, tais como: terça-feira de carnaval, sexta-feira da Paixão, "Corpus Christi", 01 de janeiro, 21 de abril, 01 de maio, 07 de setembro, 12 de outubro, 02 de novembro, 15 de novembro e 25 de dezembro, por não haver Horário de Ponta.

Parágrafo Único: Entende-se por horário fora de ponta o período composto pelo conjunto das horas diárias consecutivas e complementares àquelas definidas no horário de ponta.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA MUDANÇA DO GRUPO TARIFÁRIO

Realizada qualquer alteração no grupo tarifário da Unidade Consumidora só poderá ocorrer nova mudança, respeitando-se um prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados da última modificação ou desde que o pedido seja apresentado em até 3(três) ciclos completos de faturamento posteriores à revisão tarifária de distribuidora, conforme previsto no art. 221, I alíneas "a" e "b" da Resolução nº 1000/2021 da Agência Nacional de Energia Elétrica.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

O CONSUMIDOR obriga-se a pagar a DISTRIBUIDORA o valor correspondente à demanda contratada ainda que deixe de utilizá-la, total ou parcialmente, a partir da data da efetivação do fornecimento.

Parágrafo Primeiro – O não pagamento da Fatura de Energia Elétrica até a data estabelecida para seu vencimento, ensejará, além da multa e acréscimos previstos na legislação específica, a suspensão do fornecimento de energia elétrica.

[redacted]

4º CGEO
Fl.: 125
Rubrica
4º Centro de Geoinformação

Parágrafo Segundo – O pagamento da Fatura de Energia Elétrica no seu respectivo vencimento não poderá ser afetado por discussões entre as partes devendo a diferença, quando houver, constituir objeto de processamento independente e, tão logo apurada, ser paga ou devolvida a quem de direito.

Parágrafo Terceiro – Obrigam-se as partes, Contratante e Contratada, a observância e cumprimento das normas e padrões vigentes, conforme preceitua a resolução nº 1000/2021 da ANEEL.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS GARANTIAS

A DISTRIBUIDORA poderá exigir do CONSUMIDOR, caso este tenha inadimplido mais de uma fatura mensal em um período de 12 (doze) meses, a entrega de uma garantia no valor inadimplido.

Parágrafo Primeiro: No caso de exigência da garantia, a DISTRIBUIDORA deverá notificar o CONSUMIDOR por escrito e para este fim específico, com entrega comprovada.

Parágrafo Segundo: A garantia deverá ser apresentada mediante depósito-caução em espécie, seguro ou carta-fiança, a critério do CONSUMIDOR, e vigorará pelos 11 (onze) meses que sucederem a penúltima fatura inadimplida. A garantia deverá permitir a execução total ou parcial do valor garantido, em caso de inadimplemento do CONSUMIDOR, de forma imediata e a qualquer momento, mediante notificação escrita e específica da DISTRIBUIDORA, com entrega comprovada ao CONSUMIDOR. Verificando-se a qualquer tempo a insuficiência da garantia, a DISTRIBUIDORA poderá, exigir reforço de garantia limitado ao valor inadimplido, o qual deverá ser apresentado pelo CONSUMIDOR no prazo de 30 (trinta) dias a contar da respectiva notificação feita por escrito pela DISTRIBUIDORA.

Parágrafo Terceiro: O descumprimento pelo CONSUMIDOR das obrigações previstas nesta Cláusula poderá ensejar a suspensão do fornecimento de energia ou o impedimento do restabelecimento do fornecimento, caso já tenha ocorrido suspensão.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I – Os direitos e obrigações decorrentes deste contrato se transmite aos sucessores e cessionários das partes contratantes, ficando estabelecido que nenhuma cessão ou transferência feita pelo CONSUMIDOR terá validade, se antes não for formalmente aceita pela DISTRIBUIDORA.

II – Este contrato é reconhecido pelo CONSUMIDOR como título executivo, na forma do Código Processo Civil, para efeito de cobrança de todos os valores apurados mediante simples cálculo aritmético.

[redacted]

1º CGEO
Fl.: 126
Rubrica
4º Centro de Geoinformação

III – O fornecimento de energia elétrica de que trata o presente contrato está subordinado à legislação federal do serviço público de energia elétrica e às normas estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, órgão regulador do setor elétrico nacional.

Parágrafo Primeiro - As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, se não resolvidos amigavelmente entre as partes, serão submetidos à mediação da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Parágrafo Segundo – A partir da data de assinatura deste instrumento, ficam revogados quaisquer outros contratos anteriormente celebrados entre as partes para o mesmo fim.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO PRAZO E CONDIÇÕES DE PRORROGAÇÃO

O presente CONTRATO vigorará a partir da data de início que consta na quadro I, prorrogando-se automaticamente por mais 12 (doze) meses e assim sucessivamente a menos que o CONSUMIDOR se manifeste formalmente em contrário com 180 (cento e oitenta) dias de antecedência em relação ao término de cada vigência.

Parágrafo único. Para Consumidores submetidos à Lei Federal 8.666/1993, este CONTRATO vigorará conforme o Caput até o limite de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA RESCISÃO

O presente instrumento será rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação judicial, no caso de infração a qualquer de suas cláusulas ou de contrariedade às normas legais e administrativas reguladoras dos serviços de energia elétrica, respondendo a parte infratora pelos prejuízos quer causar à outra, devendo o ressarcimento ser feito em 5 dias contados do recebimento da comunicação do débito.

Parágrafo Único: O encerramento da relação contratual entre a DISTRIBUIDORA e o consumidor dar-se-á, alternativamente também, nas ocorrências dos seguintes eventos:

a) Por iniciativa do CONSUMIDOR, através de pedido de desligamento da unidade consumidora;

b) Por iniciativa da DISTRIBUIDORA, quando houver pedido de fornecimento formulado por novo interessado, referente à mesma unidade consumidora, ouvido o CONSUMIDOR;

C) Término da vigência do Contrato;

4º CGEO Fl. 127 Rubrica 4º Centro de Geoinformação

d) Ou no caso de decorrido dois ciclos completos de faturamento após a suspensão regular e ininterrupta do fornecimento à unidade consumidora, exceto nos casos comprovados de procedimentos irregulares ou de religação à revelia, praticados durante a suspensão

.e) por uma das PARTES, no inadimplemento das condições estabelecidas neste CONTRATO ou na legislação específica dos serviços de energia elétrica;

f) em caso de pedido ou decretação de insolvência ou falência, ou ainda, no caso de autofalência, recuperação judicial, liquidação judicial ou intervenção de qualquer Autoridade Governamental, a parte deve comunicar a ocorrência desta situação;

VII. g) caso venham a ter revogadas ou, caso vencidas, não sejam renovadas, as suas respectivas aprovações ou autorizações regulatórias necessárias à condução de seus negócios e cumprimento de suas obrigações contratuais, a parte deve comunicar a ocorrência desta situação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO ENCERRAMENTO ANTECIPADO DA RELAÇÃO CONTRATUAL

O encerramento antecipado do Contrato implica na cobrança do valor correspondente ao faturamento dos meses remanescentes para o término da vigência do contrato, limitado a 12 (doze) meses, considerando o produto da Tarifa de Energia - TE e da Bandeira Tarifária vigentes na data de solicitação do encerramento sobre o calculado com base:

I - Nos montantes médios contratados, para os Consumidores Livres e Especiais; ou

II- Na média dos consumos de energia elétrica disponíveis, precedentes ao encerramento, limitada aos 12 (doze) últimos ciclos, para os demais consumidores.

Parágrafo Único: O pagamento dos valores apurados de acordo com esta Cláusula deverá ser realizado pelo CONSUMIDOR no prazo de 05 dias úteis do recebimento da respectiva Fatura.

CLÁSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

Caso alguma das PARTES não possa cumprir qualquer de suas obrigações, no todo ou em parte, em decorrência de caso fortuito ou força maior, nos termos do parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, deve comunicar o fato de imediato à outra PARTE no prazo de 72 (setenta e duas) horas, informando os efeitos danosos do evento e comprovando que o mesmo contribuiu para o descumprimento de obrigação prevista neste CONTRATO.

4º CGEO
Fl.: 128
Rubrica
4ª Câmara de Geoinformação

§1º Constatada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ficam suspensas, enquanto perdurar o evento, as obrigações que as PARTES ficarem impedidas de cumprir.

§2º Não constituem hipóteses de força maior os eventos abaixo indicados: (a) dificuldades econômicas e/ou alteração das condições de mercado; (b) demora no cumprimento por qualquer das PARTES de obrigação contratual; (c) eventos que resultem do descumprimento por qualquer parte de obrigações contratuais ou de leis, normas, regulamentos, decretos ou demais EXIGÊNCIAS LEGAIS; ou (d) eventos que sejam resultantes de negligência, dolo, erro ou omissão.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, será competente o foro da cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente instrumento em 1 via, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

[redacted] [redacted]

4º CGEO
Fl: 129
Rubrica
4º Centro de Geoinformação

Manaus, 13 de fevereiro de 2023.

Pela 4º **CENTRO DE GEOINFORMAÇÃO**

[redacted]
EMERSON MAGNUS DE ARAUJO XAVIER - TC
Ordenador de Despesas Titular
CPF: [redacted]

Pela **AMAZONAS ENERGIA:**

[redacted]
WILSON FURTADO BASTOS
Gestor de Contratos do Poder Público
CPF: [redacted]

TESTEMUNHAS:

Nome: [redacted]
CPF:

Nome [redacted]
CPF:

AMAZONAS ENERGIA
Rua Major Gabriel, nº 1870 – Praça 14 de Janeiro
CEP.69.020-060 Manaus/ AM

ANEXO I

RELAÇÃO DOS PONTOS DE CONEXÃO E DAS INSTALAÇÕES DE CONEXÃO

1) Descrição do ponto de conexão:

O ponto de conexão do CONSUMIDOR ao Sistema Elétrico da DISTRIBUIDORA, para efeito de operação, manutenção, e propriedade, inicia-se na entrada primária do cliente, exatamente na conexão do ramal de entrada.

2) Descrição das Instalações de Conexão de responsabilidade do CONSUMIDOR:

A conexão do CONSUMIDOR ao Sistema Elétrico da DISTRIBUIDORA se faz através das seguintes instalações de conexão:

- Subestação compartilhada de ..... kVA, com tensão de fornecimento de 13.800 V no Primário.

3) Descrição das Instalações de Conexão de responsabilidade da DISTRIBUIDORA:

A seguir são descritas as principais instalações de propriedade da DISTRIBUIDORA que permitem o fluxo de energia no seu Sistema Elétrico de Distribuição relacionado ao atendimento do CONSUMIDOR:

- Alimentador 13,8 kV: MV-02 que deriva da Subestação Móvel - 69/13,8 kV com condutores até a entrada primária do cliente. O ponto de entrega está localizado na entrada primária na conexão do ramal de ligação.

[redacted]

4º CGEO
Fl. 131
Rubrica
4º Centro de Geoinformação

AMAZONAS ENERGIA

Rua Major Gabriel, nº 1870 – Praça 14 de Janeiro
CEP.69.020-060 Manaus/ AM

ANEXO II

Relação das UNIDADES CONSUMIDORAS e MONTANTE DE ENERGIA ELÉTRICA CONTRATADA

	1		2		3	
Código UC						
Nome UC						
Endereço UC						
Modalidade Tarifária	<Azul ou Verde>		<Azul ou Verde>		<Azul ou Verde>	
Montante de Energia Elétrica Contratada (kWh)	a) (X) Montante de Energia Medida b) ( ) Montante Médio Mensal (MWmédio)		a) (x) Montante de Energia Medida b) ( ) Montante Médio Mensal (MWmédio)		a) (x) Montante de Energia Medida b) ( ) Montante Médio Mensal (MWmédio)	
	Ponta (kWhmédio)	Fora Ponta (kWhmédio)	Ponta (kWhmédio)	Fora Ponta (kWhmédio)	Ponta (kWhmédio)	Fora Ponta (kWhmédio)
Contrato Distribuidora						

4º CGEO Fl: 132 Rubrica Centro de Geoinformação

3ª BRIGADA DE CAVALARIA MECANIZADA
3º BATALHÃO LOGÍSTICO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2023 - UASG 160362

Nº Processo: 64126008388202277. Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de insumos a serem empregados nas seções de capotaria para a fabricação de cintos de campanha e suspensórios e na manutenção dos materiais de campanha em proveito do Comando da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada e Organizações Militares apoiadas. Total de Itens Licitados: 20. Edital: 22/02/2023 das 08h00 às 17h00. Endereço: Rua 20 de Setembro, 1055 - Centro, Getúlio Vargas - Bagé/RS ou https://www.gov.br/compras/edital/160362-5-00001-2023. Entrega das Propostas: a partir de 22/02/2023 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 06/03/2023 às 09h30 no site www.gov.br/compras.

FABRICIO MOURA DE FARIAS
Ordenador de Despesas

(SIASGnet - 17/02/2023) 160362-00001-2023NE000001

7º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2023 - UASG 160435

Nº Processo: 64677006430202289. Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de material para manutenção de bens imóveis, em proveito do GCALC da guarnição de Santana Do Livramento - RS.. Total de Itens Licitados: 233. Edital: 22/02/2023 das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h00. Endereço: Alameda Angelo Irulegui Cunha S/n - Cerr do Depósito, - Santana do Livramento/RS ou https://www.gov.br/compras/edital/160435-5-00002-2023. Entrega das Propostas: a partir de 22/02/2023 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 07/03/2023 às 08h30 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: .

RAFAEL POLINICIO LANZA BRAGA
Ordenador de Despesas

(SIASGnet - 17/02/2023) 160435-00001-2023NE800001

8ª BRIGADA DE INFANTARIA MOTORIZADA
6º GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA

AVISO DE ALTERAÇÃO
CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2023 - UASG 160403

Processo nº 64543.000028/2023-97. Objeto: Chamamento Público para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para atendimento das necessidades do 6º Grupo de Artilharia de Campanha conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Comunicamos às empresas interessadas que em virtude de alterações no Edital, será alterada as datas de entrega e abertura do procedimento acima. Informamos que o Edital/Errata encontra-se à disposição no 6º GAC, endereço: Rua Moron nº 548 - centro - Rio Grande/RS ou poderá ser solicitado através do e-mail: salc6gac@gmail.com. Nova data para entrega dos Envelopes: Até 20 de março de 2023 às 10h e 00min.Nova data de abertura de Envelopes: 20 de março de 2023 às 10h e 30min.

Ten Cel FLAVIO TOSTES ALVES
Ordenador de Despesas

COMANDO DE OPERAÇÕES TERRESTRES

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2023 - UASG 160548

Nº Processo: 64322.002749/2023 . Objeto: Inscrição de 1 (um) militar, Capitão NÉDERSON DIEGO PONCIO DA SILVA, no Curso de Mestrado Profissional em Direito do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa Idp Ltda, nas condições estabelecidas no Projeto Básico. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21º/06/1993.. Justificativa: Por ser uma das melhores instituições de ensino para fornecimento de serviço de mestrado no país. Declaração de Inexigibilidade em 16/02/2023. RODRIGO GOUVEIA MARTINS. Ordenador de Despesas. Ratificação em 16/02/2023. ESTEVAM CALS THEOPHILO GASPAR DE OLIVEIRA. Comandante de Operações Terrestres. Valor Global: R$ 97.388,80. CNPJ CONTRATADA : 02.474.172/0001-22 INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA IDP - LTDA.

(SIDEC - 17/02/2023) 160548-00001-2023NE000001

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
COMANDO DE COMUNICAÇÕES E GUERRA ELETRÔNICA
BASE ADMINISTRATIVA DO COMANDO DE COMUNICAÇÕES E GUERRA ELETRÔNICA DO EXÉRCITO

AVISO DE CHAMANENTO PÚBLICO - UASG 160528

A Base Administrativa do Comando de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército (Ba Adm CCOMGEX) torna público e convida os interessados a apresentarem propostas para a aquisição de sistema de videomonitoramento, controle de acesso, sistema de climatização, sistema de proteção perimetral, infraestrutura lógica e elétrica do complexo do Forte Marechal Rondon, no endereço: Estrada Parque do Contorno, Rodovia DF-001, km 05 - Setor Habitacional Taquari - Lago Norte Brasília/DF - CEP 71559-902. Os interessados devem enviar propostas e orçamentos para e-mail: ewcanabarro@gmail.com, reginaldouerj@yahoo.com.br e geovane.fabricio@eb.mil.br, até o dia 01 de março de 2023, com orçamento estimado nos moldes do projeto inicial disponibilizado no sítio http://www.baadmccomgex.eb.mil.br/index.php/en/ no link Chamamento Público. As empresas interessadas ainda poderão apresentar sugestões e críticas para a definição dos requisitos técnicos da solução até o dia 02 de março de 2023, às 10h30Min no Auditório do Centro Logístico do CCOMGEX. Salientamos que poderão participar do debate as empresas que encaminharam orçamento estimado para a referida contratação, contudo o debate estará aberto aos fornecedores que tiverem interesse em acompanhar a futura licitação.

Cel DIEGO SIMÕES DOS REIS DA COSTA
Ordenador de Despesas da Base Administrativa do CCOMGEX

DIRETORIA DO SERVIÇO GEOGRÁFICO
2º CENTRO DE GEOINFORMAÇÃO

AVISO DE ALTERAÇÃO
PREGÃO Nº 2/2023

Comunicamos que o edital da licitação supracitada, publicada no D.O.U de 02/02/2023 foi alterado. Objeto: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para aquisição de materiais de tecnologia da informação e comunicação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência. Total de Itens Licitados: 00060 Novo Edital: 22/02/2023 das 08h00 às 17h00. Endereço: Epct Df 001 Km 4,5 Setor Hab Taquari Lago Norte - Brasília Df BRASILIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 22/02/2023 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 20/03/2023, às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

GLAUBER JUAREZ SASAKI ACACIO
Ordenador de Despesas

(SIDEC - 17/02/2023) 160056-00001-2023NE000001

4º CENTRO DE GEOINFORMAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2023 - UASG 160011

Nº Processo: 64492.005195/2022-96.
Dispensa Nº 17/2022. Contratante: 4º CENTRO DE GEOINFORMACAO.
Contratado: 02.341.467/0001-20 - AMAZONAS ENERGIA S.A. Objeto: Contrato n° 01/2023 para contratação de fornecimento de energia elétrica..
Fundamento Legal: LEI 8.666 / 1993 - Artigo: 24 - Inciso: XXII. Vigência: 13/02/2023 a 13/02/2024. Valor Total: R$ 435.090,16. Data de Assinatura: 13/02/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 17/02/2023).

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO EXÉRCITO
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO TÉCNICA MILITAR
ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE SARGENTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 4/2023 - UASG 160531

Número do Contrato: 2/2019.
Nº Processo: 64496.005881/2018-41.
Pregão. Nº 20/2018. Contratante: ESCOLA DE APERFEICOAMENTO DE SARGENTOS. Contratado: 02.779.768/0001-30 - TECNOCOMERCIAL FIBRA LTDA.. Objeto: Celebração do termo aditivo nº 004/2023-easa, referente ao contrato de prestação de serviços de lavanderia nº 002/2019. Vigência: 19/02/2023 a 19/02/2024. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 63.415,00. Data de Assinatura: 15/02/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 15/02/2023).

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR MILITAR
CENTRO DE PREPARAÇÃO DE OFICIAIS DA RESERVA DE SÃO PAULO E COLÉGIO MILITAR DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2023 - UASG 160487

Nº Processo: 64217008726202251. Objeto: Contratação de empresa especializada em serviço outsourcing de impressão. Total de Itens Licitados: 4. Edital: 22/02/2023 das 10h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h00. Endereço: Rua Alfredo Pujol,681 - Santana, - São Paulo/SP ou https://www.gov.br/compras/edital/160487-5-00001-2023. Entrega das Propostas: a partir de 22/02/2023 às 10h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 07/03/2023 às 09h30 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: .

MAURICIO VIEIRA GAMA
Ordeador de Despesas

(SIASGnet - 17/02/2023) 160487-00001-2023NE000001

DEPARTAMENTO-GERAL DO PESSOAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 2/2023 - UASG 160070

Nº Processo: 64446.030848/2022-21.
Pregão Nº 6/2022. Contratante: DEPARTAMENTO-GERAL DO PESSOAL.
Contratado: 42.592.668/0001-15 - FALCAO REFRIGERACAO E SOLUCOES LTDA. Objeto: Contração de serviços de instalação e desinstalação de aparelhos de ar-condicionado, de diversas marcas, modelos, que serão prestados nas condições estabelecidas no termo de referência..
Fundamento Legal: . Vigência: 06/02/2023 a 06/02/2024. Valor Total: R$ 98.064,00. Data de Assinatura: 06/02/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 17/02/2023).

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
FÁBRICA DE ITAJUBÁ

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2023 - UASG 168005

Nº Processo: 2023PR000003. Objeto: Produtos para Torre De Resfriamento. Total de Itens Licitados: 2. Edital: 22/02/2023 das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00. Endereço: Av.coronel Aventino Ribeiro,1099, Bairro Imbel - Itajubá/mg, Imbel - Itajubá/MG ou https://www.gov.br/compras/edital/168005-5-00003-2023. Entrega das Propostas: a partir de 22/02/2023 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 07/03/2023 às 09h01 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: .

ROBERTS DA COSTA PEREIRA
Ordenador de Despesas

(SIASGnet - 17/02/2023) 168005-16501-2023NE012023

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2023 - UASG 168005

Nº Processo: 2023PR00023. Objeto: Aquisição de Produtos Químicos. Total de Itens Licitados: 2. Edital: 22/02/2023 das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00. Endereço: Av.coronel Aventino Ribeiro,1099, Bairro Imbel - Itajubá/mg, Imbel - Itajubá/MG ou https://www.gov.br/compras/edital/168005-5-00023-2023. Entrega das Propostas: a partir de 22/02/2023 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 07/03/2023 às 09h01 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: .

ROBERTS DA COSTA PEREIRA
Ordenador de Despesas

(SIASGnet - 17/02/2023) 168005-16501-2023NE012023

4º CGEO
Fl.: 133
Rubrica
4º Centro de Geoinformação

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DIRETORIA DE SERVIÇO GEOGRÁFICO
4º CENTRO DE GEOINFORMAÇÃO

TERMO DE FECHAMENTO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2022
(NUP: 64492.005195/2022-96)

Encerro nesta data, o Processo nº 64492.005195/2022-96, referente ao processo de dispensa de licitação nº 17/2022. Tendo em vista que os procedimentos representados pelos presentes autos foram realizados em estrita observância às normas que regem o processo regular da modalidade escolhida, e finalizados todos os atos pertinentes a seu devido prosseguimento e conclusão.

Manaus-AM, 24 de fevereiro de 2023.

[redacted]

EMERSON MAGNUS DE ARAUJO XAVIER – **TC**
Ordenador de Despesas do 4º Centro de Geoinformação